

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**A IGUALDADE DE GÉNERO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA**

Lurdes Maria Lima Viegas Pires dos Santos

Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres

Dissertação orientada pelas Professoras Doutoradas

Teresa Pinto

Teresa Joaquim

2015

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado pretendeu incorrer no domínio do género e desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

Pretendeu-se com este estudo, analisar e compreender a evolução do Movimento de Mulheres em São Tomé e Príncipe, nos períodos colonial e pós-colonial. Este último compreendeu duas etapas: a primeira república, de 1975 a 1990, em que só existia uma organização de mulheres e a segunda república, a partir de 1990, período a partir do qual surgiram outras Associações e Organizações da Sociedade Civil.

O Governo de São Tomé e Príncipe adotou por Decreto, a partir de 2007, uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. Este estudo pretendeu saber como encaram as Associações de Mulheres e os dirigentes políticos e de Movimentos Sociais o modo como as políticas e os programas tomam em conta esses engajamentos/ compromissos assumidos. Procurou-se também saber como se posicionam mulheres e homens face à prática efetiva da igualdade de género, tendo em conta a existência de leis favoráveis à mesma.

A abordagem metodológica englobou uma componente quantitativa e outra qualitativa. A componente quantitativa, foi levada a cabo com aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra das Associações da Região do Príncipe. A componente qualitativa compreendeu a aplicação de inquéritos por entrevista a cinco líderes de diferentes contextos de intervenção política no país, sobre os assuntos em estudo. Os dados das entrevistas foram tratados de acordo com a análise de conteúdo, tendo as categorias de análise emergido da análise dos questionários e dos discursos dos participantes.

Este estudo exploratório revelou que a análise das políticas e dos mecanismos para a igualdade bem como o enquadramento jurídico-legal e as conclusões obtidas no estudo empírico, embora não possam ser generalizadas, permitiram encontrar uma luz para as questões colocadas inicialmente sobre a perceção sobre os movimentos de mulheres e a igualdade de género em São Tomé e Príncipe.

Palavras-Chave: Movimento de mulheres, Igualdade de género, Mecanismos para a igualdade, Estratégia de género, São Tomé e Príncipe.

SUMMARY

This Master's Thesis intended to apply in the field of gender and development in Sao Tomé and Príncipe.

The purpose of this study is to analyze, and, to understand the evolution of Women Movement in Sao Tomé and Príncipe, in both colonial and post-colonial periods. This last one comprised two steps: the first republic, from 1975 to 1990, where there was only one women organization, and, the second republic, from 1990, time where other Associations, and, organizations of Civil Society have emerged.

The Government of Sao Tomé and Príncipe have adopted by Decree, from 2007, a National Strategy from Equality and Gender Equity. This Study aimed to find out the vision of the Women Association, political leaders, and, Social Movement leaders, and, how policies and programs have not taken into consideration those agreed commitments. We also looked into the position of women and men about the effective practice of gender equality, given the existence of favorable laws.

The methodological approach comprised both quantitative, and, qualitative component. The qualitative component was done by the application of surveys by questionnaire to a sample of Associations from the Region of Príncipe. The qualitative component has involved the application of surveys by interviewing 5 leaders on different context of political intervention in the country, on subjects under study. Interview data were treated according to the analysis of substance, and, categories of analysis have emerged from questionnaires analysis, and, participants speeches.

This exploratory study revealed that the analyses of policies and mechanisms for equality and the legal and regulatory framework and findings from the empirical study, although cannot be generalized, allowed to find a light to the issues initially placed about women's organizations and gender equality in S.Tomé and Príncipe.

Keywords: Women Movement, Gender Equality, Mechanisms for Equality, Gender Strategy, Sao Tome and Príncipe.

RESUME

Cette dissertation de Master prétend s'appliquer dans le domaine du genre et du développement à Sao Tomé et Príncipe.

L'objectif de cette étude est d'analyser et de comprendre l'évolution du Mouvement des Femmes à Sao Tomé et Príncipe, dans la période coloniale et postcoloniale. Cette dernière comprend deux étapes: la première république, de 1975 à 1990, où n'existait qu'une organisation des femmes, et la seconde république, à partir de 1990, période à partir de laquelle ont surgi d'autres Associations et Organisations de la Société Civile.

Le Gouvernement de Sao Tomé et Príncipe a adopté par Décret, à partir de 2007, une Stratégie Nationale pour l'Égalité et l'équité de Genre. Cette étude prétend savoir la vision des associations de Femmes et des Dirigeants Politiques et de Mouvements Sociaux, et comment les politiques et les programmes ne prennent pas en considération les engagements pris. L'étude souhaite également savoir comment se positionnent les femmes et les hommes face à la pratique effective de l'égalité de genre, prenant en considération l'existence de lois favorables.

L'approche méthodologique a englobé une composante quantitative et une composante qualitative. La composante quantitative a consisté à faire l'enquête par questionnaires à un échantillon d'Associations dans la Région de Príncipe. La composante qualitative a compris l'application des enquêtes par entrevue de 5 leaders sur les différents contextes d'intervention politique dans le pays, sur les sujets en étude. Les données des entrevues ont été traitées selon l'analyse du contenu, les catégories d'analyse ressortent de l'analyse des questionnaires et des discours des participants.

Cette étude exploratoire a révélé que l'analyse des politiques et des mécanismes pour l'égalité et le cadre juridique et réglementaire et les conclusions tirées de l'étude empirique, même se ils ne peuvent pas être généralisés, ont permis de trouver une lumière pour les questions d'abord mis sur la perception sur le mouvement des femmes et l'égalité des sexes à Sao Tomé-et-Príncipe.

Mots-clés: Mouvement des femmes, Égalité de genre, Mécanismes pour l'égalité, Stratégie de Genre, São Tomé et Príncipe.

ÀS MULHERES DA MINHA TERRA

“Irmãs, do meu torrão pequeno

Que passais pela estrada do meu país de África

É para vós, irmãs, a minha alma toda inteira [...]”

(Alda do Espírito Santo, É nosso o solo sagrado da Terra, 2010)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela sua presença permanente na minha vida o que concedeu a perseverança suficiente para fazer esta caminhada que ora termina.

Em seguida, gostaria de manifestar a minha profunda gratidão às Professoras Doutoras Teresa Pinto e Teresa Joaquim pela zelosa orientação, paciência, compreensão das minhas dificuldades infraestruturais devidas à minha localização geográfica e motivação e incentivo nos momentos mais difíceis.

Às Professoras Coordenadoras do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres pela motivação e por me terem feito acreditar que seria possível, independentemente das dificuldades que tive que contornar ao longo de todo o percurso.

Aos Professores do Mestrado que me acompanharam e souberam compreender as barreiras infraestruturais que muitas vezes me impediam de participar em pé de igualdade com as minhas colegas.

Às minhas colegas do Mestrado que me aceitaram e acompanharam.

Ao meu marido Abenilde Pires dos Santos pelo apoio e companhia permanentes e pela paciência em ler todos os rascunhos.

Aos meus irmãos e sobrinhos, particularmente à Inácia, por me ter acompanhado permanentemente ao longo de todo o percurso e ter sofrido comigo nos momentos mais difíceis.

Ao meu primo Abnilde Lima pelo apoio informático.

Às pessoas que aceitaram ser entrevistadas e assim, partilharam comigo as suas ideias e convicções sobre a igualdade de género em São Tomé e Príncipe

A todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu pudesse transformar um grande sonho em realidade.

À memória dos meus pais.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - OS MOVIMENTOS FEMININOS E A LUTA PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES ATÉ À INDEPENDÊNCIA	4
Capítulo 1- Os Movimentos femininos como movimentos sociais em África	5
1.1 – O período pré-colonial	6
1.2 – A colonização e o estatuto social das mulheres	8
Capítulo 2 – O contexto de São Tomé e Príncipe	14
2.1 - Dos séculos XV a XVIII	15
2.2 – De finais do século XVIII à década de 70 no século XX	17
2.3 – A participação feminina na luta de libertação: lugar e funções	19
2.3.1 – A participação das mulheres nas movimentações políticas antes da Revolução de Abril de 1974	19
2.3.2 – A participação política da mulher são-tomense da revolução de Abril de 1974 a 12 de Julho de 1975	25
PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	29
Capítulo 3 – A luta pela igualdade no período pós-independência	30
3.1 – O papel da OMSTP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe	31
3.2 – As Organizações Femininas da Sociedade Civil	42
3.3 – As organizações Femininas dos Partidos Políticos	48
Capítulo 4 – As políticas e os Mecanismos para a Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe	51
4.1 – Mecanismos governamentais	52

4.1.1 – Do Gabinete de Promoção da Mulher e Família ao Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género	53
4.1.2 - Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica	67
4.2 – Mecanismos Parlamentares	69
4.2.1 – Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares de São Tomé e Príncipe	69
4.2.2 – Rede das Mulheres Parlamentares	73
4.2.3 - 5ª Comissão Parlamentar – Direitos Humanos, Cidadania e Género.....	75
Capítulo 5 – Enquadramento legal e programático favorável à igualdade	77
5.1 – Enquadramento jurídico- institucional	78
5.1.1 – A proteção dos direitos das mulheres no ordenamento jurídico são-tomense	78
5.1.2 - Planos e programas nacionais para a promoção da mulher e do género	83
5.2 - Os engagements internacionais relativos à igualdade de género: a sua aplicabilidade em São Tomé e Príncipe	91
PARTE III – OBSTÁCULOS E DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	94
Capítulo 6 – Procedimento metodológico	95
6.1 – Objetivos	96
6.2 – Questões de partida	96
6.3 – Metodologia	96
Capítulo 7 – Apresentação dos Resultados e análise dos dados	102
7.1 – Perfil da/o(s) inquirida/o(s).....	103
7.2 – Acerca dos Movimentos de Mulheres	106
7.3 – Os Movimentos de Mulheres e a luta pela igualdade entre os sexos	105

7.4 – A conquista da igualdade entre os homens e mulheres na República Democrática de São Tomé e Príncipe	111
7.5 – Valorização da igualdade de direitos e de oportunidades	116
7.6 – A importância das lideranças	120
7.7 – Realização de ações conjuntas pelos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe.....	121
7.8 – Envolvimento com a organização a que pertence	122
7.9 – As orientações nacionais e internacionais relativas à igualdade de género	128
7.10 – A sociedade são-tomense e a igualdade de género	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
BIBLIOGRAFIA	147
ANEXOS	157

ÍNDICE DE QUADROS

7.1 – Grau de importância dos Movimentos de Mulheres por idade da/o(s) entrevistada/o(s).....	107
7.2 – Importância dos Movimentos de Mulheres por nível de escolaridade das entrevistada/o(s).....	107
7.3 A – As Associações e ONG de Mulheres lutam pela igualdade entre os homens e as mulheres	111
7.3 B – As Associações e ONG de Mulheres lutam pela igualdade entre os homens e as mulheres	111
7.4 A – Percepção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres, por grupos etário	113
7.4 B – Percepção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres por nível de escolaridade	113
7.5 A – Percepção sobre o grau de Valorização dos direitos das mulheres, por grupos etários.....	116
7.5 B - Percepção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres, por nível de escolaridade	117
7.6 A – Percepção sobre a igualdade de direitos e de oportunidades, por grupos etários.....	118
7.6 B - Percepção sobre a igualdade de direitos e de oportunidades, por nível de escolaridade.....	119
7.7 – Adesão a sua Organização por grupos etários	123
7.8 – Conhecimento dos objetivos da Organização de que faz parte, por grupos etários.....	124
7.9 – Motivos para integrar a organização a que pertence	125
7.10 – Obstáculos ao funcionamento das Associações/Organizações de Mulheres de São Tomé e Príncipe	126

7.11 – Perceção sobre a aplicação da Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09.....	136
7.12 – Perceção sobre a sociedade são-tomense e a igualdade de género.....	142

ÍNDICE DE GRÁFICOS

7.1 – Sexo da/o(s) Inquirida/o(s)	103
7.2 – Idade dos Inquirido/a(s)	104
7.3 – Nível de escolaridade das Inquirida/o(s)	104
7.4 – Estado civil dos Inquiridos	105
7.5 – Perceção sobre a importância dos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe.....	106
7.6 – Perceção sobre a luta pela igualdade entre os homens e as mulheres no seio das ONG e Associações	110
7.7 – Perceção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres	112
7.8 – Perceção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe	116
7.9 – Perceção sobre Igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres em São Tomé e Príncipe	118
7.10 – Perceção acerca da necessidade de liderança face as mulheres são-tomenses	120
7.11 – Realização de ações conjuntas pelos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe.....	122
7.12 – Forma como aderiu à sua organização	123
7.13 – Conhecimento ou desconhecimento dos objetivos da sua organização	124
7.14 – Conhecimento das leis nacionais favoráveis à igualdade entre os sexos	129
7.15 – Conhecimento da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género.....	130
7.16 - Primeira fonte de informação sobre a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género	130
7.17 - Perceção sobre a utilização da ENIEG na sua organização	131

7.18 – Conhecimento da Resolução 74/VIII/09	134
7.19 – Primeira fonte de informação sobre a Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09.....	134
7.20 – Perceção sobre a aplicação da Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09.....	135
7.21 - Perceção acerca dos instrumentos internacionais relativos à igualdade entre os sexos assinados /ratificados por São Tomé e Príncipe	138
7.22 – Conhecimento dos Instrumentos Internacionais assinados /ratificados por São Tomé e Príncipe	139

ÍNDICE DE IMAGEM

Imagem 1 - Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG).....	66
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFVP - (Association Française des Volontaires du Progrès)

AMEP-STP - (Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais)

AMP – (Associação das Mulheres do Príncipe)

APM - (Associação para o Progresso das Mulheres)

APMICA – (Associação para a Promoção da Mulher na Igreja Católica)

CACVD – (Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica e Familiar)

CAF/CEA – (Centre Africain pour les Femmes/ Commission Économique pour l’Afrique)

CDC - (Convenção Sobre os Direitos das Crianças)

CEDAW - (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher)

CIEO – (Centro Internacional para Exploração dos Oceanos)

CLSTP – (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe)

CLUSA - (Cooperative League of the USA)

CNUDHD-AC - (Centro das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Democracia na África Central)

ENIEG - (Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género)

FLP- (Frente Popular Livre)

FMI – (Fundo Monetário Internacional)

FNUAP – (Fundo das Nações Unidas para a População)

FONG – STP - (Federação das ONG de São Tomé e Príncipe)

GPECS – (Global Programme for Electoral Cycle Support)

HIV- (Vírus de Imunodeficiência Adquirida)

INPG - (Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género)

IOF - (Inquérito ao Orçamento Familiar)

MARAPA – (Mar, Ambiente e Pesca artesanal)

MLSTP – (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe)

MLSTP/PSD – (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata)

ODM - (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio)

ONG – (Organizações Não Governamentais)

OMSTP - (Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe)

OMSTP/MSD - (Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe – Mulher Social Democrata)

PCD – (Partido de Convergência Democrática)

PCD/GR – (Partido de Convergência Democrática /Grupo de Reflexão)

PECIGEM/CPLP - (Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

RAP - (Região Autónoma do Príncipe)

RGPH - (Recenseamento Geral da População e da Habitação)

RMMP/STP – (Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares de São Tomé e Príncipe)

RTP África – (Radio televisão Portuguesa para África)

STP – (São Tomé e Príncipe)

UNICEF – (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNFPA - (Fundo das Nações Unidas para a População)

UNIFEM – (Fundo das Nações Unidas para a Mulher)

USD – (Dólares Norte Americanos)

INTRODUÇÃO

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é constituído por duas ilhas, nomeadamente, a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe e vários ilhéus, situados no Golfo da Guiné e que distam cerca de 300Km da Costa Africana. Após aproximadamente, cinco séculos de colonização portuguesa, o arquipélago ascendeu à independência a 12 de Julho de 1975.

Depois da independência, o país conheceu dois momentos: os primeiros quinze anos, 1975 – 1990, foram de um regime monopartidário cujo partido estado era o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Durante esse período só era possível a existência de organizações ditas de massas, nomeadamente de crianças (Pioneiros), jovens, mulheres, trabalhadores, vinculadas ao partido no poder, de acordo com o artigo 3º da Constituição Política de 1975:

“O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, como a vanguarda revolucionária é a força política do Estado, [...] encorajará a criação e o desenvolvimento de organizações de massas, tais como, organizações de trabalhadores, juventude, mulheres e outras similares”.

(Constituição Política, 1975)

O segundo momento teve o seu início com a adoção de uma nova Constituição Política, aprovada através da Lei 7/90. De acordo com o artigo 6º desta Lei, o país passou a ser “[...] um Estado de Direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana.” (Constituição da República, 1990). Esta nova Constituição assegurava, também aos cidadãos e cidadãs, a Liberdade de Associação, como consta no seu artigo 34º:

“Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, [...] Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.”

(Constituição da República, 1990).

Neste contexto, foram surgindo Associações e Organizações da Sociedade Civil (ONG) que vem atuando em diversos espaços da sociedade, na defesa de interesses coletivos ou de comunidades específicas.

Poder-se-á perguntar: ao longo de todo este processo qual terá sido o papel das mulheres são-tomenses? Terá havido movimentos de mulheres? Movimentos feministas? Que caminhos foram percorridos para que o país passasse a dispor de uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género? Esta Estratégia foi suficientemente apropriada? Tem sido implementada? Estas e outras questões encontram respostas vagas ou inexistentes,

pois ainda não lhes foi dada a devida visibilidade. Gisela Bock refere que “As mulheres permaneceram invisíveis fundamentalmente porque elas, as suas experiências, atividades e espaços não foram considerados merecedores de análise histórica.” (Bock, 1989:160)

Efetivamente, não existem muitos estudos sobre a história das mulheres são-tomenses. Um estudo realizado por Teodora Sousa em 2005, centra-se mais na análise da situação da mulher no mundo do trabalho. O trabalho de fim de curso realizado por Victória Sequeira em 2010 refere-se à participação política, violência e inserção no mercado de trabalho. Portanto, este estudo pretende ser uma modesta contribuição de fazer com que as marcas deixadas pelas mulheres são-tomenses ao longo da história recente, “[...] se tornem elas traços, escrita, documentos.” (Joaquim, n.d.:1) Pretende, também, analisar até que ponto a igualdade de género em São Tomé e Príncipe já saiu da utopia para a realidade. Convém realçar que a noção de género enquanto instrumento analítico, ou melhor, forma conceptual de análise social e cultural, como o define Bock (1989) ainda não foi suficientemente entendido pela sociedade são-tomense, na qual, na maior parte das vezes, falar de “género” é o mesmo que falar de “mulher”.

Para a realização do presente estudo, foi feita, numa primeira fase uma pesquisa bibliográfica e análise de documentação disponível sobre o tema da investigação, pois ainda não existe um documento que contenha de forma sistematizada os principais acontecimentos relativos à história da mulher são-tomense. Numa segunda fase foi feito um estudo exploratório que consistiu numa combinação de métodos quantitativos – aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra de mulheres das Organizações “Muchopé” e Associação das Mulheres do Príncipe — e inquéritos por entrevista a líderes de diferentes contextos de intervenção política no país. Os dados foram tratados e analisados, como se apresentam na última parte do trabalho, no capítulo para o efeito.

O presente trabalho está estruturado em três partes.

A Parte I, intitulada “Os Movimentos Femininos e a Luta pela Igualdade entre Homens e Mulheres até à Independência”, faz uma abordagem geral sobre os movimentos femininos em África de forma global, a fim de situar São Tomé e Príncipe nesse contexto. Esta parte organiza-se em dois capítulos. No Capítulo I é feita uma abordagem global sobre os movimentos femininos no continente africano nos períodos pré e pós-colonial. No capítulo

2 esta abordagem é feita para o contexto de São Tomé e Príncipe, desde os primórdios da colonização até à Independência Nacional.

A Parte II incide sobre “A Construção da Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe”. Esta parte subdivide-se em três capítulos e visa mostrar e sistematizar todo o percurso que as mulheres de São Tomé e Príncipe vêm fazendo rumo à igualdade de género. O Capítulo 3 retrata a luta pela igualdade no período pós-independência, e engloba o papel exercido pela OMSTEP e as outras Organizações da Sociedade Civil. O capítulo 4, por sua vez aborda os sucessivos mecanismos e as políticas que têm sido adotados com vista à igualdade de género em São Tomé e Príncipe. O capítulo 5 refere-se ao Enquadramento legal e programático favorável à igualdade e abarca tanto o enquadramento jurídico-legal nacional como a aplicação dos engagements internacionais relativos à igualdade de género.

Finalmente a Parte III é consagrada à apresentação dos resultados do estudo exploratório realizado no âmbito da presente dissertação. Inclui dois capítulos, explicitando-se no Capítulo 6, o Procedimento metodológico e dedicando o Capítulo 7 à Apresentação dos Resultados e Análise dos dados.

Ao longo do trabalho foi-se utilizando uma linguagem inclusiva de forma a dar visibilidade à participação tanto feminina como masculina. Os nomes próprios utilizados nas referências bibliográficas têm a mesma finalidade: dar visibilidade à escrita de autoria feminina.

**PARTE I - OS MOVIMENTOS FEMININOS E A LUTA PELA IGUALDADE
ENTRE HOMENS E MULHERES ATÉ À INDEPENDÊNCIA**

Capítulo 1- Os Movimentos femininos como movimentos sociais em África

1.1 - O período pré-colonial

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como grupo de pessoas envolvidas num esforço organizado para promover ou resistir a mudanças na sociedade ou no grupo do qual fazem parte. Como refere Sandra Siqueira esses movimentos visam, em última análise, a “[...] transformação das condições económicas, sociais e políticas[...]” (Siqueira, n.d.:7) existentes na sociedade. Segundo Alain Touraine, os movimentos sociais ultrapassam as classes, porque estão acima delas e podem absorvê-las (Touraine, 2002, *apud Malffati, 2011*). Neste sentido, os movimentos de mulheres que tenham como pano de fundo a luta pela igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres e homens, constituem autênticos movimentos sociais que visam a transformação das condições acima mencionadas e portanto, ultrapassam as classes sociais, as etnias, o estado civil, enfim, todas as outras barreiras que possam estar abaixo desses interesses comuns.

Louise Tilly afirma “Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas”. (Tilly, 1990:31)

Vários autores são unânimes em afirmar que os movimentos sociais femininos conhecidos em África – entendidos como grupos organizados de protesto e contestação que visavam a transformação da sociedade - devem ser analisados tomando como referência o século XIX e o colonialismo. Esta é por exemplo a perspectiva de Fatou Sarr (2010).

Segundo esta investigadora senegalesa, a análise dos movimentos sociais femininos em África deve ser feita dentro de um contexto social e histórico determinado, a partir do qual há uma tomada de consciência de um grupo significativo de mulheres ou de várias organizações, que partilham os mesmos interesses e que estão em conflito com o poder relativamente a uma orientação da sociedade contrária aos seus interesses (idem Sarr, 2010).

Apesar de não se ter elementos que comprovem a existência ou não de movimentos de mulheres no período pré-colonial, de acordo com Sarr (2010), presume-se que, a natureza dos conflitos destas com os homens no referente à orientação da sociedade seria de menor importância, tendo em conta o poder que as mesmas detinham. No entanto, para Catherine Coquery-Vidrovich, “[...] les sociétés africaines anciennes, même les plus lignagères,

étaient profondément inégalitaires.”¹(Coquery-Vidrovich, 1994:32) Portanto, são necessários estudos mais aprofundados, tendo em conta a diversidade do continente, a fim de se chegar a resultados mais detalhados.

Porém, apesar da história universal não lhes dedicar uma atenção particular, especificamente na África sub-sahariana, no período pré-colonial, houve mulheres que se destacaram em vários momentos, no exercício do poder. Sylvia Serbin (2010) que decidiu render uma homenagem especial às rainhas e heroínas africanas afirmou o seguinte:

“ Absentes de la mémoire collective, souvent occultées par les dépositaires de la tradition, elles semblent n’avoir laissé aucune empreinte à la postérité. Or, si rien n’est fait pour éclairer les personnages d’exception qui ont illustré des épisodes marquants de notre passé, les jeunes générations n’auront jamais d’autres repères à offrir à leur imaginaire [...]”²

(Serbin 2010 :9)

Portanto, torna-se necessário, tirar da invisibilidade, mulheres que foram fazendo história mas que permaneceram ocultas pela história.

A rainha Kassa esposa do rei Souleiman que reinou no Mali no século XIV beneficiou de um estatuto especial, partilhando o trono com o rei e participando na tomada de decisões importantes do reino; a rainha Amina de Zaria da região Haussa na Nigéria no século XV liderou um exército de 20 000 homens, dirigiu cerca de trinta e quatro anos de campanha militar e anexou várias cidades ao seu reino; a rainha Nzinga de Angola no século XVII constituiu um símbolo da resistência ao colonialismo português; a rainha Abudhok dos *Shilluk*, um dos grupos do Alto Nilo, na metade do século XVII foi uma das mulheres mais influentes da história desse povo; a senhora Tinubu da Nigéria foi uma importante mulher de negócios e ativa na vida política, no século XIX; a rainha Ranavalona I que governou Madagáscar durante a primeira metade do século XIX, tinha como política a salvaguarda da independência do seu país, principalmente a preservação das instituições nacionais da

¹ Tradução livre da autora: [...] as sociedades africanas antigas, mesmo as de linhagem mais pura eram profundamente desiguais”. (Coquery-Vidrovich, 1994:32)

² Tradução livre da autora: “Ausentes da memória coletiva, muitas vezes obscurecida por guardiões da tradição, elas parecem não ter deixado nenhuma marca para a posteridade. Mas, se nada for feito para dar a conhecer personagens excepcionais que se destacaram nos episódios marcantes de nosso passado, as gerações mais jovens nunca terão referências para o seu imaginário”

(Serbin, 2010:9)

influência estrangeira. Estes constituem alguns exemplos de mulheres que fizeram história em África (Sarr, 2010; Serbin, 2010; Ogot, 2010; Boahen, 2010).

Para além dos casos acima assinalados, Sarr relata também a existência de sociedades matrilineares e faz referência ao poder que as mulheres detinham nos espaços religiosos destacando “Elles avaient le pouvoir de prédire l’avenir, de guérir les malades, d’entrer en contact avec les ancêtres. Ce sont elles qui donnaient la vie et qui éloignaient le mal.”³ (Sarr, 2010:50).

Louise Tilly considera que há algumas questões que devem ser problematizadas pelo/a(s) historiador/a(s), entre as quais: “[...] em que condições as mulheres construíram e modelaram os movimentos sociais; em que medida, tal ou tal grupo de mulheres lutou pelos seus direitos; [...]” (Tilly, 1990:42). Portanto, relativamente a muitos países do continente africano, entre os quais São Tomé e Príncipe, estas questões e outras questões ligadas à (in)visibilidade dos movimentos de mulheres ainda não encontraram respostas.

1.2 - A colonização e o estatuto social das mulheres

Vários autores são unânimes em concordar com a afirmação de que o colonialismo teve uma influência mais negativa na vida das mulheres do que na vida dos homens, apesar de alguns considerarem que se torna necessário estudos aprofundados sobre esta questão:

“Outro impacto altamente lamentável do colonialismo foi a deterioração da situação da mulher africana. É um tema novo, a exigir outras pesquisas, mas parece não haver dúvidas de que ela foi excluída da maioria das atividades introduzidas ou intensificadas pelo colonialismo, como a educação e a agricultura exportável em algumas partes da África, várias profissões, como o direito, a medicina, a mineração etc. Em consequência dessa exclusão, mal lhe foi concedido um lugar na nova estrutura política colonial.”

(UNESCO, 2010:943)

De acordo com Manuela Borges, o colonialismo afetou, de forma diferente, as vidas das mulheres e dos homens em função da dinâmica entre o capitalismo colonial e o modo de produção familiar, as atitudes e as práticas patriarcais europeias e as africanas, assim como influenciou igualmente na resistência ativa das mulheres ao controlo masculino sobre os recursos sociais e sobre as próprias mulheres (Borges, Manuela, n.d.).

Goerg (1997) considera que os colonizadores, independentemente de serem militares, administradores civis ou missionários, abordaram a África não só com os preconceitos que

³ Tradução livre da autora: “Elas tinham o poder de adivinhar o futuro, curar os doentes e entrar em contacto com os antepassados. Eram elas que davam a vida e que afastavam o mal”. (Sarr, 2010:50)

já tinham sobre este continente mas também com as “etiquetas” que categorizavam os sexos no continente europeu, conferindo às mulheres um estatuto legal inferior. Assim, as mulheres que ocupavam um lugar fundamental na sociedade e na produção agrícola, foram relegadas para o lar e para as culturas de subsistência, perdendo assim o seu poder económico e a diminuição do seu estatuto social que era conferido pela idade, posição social e poder económico.

Aos homens foi-lhes conferida a responsabilidade das culturas de exploração, o acesso às tecnologias, o direito a mais educação e formação e o direito à terra, como chefe de família. Como refere Goerg (1977), apesar de abordarem sociedades extremamente diversificadas, os colonizadores raras vezes procuravam adaptar a sua política em função de estruturas sociopolíticas existentes. Permaneceram cegos às realidades de poder que possuíam algumas categorias de mulheres em função da sua idade, estatuto social ou ainda da situação económica.

Jonh Fage & William Tordoff (2013) também consideram que o papel e o estatuto da mulher deterioraram-se no período colonial, facto que continuou na maioria das esferas da atividade económica, após a independência.

Portanto, de acordo com Sarr, « La colonisation, ainsi que l’Islam et le Christianisme qui reposait sur le patriarcat, seront à la base d’un processus de dépossession des femmes des pouvoirs que leur conférait leur société »⁴ (Sarr, 2010:53). Assim, as mulheres, desprovidas de um poder que possuíram, sobretudo económico, passam a ocupar um lugar subalterno na família e na sociedade, com repercussões a nível cultural e psicológico.

Apesar das novas regras impostas pela colonização, as mulheres não cruzaram os braços e continuaram ativas em algumas organizações de carácter religioso, económico, corporativo, entre outras. Vários são os exemplos que demonstram esta participação ativa das mulheres. Goerg (1997) aponta o caso da Serra Leoa e menciona uma associação feminina criada em 1918 pelo *National Congress of British West Africa* (NCBWA), que tinha como vice-presidente uma senhora - Rose Palmer; menciona ainda a *West African Youth League* (WAYL), uma outra organização local criada em 1938 e que integrou as mulheres nas

⁴ Tradução livre da autora: “A colonização bem como o Islão e o Cristianismo que se assentam no patriarcado, estarão na base de um processo de destituição dos poderes que eram conferidos à mulher pela sociedade”
(Sarr, 2010:53)

estruturas dirigentes e conseguiu eleger a primeira mulher conselheira municipal de Freetown.

Mazrui & Wondji (2010) fazem referência a Hawa Ismen 'Ali, membro da Liga da Juventude Somali, que em 1948, se opôs a volta do colonialismo italiano após a Segunda Guerra Mundial, tornando-se assim, a primeira mulher somali mártir pela libertação do seu país.

Na Nigéria, destaca-se a luta das mulheres contra a imposição pelos ingleses de antigas práticas monetárias. Assim, as mulheres manifestaram-se de forma violenta, incendiando mercados, colocando barreiras nas ruas, atormentando os tribunais locais com as suas queixas e também tiraram as suas crianças da escola (Sarr, 2010). Coquery-Vidrovitch, citada por Fatou Sarr reconhece que mesmo se a data de criação da Associação das Mulheres dos Mercados de Lagos é desconhecida, acredita-se que essa organização era bem viva nos meados dos anos 1920.

Na África do Sul, segundo Sarr (2010), as mulheres lançaram em 1912, a “Native and Coloured Women’s Association” que foi muito ativa na luta anti passe sob diversas formas: petições diretas às altas autoridades, manifestações massivas e cantos enérgicos, o que lhes custava a privação da liberdade com alguma frequência. No entanto, o passe acabou por ser imposto em 1952. Mas as mulheres não pararam, constituíram uma federação nacional em 1952 apoiada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e em 1964 publicaram uma carta que confirmava a sua adesão à luta de libertação nacional contra o poder branco.

Ainda na África do Sul, de acordo com Mazrui & Wondji (2010), as mulheres participaram ativamente na luta contra o *apartheid*, destacando-se Winnie Mandela e Helen Suzman, cujo combate no parlamento durou 36 anos, até 1989. As mulheres também estiveram entre as vítimas dos massacres de Soweto (1976) e Sharpeville (1960) (História Geral da África, vol VIII, 2010:21).

Na Serra Leoa, de acordo com Goerg (1977) alguns movimentos políticos que se constituíram por ocasião da primeira guerra mundial integravam mulheres, como “recursos” para a mobilização de militantes, a organização de festividades e a procura de fundos.

No Senegal, as mulheres integradas na luta política criaram em Dakar em 1954 “L’Union des Femmes du Sénégal” (UFS) que agrupava mulheres de três partidos políticos. Esta organização aderiu à Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIF) que

englobava mulheres de América, Ásia e do bloco socialista. Este intercâmbio deu-lhes uma nova visão da luta das mulheres pelos seus direitos o que as levou a se declararem apolíticas.

Em 1959 surge a União das Mulheres da África do Oeste, cuja presidência foi confiada a uma mulher do Benim, mas circunscrita aos países francófonos. Esta organização teve uma duração limitada devido a problemas organizacionais. Em 1961, o presidente da Guiné Conackri - Sekou Touré autorizou a realização, no seu país, da primeira Conferência das Mulheres em que participaram representantes de Serra Leoa, Libéria, Nigéria, Marocos, Tunísia e Argélia (Sarr, 2010)

Na sequência desta Conferência, as mulheres decidiram criar a Organização Panafricana das Mulheres reagrupando todas as Associações francófonas e anglófonas. A conferência constitutiva teve lugar em Dar-Es Salam – Tanzânia, de 26 a 31 de Julho de 1962, onde participaram 14 países e 8 Movimentos de Libertação. Esta Conferência, que teve como um dos principais objetivos refletir sobre a difícil situação em que se encontrava a maioria das mulheres do continente, foi encerrada pelo Presidente da República daquele país na altura – Julius Nyéréré. Assim, nasceu o Dia da Mulher Africana que se comemora, anualmente, a 31 de Julho. Hoje, esta organização integra, também, representações de países lusófonos e para além dos objetivos iniciais, entre os quais a educação, que ainda não foram completamente atingidos, tem hoje novas frentes de luta como o combate à propagação do HIV/SIDA, a reconstrução do continente, o fim dos conflitos armados, a garantia da paz e da democracia, entre outros aspetos.

Convém realçar que muito pouco se sabe ainda, sobre os movimentos acima mencionados noutros espaços africanos, como por exemplo o espaço lusófono, e que contornos políticos, sociais, económicos ou religiosos poderiam ter.

Aurora Ferreira, afirma que:

“São pouco conhecidos estudos sobre organizações femininas ou de mulheres dos diferentes movimentos e organizações que participaram na luta contra o colonialismo e pela libertação do país, tanto direta como indiretamente, como no caso possível de organizações ligadas a movimentos e associações de âmbito transnacional [...]”

(Ferreira, 2004:56)

Segundo esta autora, a história de participação das mulheres nos movimentos de libertação no exterior do país é mais conhecida do que aquela que teve lugar no interior. Por exemplo, a Organização da Mulher de Angola (OMA) teve a preocupação de escrever a sua história,

pois foi criada em Léopoldville em 1961, como um braço feminino do partido MPLA para responder às exigências da luta de libertação. Segundo a História Geral da África da Unesco, “[...] as mulheres foram em Angola, como alhures na África, as heroínas desconhecidas da luta pela liberdade e contribuíram para o sucesso da empreitada muito mais que o geralmente se tem destacado.” (Mazrui & Wondji, 2010:22)

Também em 1961, Amílcar Cabral criou, em Conacri, a União das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde (UDEMU), antes do início da luta armada de libertação nacional, com vista a conscientizar e preparar as mulheres para os desafios que se aproximavam. De acordo com Patrícia Gomes (2013), as mulheres guineenses representaram o orgulho e o exemplo de emancipação feminina em África, pois foram a face feminina das sociedades africanas oprimidas que na altura, procuravam lutar pela conquista da sua independência.

A participação massiva das mulheres em todo o processo que conduziu às independências não teve o seu reflexo, imediato, em termos numéricos na composição dos governos saídos das independências. No entanto, na constituição política dos novos Estados estava e está expressa a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, excluindo qualquer forma de discriminação baseada no sexo.

Nos países francófonos, Sarr (2010) ilustra esta situação com alguns exemplos, nomeadamente no Senegal, onde o Presidente Senghor, decidiu eleger, apenas, as intelectuais, provocando a desmobilização de outras mulheres que tinham dado o melhor de si e sem ter em conta que ao sair da colonização a taxa de analfabetismo feminino era muito elevada; nos Camarões os homens concederam um lugar irrisório às mulheres nas altas esferas políticas e só em 1970 é que duas mulheres integraram, pela primeira vez, o governo e, finalmente, no Mali, durante os 23 anos de ditadura militar do presidente Moussa Traoré, apenas quatro mulheres ocuparam postos ministeriais, a saber: assuntos sociais, saúde, comunicação e emprego.

Segundo esta investigadora, apenas o Presidente da Guiné Conacri – Sekou Touré, aplicou medidas que podem ser consideradas como as precursoras das quotas, ou seja, estabeleceu um limite mínimo de participação feminina aos níveis locais, regionais e nacional.

Porém, “[...] adquirida a soberania, algumas mulheres tornaram-se a voz da África no cenário internacional.” (Mazrui & Wondji 2010:23). De entre estas mulheres destaca-se a

liberiana Angie Brooks que foi Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1969-1970, lugar que ocupou primeiro que qualquer mulher ocidental. (Mazrui & Wondji, 2010)

Capítulo 2 - O contexto de São Tomé e Príncipe

2.1 – *Dos Séculos XV a XVIII*

Segundo Marc Bloch “O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.” (Bloch, n.d.: 109)

Não existem informações disponíveis sobre a existência de movimentos sociais femininos ou de movimentos de mulheres em São Tomé e Príncipe no período pré-colonial e relativamente ao período colonial também existem poucos estudos.

Arlindo Caldeira, que estudou a situação da mulher são-tomense no período colonial, no seu livro *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (Séculos XV-XVIII)* não faz referência a movimentos sociais femininos propriamente ditos, apesar da sociedade são-tomense na altura ter uma visão androcêntrica e as mulheres constituírem a maioria da população. O autor afirma que “Mulheres de diferentes cores de pele e de variados estatutos acabam por ter em comum o facto de todas elas estarem sujeitas a um poder masculino discricionário, embora, naturalmente com variações de intensidade que assumem a forma mais constrangedora na base da pirâmide.” (Caldeira, 1999:155)

Este autor também faz referência à apatia das mulheres em se organizarem, independentemente do seu estatuto social: “O mundo feminino mal se revela, juntando-se, à discricção com que se defende numa sociedade asperamente masculina, o silêncio com que esta o contempla.” (Caldeira, 1999:155)

Porém essa passividade algumas vezes foi rompida. Assim, apesar do seu baixo estatuto social e da discriminação a que estavam sujeitas, Caldeira faz referência a impulsiva intervenção das mulheres em vários momentos, no que ele designou de *grandes grupos indignados* em São Tomé e Príncipe. Destes casos, pode-se citar, a título de exemplo, o movimento de mulheres que, em 1778, fez fracassar a primeira tentativa de passar a soberania da ilha de Ano Bom de Portugal para Espanha, pois revoltaram-se e fizeram “[...] procissões com caveiras e ossos de mortos” (Caldeira, 1999:146). Outra referência, é a insubordinação dos soldados da ilha do Príncipe contra os oficiais europeus, em 1795, cujos tumultos foram sempre acompanhados por “uma grande multidão de mulheres” (Caldeira, 1999).

Apesar de não terem feito parte de nenhum movimento social feminino, há 3 mulheres, que viveram entre os séculos XVI e XVIII, que se destacaram pelas suas ações e que, no entanto, poucas vezes são mencionadas na história de São Tomé e Príncipe, a saber: Ana de Chaves, Simoa Godinha ou Godinho (aparece muitas vezes assim) e Maria Correia Salema.

Em São Tomé, a principal baía da capital, um pico e um rio têm a designação *Ana de Chaves*. Desconhece-se a data do seu nascimento, mas sabe-se que morreu em 1566 (Gallet, 2001) e o seu túmulo encontra-se na Sé Catedral em São Tomé, para onde foi transferido depois de ter sido profanado e demolido na Igreja de São João Baptista que ela mandara edificar. (Caldeira, 1999). A sua origem não é muito conhecida. Segundo alguns historiadores Ana de Chaves não nasceu em São Tomé e, talvez fosse filha natural do Rei D. João III. Possuidora de terras e outras riquezas, realizou obras de caridade e apoiou diversas instituições religiosas (Gallet, 2001). Segundo Caldeira, Ana de Chaves instituiu um morgado que incluía “[...]onze fazendas e várias casas na cidade, além de escravos e bens móveis [...]” (Caldeira 1999:132).

O maior lar para idosos, em São Tomé, leva o nome de *Dona Simoa Godinha*. Esta senhora mestiça, nascida em São Tomé, herdou do pai terras, engenhos e outros bens e casou-se com D. Luís de Almeida que foi escudeiro da Casa Real e também dono de fazendas de cana-de-açúcar e capitão donatário da ilha de Ano Bom. O casal, que não teve filhos, embarcou para Lisboa antes de 1583, numa altura em que a situação social na ilha de São Tomé se havia degradado. Em Portugal, foram residir em Portas do Mar, perto do Palácio Real. Mandaram edificar uma sumptuosa capela, onde foram sepultados, que chegou a ser uma das mais imponentes de Lisboa - a Igreja da Misericórdia que é hoje a Conceição Velha. Dona Simoa também mandou construir um mosteiro para religiosas pobres na sua quinta de Laveiras a Paço de Arcos, entre outras ações (Caldeira, 1999) Ela e a sua família, apesar da sua enorme fortuna, sempre trataram bem os escravos e realizaram múltiplas obras de caridade, tanto em São Tomé como em Lisboa, e benfeitorias a conventos, hospitais e igrejas. À sua morte deixou como sua herdeira universal a *Casa da Santa Misericórdia de Lisboa* (Ambrósio, sd).

Dona Maria Correia Salema Ferreira foi natural da ilha do Príncipe, onde nasceu em 1788. Também conhecida como a Princesa negra da Ilha do Príncipe, Dona Maria foi casada duas vezes, sendo o primeiro casamento com José Ferreira Gomes, que introduziu a planta do cacau na ilha do Príncipe, proveniente do seu país o Brasil. Este homem era também armador

de navios destinados ao tráfico de escravos (Gallet, 2001). Segundo Silvestre Umbelina, Dona Maria Correia chegou a ser a pessoa mais rica da ilha do Príncipe: possuía dois palácios, várias casas, diversas propriedades (roças), entre outros bens “[...] e era muito respeitada, pelas autoridades coloniais, estrangeiros que viviam na ilha e pelos naturais.” (Umbelina, 2012:32). Apesar de ter sido muito rica e ter vivido na opulência, não há referências sobre obras de caridade realizadas por esta senhora. Dona Maria, à diferença das outras duas anteriormente mencionadas, não teve epitáfio nem lápide ou qualquer sinal da sua sepultura, pois não deixou filhos mas apenas herdeiros interesseiros. (Umbelina, 2012).

De realçar, que duas das mulheres anteriormente mencionadas, Simoa Godinha e Maria Correia eram mestiças ou mulatas, ou seja, filhas ou descendentes de mães negras e pais portugueses. Segundo Maria Nazaré Ceita, os chamados “filhos da terra” (classe a que as mulheres supramencionadas pertenciam) eram constituídos por uma população mestiça e negra livre desde os finais do século XVI, através das cartas de alforria concedidas pelos monarcas portugueses aos filhos das escravas com os primeiros povoadores europeus (Ceita, 2005). Supõe-se que as filhas também estivessem incluídas. Assim, os Africanos e Mulatos “[...] desempenharam um papel ativo e decisivo[...]” (Henriques, 2000:132), na sociedade são-tomense nos séculos XVI a meados do século XIX, o que pode explicar o facto de estas mulheres terem adquirido o estatuto social que tiveram.

2.2 – De finais do século XVIII à década de 70 no século XX

Com a transferência da cultura da cana e produção do açúcar de São Tomé para o Brasil, a partir do século XVII “... São Tomé se pareceria com um armazém vazio, no qual restasse apenas o cheiro entranhado de uma mercadoria abandonada.” (Tenreiro, 1961:74), o que significa que não havia grandes movimentações ou trocas comerciais entre São Tomé e Príncipe e Portugal continental.

Com a introdução e o desenvolvimento das culturas de café e cacau trazidas do Brasil começa uma nova etapa socioeconómica nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Como afirma Isabel Castro Henriques “[...]as plantas são portadoras de um sistema, que impõe a reorganização do ecossistema para satisfazer os apetites dos capitalistas europeus.” (Henriques, 2000:132). Começa, assim, a chamada recolonização das ilhas, caracterizada

pela mudança do regime de escravidão pelo de servidão e pela luta da posse da terra.

Segundo a obra de Tenreiro

“Em 1858, no reinado de D. Pedro V, decretou-se que a escravatura e a servidão terminassem em definitivo passados vinte anos, [...], de forma a não agravar a situação dos agricultores e a melhorar até á libertação a condição dos escravos. Porém, devido a conjuntura política internacional, [...], por Decreto de 25 de Fevereiro de 1869 era abolida definitivamente a escravatura.”

(Tenreiro, 1961:79)

Os “filhos da terra” foram perdendo as suas terras por usurpação, violência, pagamento de dívidas entre outros motivos. De realçar que estes, apesar de passarem a viver de pequenos rendimentos que obtinham das suas pequenas propriedades, denominadas glebas, e de algumas profissões liberais, nunca aceitaram o contrato para trabalharem nas roças. Apesar do capitalismo lhes ter procurado impor a disciplina da exploração, eles preferiram a dignidade de ser livres, mesmo se a conjuntura internacional lhes era desfavorável (Henriques, 2000).

Porém, deve-se destacar que, tendo em conta o contexto socioeconómico das ilhas e a grande necessidade de braços para a agricultura, a proporção de homens e mulheres nas ilhas nem sempre foi equilibrada. Em finais do século XIX, “[...] nas roças existiriam mais homens do que mulheres embora numa proporção acautelada pelos roceiros.” (Nascimento, 2002:221). Segundo este autor, esta situação continuaria, ainda nas primeiras décadas do século XX. Assim, a título de exemplo, em 1931 foram emigrados de Angola para São Tomé e Príncipe, 343 homens e apenas 25 mulheres (Nascimento, 2002). Mesmo entre a população europeia, o número de mulheres era inferior ao dos homens. De acordo com Cadbury (1910:19 *apud* Nascimento, 2002:233), o número de mulheres europeias em inícios de Novecentos rondaria as 30 num universo de cerca de dois mil indivíduos. Portanto, o desequilíbrio numérico entre os sexos era significativo, nos diferentes estratos sociais, e o relacionamento entre o homem e a mulher era influenciado pelas normas que regulavam o funcionamento da sociedade na altura. Nascimento referiu o seguinte:

“[...] um obscurecimento do papel das mulheres por via da tradição patriarcal do espaço rural português, de que a roça era, [...], uma extensão simbólica. [...] Nas ilhas os homens e as mulheres partilhavam muitas tarefas mas a roça induzia a determinação da vida familiar pelo homem [...]. Inversamente, da diferença salarial favorável aos homens não deve ser inferida a subalternidade das mulheres, salvo quando essa subalternidade remontava à importação.”

(Nascimento, 2002:236)

Relativamente aos movimentos sociais, Augusto Nascimento no seu livro sobre o *Associativismo São-Tomense nos Primeiros decénios de Novecentos*, faz referência ao surgimento de vários movimentos associativos em São Tomé. Numa primeira fase, tinham apenas fins recreativos, como por exemplo a “Perseverança” constituída em 1861, a “Sociedade Grémio Equinocial” criada em finais de 1873, entre outros. A “Associação de Beneficência Pro-Pátria”, fundada em 1902, tinha como fim a assistência médica e hospitalar e o custeio do repatriamento dos europeus indigentes, enquanto a “Liga dos Interesses Indígenas” surgida depois do 5 de Outubro de 1910, bem como o Grémio Africano de S. Tomé, criado a 5 de Janeiro de 1922 visavam o progresso dos nativos, promovendo palestras, espetáculos, bailes, entre outras manifestações culturais. Porém, não há qualquer menção ao surgimento de associações ou movimentos de mulheres a reivindicarem melhores condições de trabalho ou de salário, pois, segundo Nascimento (2002), para os donos ou administradores das roças, as mulheres eram similares aos homens, pois não passavam de braços. Portanto não há referências a movimentos de mulheres naquela época em São Tomé e Príncipe.

2.3 - A participação feminina na luta de libertação: lugar e funções.

Aurora Ferreira, referindo-se à luta de libertação em Angola, afirma que com a luta de libertação, “[...] as mulheres tomaram consciência da sua importância, passando desde então a serem participantes activas em várias actividades e campos de luta, [...] porém pouco se sabendo da sua participação política activa” (Ferreira, 2004:51).

2.3.1 – A participação das mulheres nas movimentações políticas antes da Revolução de Abril de 1974

No início da década de 1950, as Ilhas de São Tomé e Príncipe eram dirigidas pelo governador Carlos de Sousa Gorgulho, que fora nomeado governador de São Tomé e Príncipe por portaria de 27 de Março de 1945 (Espírito Santo; 2003).

Os primeiros anos de governação de Carlos Gorgulho caracterizaram-se pela melhoria das condições socioeconómicas nas ilhas, entre as quais: abono de família e subsídio de renda

de casa, criação de um semanário local, “*A voz de São Tomé*”, construção de casas para funcionários públicos, mercado municipal, Cinema Império, ruas e estradas, aeroportos de São Tomé e do Príncipe, o dispensário antituberculoso e uma nova prisão (Seibert, 2001).

Estas obras que estavam a ser edificadas num ritmo acelerado foram realizadas à custa de trabalhos forçados, rusgas e prisões arbitrárias. As mulheres não escapavam a essas rusgas, mas o seu destino “era diferente”. Rêgo, citado por Seibert destaca que “Dizia-se que o governador considerava as mulheres bonitas apanhadas numa tal rusga como o seu despojo pessoal” (Seibert, 2001:80).

O clima de tensão nas ilhas, caracterizado sobretudo pela perseguição aos nativos - *os forros* - que não aceitavam o contrato para a realização de trabalhos agrícolas nas roças, foi crescendo. Assim, Gorgulho, como o afirma Avelino Pires dos Santos citado por Carlos do Espírito Santo, procurou eliminar os forros intelectuais, confiscar os seus bens, “[...] lançando na miséria suas mulheres, filhas e irmãs, que assim teriam que estabelecer laços matrimoniais com os serviçais contratados das roças” (Espírito Santo, 2003:41).

A *Guerra da Trindade* ou o *Massacre de 1953*, como ficou conhecida, começou nos primeiros dias do mês de Fevereiro de 1953 e pode-se considerar que a repressão atingiu o seu auge com “[...] espancamentos até à morte, afogamentos propositados, correntes de ferro à volta do pescoço, interrogatórios intermináveis, com palmatórias, chicote e choques eléctricos” (Marky, 1999:288).

Como um dos objetivos da guerra era destruir a elite negra são-tomense, as mulheres que possuíam um estatuto social considerável também não escaparam à perseguição.

Assim, de entre as pessoas que foram presas, destaca-se a professora primária Maria de Jesus, acusada de conspiradora, de albergar reuniões clandestinas em sua casa e de ensinar palavras de ordem às crianças da sua escola, como: *Agora vamos mandar*.

Clarice De Medeiros Veloso, comerciante da vila da Trindade (local onde começou a revolta) também foi presa e interrogada pelo próprio Governador, pois este queria que ela denunciasse ter conhecimento das reuniões políticas realizadas pelos seus conterrâneos (Espírito Santo, 2000). Segundo este mesmo autor, Inácia Fernandes dos Santos, rica proprietária da Roça António Soares, também não escapou à prisão e aos interrogatórios.

Maria dos Ramos, esposa de um agricultor branco, Carlos da Cunha Soares, foi igualmente presa e, juntamente com o marido, que similarmente fora preso, deportada para a ilha do Príncipe, por ordem do Governador. Uma vez liberta, também colaborou no processo para a libertação dos detidos, trabalhando com a Alda do Espírito Santo e o Dr. Palma Carlos (Espírito Santo, 2000).

Muitas mulheres anónimas e jovens raparigas foram violadas durante essa guerra, como narrou Avelino Pires dos Santos, citado por Carlos Espírito Santo: “os trabalhadores lançaram-se na indisciplina de forçar mulheres, desonrar crianças, [...], em virtude do senhor Governador lhes ter feito constar que, desde já, podiam utilizar-se de mulheres, cujos pais e maridos estivessem mortos ou desaparecidos” (Espírito Santo, 2003:330).

Graças à intervenção do Dr. Palma Carlos, advogado contratado a partir de Portugal pela família Espírito Santo e que trabalhou arduamente em São Tomé, coadjuvado por Alda do Espírito Santo, a guerra chegou ao fim. Esta mulher, de espírito independentista e possuidora de grande coragem e determinação, foi uma peça chave para o fim do massacre perpetuado pelo Governador Carlos Gorgulho e participou, ativamente, na libertação dos detidos de 1953, entre os quais a sua mãe Maria de Jesus Neves do Espírito Santo. Já antes, em 1952, segundo Carlos do Espírito Santo (2012), Alda do Espírito Santo subscrevera uma exposição dirigida ao Presidente da República portuguesa reclamando a retirada de Portugal do Pacto do Atlântico e sugerindo que as verbas destinadas ao rearmamento, fossem canalizadas para a melhoria do nível de vida do povo português. Portanto Alda era já uma figura visada do governo português na altura.

Outra mulher que também se destacou na resistência, foi Maria do Céu Espírito Santo, esposa de Salustino Graça, tio de Alda do Espírito Santo, que não poupou esforços tanto na denúncia dos atos que estavam a decorrer em São Tomé, como também nas diligências para a contratação de um advogado que viesse à São Tomé libertar os presos de acordo com Espírito Santo (2003).

Pode-se considerar que os acontecimentos de 1953 marcam o início de uma nova época, como o afirma Carlos Espírito Santo: “Nunca mais o estado de coisas em São Tomé foi o mesmo. [...] o seu governo tornou-se o principal responsável pelo rápido avanço que então se sentiu na consciencialização política dos nativos, e na conseqüente formação de um grupo político.” (Espírito Santo, 2003:445-446).

De forma global, constata-se que apesar do envolvimento de mulheres durante os acontecimentos de 1953, não há referências a movimentos exclusivamente femininos, apesar da existência desses movimentos em Portugal continental.

Após os acontecimentos de Fevereiro de 1953, começaram a se constituir “bolsas” de resistência tanto no interior como no exterior do país.

O primeiro Movimento de Libertação a ser constituído foi o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe – CLSTP, criado em Setembro de 1960 em São Tomé. Dois estudantes universitários são-tomenses em Portugal que estavam a passar férias em São Tomé, nomeadamente Miguel Trovoada e Guadalupe de Ceita, juntamente com um dos núcleos de resistência que existia no interior da Ilha, decidiram criar esse movimento, cuja sede foi instalada em Libreville no Gabão. Segundo Seibert (2001), a criação desse movimento marcou a institucionalização do nacionalismo forro.

O CLSTP criou células tanto no interior como no exterior das Ilhas de São Tomé e Príncipe, estabeleceu relações com outros movimentos de libertação, foi reconhecido pelas Nações Unidas em 1962 e, no ano seguinte, participou, como observador na conferência de Adis Abeba, onde foi fundada a Organização de Unidade Africana (OUA).

Segundo o depoimento de Guadalupe de Ceita, no dia 5 de Abril de 2012, a direção do CLSTP não integrava nenhuma mulher. Guadalupe de Ceita, membro fundador desta organização, afirmou também que nas reuniões políticas do CLSTP não participavam mulheres. Declarou, ainda, que muita coisa se fazia sem o concurso das mesmas, pois elas não eram chamadas a participar e não havia contacto direto com elas para que dessem a sua contribuição.

No entanto, o referido dirigente declarou que, apesar de reconhecer o papel das mulheres, o Movimento tinha um objetivo único que era a libertação do povo de São Tomé e Príncipe. Portanto, não havia nenhuma preocupação com as questões relativas à emancipação das mulheres, no seu programa mínimo. Porém, no programa máximo, havia uma referência à igualdade total de direitos para ambos sexos:

“Alínea f) item 4 – Regime democrático anti-colonialista e anti-imperialista diz o seguinte “igualdade total de direitos, sem distinção de sexo, no plano político, económico, social e cultural. As mulheres terão, rigorosamente, os mesmos direitos que os homens.”
(Espírito Santo, 2012:776 -779).

As reuniões realizadas em São Tomé eram clandestinas e os homens achavam que correriam mais riscos caso as mulheres estivessem envolvidas, de acordo com os testemunhos de Guadalupe de Ceita. No entanto, este ex-dirigente declarou, também, que Alda do Espírito Santo participava indiretamente, ou seja, tinha contactos com a organização, embora não participasse nas reuniões clandestinas. Segundo Carlos do Espírito Santo, a Alda integrou o CLSTP a partir de 1962, tendo sido uma das responsáveis deste movimento no interior do país.

Esta senhora, que também era poetisa e escritora, graças à sua coragem, além de manter contacto com os dirigentes do movimento de libertação no exterior do país, organizava tertúlias e outras atividades em sua casa, com o fim de preparar os e as são-tomenses para a causa da independência das ilhas.

No entanto, as esposas dos dirigentes no exterior, segundo Guadalupe de Ceita, não participavam diretamente nas reuniões mas davam o seu apoio logístico aos membros da organização.

Porém, mais tarde, ainda nos finais da década de 1960 a Senhora Alexandrina Soares de Barros de Lima começou a participar ativamente nas reuniões do CLSTP de Libreville, cidade onde morava com os seus filhos. Ela foi convidada por Miguel Trovoada, dirigente desse Movimento, a participar na reunião que se realizou em Santa Isabel (Malabo), na Guiné Equatorial, em que foi constituído o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - MLSTP. Segundo Guadalupe de Ceita, Alexandrina Barros de Lima foi, portanto, a primeira mulher que participou ativa e abertamente no Movimento de Libertação e foi integrada, em 1972, como membro do Bureau Político mas, embora, sem uma função definida. Em 1974, a direção desse movimento integrou, também, Alda do Espírito Santo.

Mais tarde, em 1974, a direção do MLSTP foi transferida para Libreville e o Bureau Político, que foi alargado de 8 para 12 membros, passou a integrar mais uma mulher – Alda do Espírito Santo. Por ocasião da independência, em 1975, devido ao afastamento de 4 membros, esse órgão voltou a ter 8 membros mas as duas mulheres permaneceram. Alexandrina Barros de Lima deixa de pertencer ao Bureau Político a partir de 1981 e este passa a integrar uma outra mulher – Maria da Graça Amorim (Seibert, 2001).

No programa mínimo do MLSTP não havia referências específicas para a promoção da mulher. No entanto, *Os Estatutos* (presume-se que tenham sido redigidos posteriormente), tinham um capítulo dedicado às “Organizações de Massas”, entre as quais a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe. Relativamente à O.M.S.T.P, os Estatutos, no Capítulo VII, Artigo 20º, plasmavam o seguinte: “A Organização da Mulher de S. Tomé e Príncipe (O.M.S.T.E.P.) é a organização de carácter político e social que enquadra as mulheres de São Tomé e Príncipe e visa a sua plena participação no processo revolucionário.”

Os estudantes são-tomenses residentes em Portugal não estavam alheios ao que estava a acontecer no mundo, particularmente em África. Assim, em Lisboa, em meados de 1964, por iniciativa de Frederico Sequeira, foi constituído um grupo que se debruçaria sobre diversas matérias de índole social, económica e política. Este grupo integrou, entre outros membros, algumas mulheres estudantes nas terras portuguesas, nomeadamente Lígia Espírito Santo (que na década de 1980 viria a ser Ministra da Educação e Cultura), Maria de Lurdes Bragança Torres, Isabel Will e Alda do Espírito Santo, sendo esta última responsável pela concretização dos propósitos do grupo em São Tomé e Príncipe, como já foi anteriormente citado (Espírito Santo, 2012).

O grupo reunia-se na residência de Andreza Espírito Santo mais conhecida por Tia Andreza (reconhecida figura de resistência), sita em Lisboa, na Rua Actor Vale nº 37, primeiro andar esquerdo, residência que sempre albergou e encorajou os jovens nacionalistas são-tomenses.

As mulheres anónimas, ou seja, do povo também sentiam e viviam o clima de tensão reinante nas ilhas e reagem à sua maneira. Carlos Espírito Santo, citando entrevista realizada com Maria do Rosário Barros, faz referência a dois movimentos organizados pelas mulheres das ex-freguesias de Santana e Trindade (hoje cidades) que protestaram, por ocasião das comemorações do 5º centenário da descoberta das ilhas de São Tomé e Príncipe, ou seja a 21 de Dezembro de 1971. A primeira manifestação foi contra a redução do tempo das visitas ao Hospital de S. Tomé (atualmente Hospital Dr. Ayres de Menezes) para uma duração máxima de 30 minutos e a segunda foi contra a proibição da venda de caroço (coconote) que era uma das fontes de rendimento de muitas mulheres do povo. De realçar que, em ambas situações, as mulheres conseguiram que tais medidas fossem anuladas (Espírito Santo, 2012).

2.3.2 - A participação política da mulher são-tomense da revolução de Abril de 1974 a 12 de Julho de 1975

Depois do 25 de Abril, os e as estudantes são-tomenses em Portugal começaram a organizar-se a fim de contribuírem para a independência de São Tomé e Príncipe. Foram criadas comissões de trabalho e a maioria dos estudantes decidiu abandonar os seus estudos e regressar a São Tomé a fim de “agitar as coisas”, pois no interior das ilhas não se fazia sentir qualquer movimentação. Ainda em Portugal, as reuniões eram realizadas numa residência no Lumiar, onde viviam várias mulheres entre as quais Alda Bandeira, Helena Bragança, Ivone Trovoadá, segundo testemunhou Albertino Bragança (Entrevista concedida a Lurdes Santos em 11 de Abril de 2012).

Alda Bandeira que convivera com reconhecidas mulheres, tais como Graça Machel de Moçambique e Amélia Mingas de Angola, integrou, juntamente com Albertino Bragança, a Comissão de informação. Esta Comissão percorreu várias regiões de Portugal para sensibilizar e informar os são-tomenses sobre a situação das ilhas de São Tomé e Príncipe. Em 1974, dando resposta a um convite do MLSTP, Alda Bandeira participou, com Arlindo Gomes em Argel, na Conferência Pan-africana da Juventude. A participação nesta conferência abriu-lhe mais os horizontes, pois fê-la entender que já havia uma preocupação internacional com a causa da mulher (Entrevista concedida por Alda Bandeira a Lurdes Santos a 5 de Março de 2012).

Em meados de Junho de 1974, em São Tomé, foi constituída a Associação Cívica Pró-MLSTP, sob orientação de Gastão Torres, que fora o representante do MLSTP em Portugal. Esta Associação integrava funcionários públicos e jovens incluindo os as estudantes residentes em Portugal que, entretanto, decidiram suspender os seus estudos universitários e regressar às ilhas. Entre estes estudantes destaca-se Alda Bandeira, Norberto e Filinto Costa Alegre, Milú Aguiar, Albertino Bragança, Camélia Barros, Carlos e Olegário, Elsa Mata, Ivone Trovoadá, Manuel Vaz Fernandes, Armindo Vaz d’Almeida, entre outros (Seibert, 2001).

A Associação Cívica, que integrava homens e mulheres⁵, realizou um amplo trabalho de informação e mobilização que incluiu tanto os trabalhadores agrícolas, ou seja, das roças, como a população nativa, “organizando greves, manifestações e boicotes”(Seibert, 2001).

Alda do Espírito Santo, uma das líderes dessa organização, tinha como um dos seus grupos alvo para mobilização, as mulheres. Assim, coadjuvada por Alda Bandeira, organizou um grupo de mulheres que se reunia periodicamente e realizava campanhas de alfabetização e sensibilização da população sempre com a mensagem de que todos, homens e mulheres, deveriam mobilizar-se para a independência de São Tomé e Príncipe. Destas mulheres destacam-se Maria do Rosário Barros, Hironidina Xavier, Fátima Ramos Dias, Ester Will, Páscoa Carvalho, Páscoa Aragão, professoras na sua maioria e que, muitas vezes, utilizando os meios próprios percorriam o país na mobilização das mulheres para a independência nacional.

Quando a situação política e social se tornou crítica em Setembro de 1974, o grupo de mulheres provenientes de todos os recantos das ilhas e orientado pelas mulheres acima referidas, vestidas de preto (luto), realizaram, no dia 19 de Setembro, uma grande manifestação pelas ruas da cidade de São Tomé, gritando palavras de ordem entre as quais: “Unidos venceremos, a vitória é nossa”, “Independenxa total, ça quá cu povo mêcê”,⁶ que terminou no palácio do Governador.

Chegadas ao Palácio, as mulheres exigiram que queriam falar com o Governador, pedido esse que lhes foi concedido. Assim, uma delegação dirigida por Maria do Rosário Barros precisou ao Governador Pires Veloso que Portugal deveria iniciar conversações com o MLSTP a fim de que houvesse a independência total e imediata para São Tomé e Príncipe. Segundo Carlos do Espírito Santo, citando entrevista com Maria do Rosário Barros, o Governador tentou dissuadi-las dessa vontade política mas elas não se deixaram convencer e mantiveram-se firmes no seu desiderato. Neste sentido, o Governador prometeu que iria expor a situação às instâncias superiores (Espírito Santo, 2012).

⁵ Artigo 5º do Estatuto: “Podem ser membros da Associação Cívica Pró- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe todos os africanos originários ou habitantes do Arquipélago, maiores de 15 anos, sem distinção de sexo, cor, religião, condição social e intelectual, que concordem com o presente estatuto e prossigam os fins da Associação”.

(Espírito Santo, 2012:1008)

⁶ Tradução da autora: “Independência total é o que o povo quer”

Pode-se, assim, considerar que esse movimento feminino também contribuiu para que o governo português decidisse negociar com o MLSTP já em 28 de Setembro daquele ano. Essas negociações viriam a culminar com a assinatura do Acordo de Argel no dia 26 de Novembro de 1974, constituindo assim, o primeiro passo para a independência de São Tomé e Príncipe.

Esse grupo de mulheres, que continuou ativo, constituiu o embrião do que viria a ser a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe – OMSTP. Devido a esse movimento social dirigido pelas mulheres, passou-se a comemorar o 19 de Setembro como Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe.

De realçar que as mulheres que faziam parte da Associação Cívica não participavam apenas na mobilização das mulheres! Percorriam juntamente com os homens, os vários cantos das ilhas de São Tomé e do Príncipe, organizando manifestações e mobilizando a população, de forma geral, para a independência total e completa.

Antes da constituição da Associação Cívica, ou seja, em Maio de 1974, surgiu em São Tomé um movimento denominado Frente Popular Livre (FPL) que, queria a independência total mas, de forma progressiva. A direção dessa organização integrava duas mulheres Maria do Carmo Bragança Neto e Marina da Graça Santiago de Sousa – a primeira professora negra do Liceu Nacional, e mais dois professores do Liceu, de origem portuguesa, Ferreira da Silva e Anita Estibeiro, esta última de origem luso-indiana. Este grupo chegou a iniciar a sensibilização da população com vista à independência mas, após o surgimento da Associação Cívica, esta considerou a FPL “[...] um dos principais inimigos da pátria.” (Espírito Santo, 2012:327).

Devidas às divergências com a Associação Cívica – braço político do MLSTP, os dirigentes deste movimento aconselharam a dissolução da FPL e a integração dos seus membros na Associação Cívica, de forma a evitar a existência de vários movimentos, o que complicaria as negociações com o governo português. Apesar das recomendações do MLSTP, Maria do Carmo Neto, bem como, outros dirigentes da FPL, afirmam nunca terem integrado as fileiras do MLSTP.

Nas negociações acima mencionadas, realizadas entre o MLSTP e o governo português, não participaram mulheres nem na delegação portuguesa nem na são-tomense.

No Governo de Transição constituído por 5 membros, Alda do Espírito Santo foi a única mulher ocupando a pasta de Ministra da Cultura, e após a independência, integrou o governo provisório de 1975 com o cargo de Ministra da Educação e Cultura Popular.

É significativo que na mensagem dirigida ao povo de São Tomé e Príncipe, em 20 de Dezembro de 1974, Pinto da Costa tenha afirmado o seguinte:

“Queremos chamar a atenção daqueles que ainda consideram a mulher como ser inferior, para o papel importante que ela desempenhou na nossa luta de libertação, tanto ao nível da mobilização das massas, como nas diferentes manifestações no nosso país, a mulher teve uma participação ativa. As nossas mulheres sofreram mais do que qualquer outro nacional durante o período colonial. Sobre ela recaía não somente o peso da exploração colonial, mas também o da tradição que a relega para um plano inferior, privando-a de toda e qualquer iniciativa dentro da sociedade. A emancipação da mulher é um passo indispensável na defesa dos direitos de cada cidadão de participar ativamente na direção do nosso país.”

(Costa, 1978: 26)

**PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE**

Capítulo 3 – A luta pela igualdade no período pós-independência

O discurso proferido pelo Presidente da República, Doutor Manuel Pinto da Costa no dia da independência, salientou que as mulheres tinham sofrido muito durante o período colonial, não apenas devido à exploração colonial, mas, também, devido à tradição que as relegava para um lugar inferior. Assim, afirmou o seguinte:

“Quanto às nossas mulheres, às mulheres de São Tomé e Príncipe, elas terão que ser integradas na vida da Nação, não como elementos passivos mas como cidadãs activas. [...] A emancipação da mulher é um passo indispensável na defesa dos direitos de cada cidadão de participar activamente na direcção do nosso estado.”

(Costa, 1975 *apud* Espírito Santo, 2012:1104).

Durante o que se convencionou chamar de *1ª República* (os primeiros 15 anos após a independência – 1975 a 1990) não existiu nenhum quadro institucional para a promoção das mulheres, ou seja, alguma estrutura governamental que as pudesse representar. A OMSTEP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe, braço feminino do MLSTP, partido no poder, apesar de ser uma organização partidária era a representativa de todas as mulheres de São Tomé e Príncipe. Após a mudança de regime, de partido único ao pluripartidarismo em 1990, com a adoção de uma nova Constituição Política e a realização das primeiras eleições livres em 1991, foi possível o surgimento de outras Organizações da Sociedade Civil ligadas à promoção das mulheres e à igualdade entre os sexos.

3.1 – O papel da OMSTEP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe

No Programa Político do MLSTP adotado no período de transição, estava prevista a criação de organizações de massas⁷, entre as quais “Organizações de mulheres” (Espírito Santo, 2012:1148). Neste sentido, o grupo de mulheres liderado por Alda do Espírito Santo durante o período que antecedeu a instalação do Governo de Transição foi evoluindo para a constituição da Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe – OMSTEP, de acordo com a nova orientação política. Uma breve análise dos primeiros discursos proferidos pelo Presidente da República entre 1975 e 1977 a propósito dessa organização permite ter uma ideia da real importância que lhe era conferida e da expectativa que sobre ela recaía.

No discurso proferido a 17 de Julho de 1975, relativo à apreciação sobre o decorrer das festas de independência, Manuel Pinto da Costa anunciou a criação dessa organização:

⁷ Organizações de jovens e de mulheres que continham no seu seio um grande número de pessoas.

“Rendemos uma homenagem especial às nossas mulheres que, incansáveis, constituíram o factor principal do sucesso da nossa festa de independência. [...]. Dada a importância da mulher na luta que travamos actualmente pela construção do nosso país, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe prepara-se para criar uma Organização de Mulheres de S. Tomé e Príncipe que irá orientar e politizar as nossas mulheres, de modo a lhes preparar para desempenhar cabalmente as tarefas que lhes serão confiadas no novo São Tomé e Príncipe.”

(Costa, 1975:92)

Este anúncio, ou seja, a criação da organização viria a concretizar-se a 19 de Setembro de 1975, altura em que se comemorou o 1º aniversário da manifestação das mulheres mencionada no capítulo anterior. Este dia foi institucionalizado como Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe.

Apesar do seu carácter político-partidário, a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe - OMSTEP foi a primeira organização estruturada das mulheres de São Tomé e Príncipe. Esta organização era superintendida por um membro do Bureau político do MLSTP, responsável pelas Organizações de Massa que acompanhava de perto as atividades da mesma.

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela 1ª vez, a 8 de Março de 1976, com uma manifestação organizada pela OMSTEP que também inaugurou a sua primeira sede.

No discurso proferido, nesse dia, o Presidente da República reconheceu que se verificava nas mulheres um maior atraso do ponto de vista político e cultural e que isso era devido ao comportamento retrógrado do homem santomense que, oprimido e explorado pelo sistema colonial, agia como opressor da mulher e impedia o seu avanço social. Salientou, também, que era necessário mobilizar todas as forças vivas da Nação incluindo as mulheres que constituíam a maioria da população, a fim de se vencer a grande batalha contra o subdesenvolvimento, pela Reconstrução Nacional (Costa, 1979).

Para o Presidente da República, a formação política das mulheres constituía um dos pilares fundamentais para a sua emancipação, como o afirmou no discurso proferido na atividade acima referida:

“A formação política da mulher, a sua participação em actividades de carácter político, constitui o meio mais eficaz para se libertar dos seus complexos e preconceitos, [...] impor a sua integração na nossa sociedade com direitos e deveres iguais aos homens.”

(Costa, 1979:21)

Na atividade relativa à comemoração do primeiro aniversário do Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe (19 de Setembro de 1976), o Presidente Pinto da Costa voltou a chamar a atenção

para a necessidade de formação política da mulher, responsabilidade que fora atribuída à OMSTEP, afirmando:

“A OMSTEP tem, portanto, um papel importante a desempenhar na formação política da mulher e para isso, é necessário que ela actue como uma verdadeira Organização de massas [...]. Pretender conseguir-se a libertação da mulher sem ser através da sua participação activa na luta política e pela Reconstrução Nacional, não passa de ilusão ou então de manobras propositadas para impedir essa mesma libertação.”

(Costa, 1979:86,91)

Segundo a visão do Presidente, a formação política da mulher era a condição *sine qua non* para a sua emancipação.

Poder-se-á perguntar se a OMSTEP estaria, ela própria, preparada para o enorme desafio que lhe estava a ser imposto na altura e que era, essencialmente, a politização da mulher? Pode-se inferir que não, pois à exceção de Alda do Espírito Santo (que na altura era Ministra da Educação e Cultura), poucas mulheres, entre as quais Alexandrina Barros, estiveram implicadas, ativamente, na vida política durante o período que antecedeu à independência nacional, ou seja desde a criação do CLSTP.

Das jovens que integraram a extinta Associação Cívica e que se destacaram no período prévio à independência, algumas permaneceram no país, entre as quais Maria do Rosário Barros, Hirondina Xavier, Fátima Dias, só para citar algumas, enquanto outras como por exemplo Alda Bandeira, Milú Aguiar, Camélia Barros, entre outras, tiveram que abandonar o país por problemas políticos, dos quais, até ao presente, ainda subsistem mágoas.

De acordo com declarações de Hirondina Xavier (primeira coordenadora nacional da OMSTEP) (Entrevista concedida a Lurdes Santos em 8 de Maio de 2014), esta organização, no plano interno, criou estruturas, ou seja, os chamados núcleos de base, em todos os distritos do país incluindo o distrito de Pagué (hoje Região Autónoma do Príncipe) e nomearam Coordenadoras por Distrito. No plano externo, estabeleceu contactos e parcerias com as suas congéneres da República de Cuba (Federación de las Mujeres Cubanas) e da ex-União Soviética (Comité das Mulheres Soviéticas). Neste âmbito, as Secretárias distritais da OMSTEP foram enviadas para a República de Cuba por um período de, aproximadamente um ano, a fim de reforçarem a sua formação política. Para a União Soviética, pelo facto de terem sido oferecidas bolsas para formação universitária, foram enviadas algumas militantes mais jovens ou as respetivas filhas.

No discurso proferido na primeira Conferencia Nacional⁸ da OMSTEP realizada no dia 19 de Setembro de 1977, o Presidente da República acrescentou o fator “cultural” ao “político” que vinha apresentando nos discursos anteriores, de acordo com o seguinte excerto:

“ [...] a real e definitiva emancipação da mulher só será uma realidade no nosso país com a evolução política e cultural da mulher e do homem, com a criação de condições económicas que permitirão às nossas mães e às nossas mulheres destruir a dependência económica tradicional, que lhes vem ligando ao homem. [...] Torna-se urgente que a OMSTEP dedique uma atenção particular à formação política e cultural das suas militantes.”

(Costa, 1979:190-191)”.

Um outro aspeto importante a destacar em todos os discursos proferidos pelo Presidente da República no período acima referido é o apelo à não transformação da OMSTEP numa organização de elites que não englobasse as mulheres de todas as camadas sociais, que também tinham participado ativamente nas manifestações que conduziram à independência nacional. A 8 de Março de 1976 afirmou o seguinte: “A OMSTEP só alcançará os seus objetivos se ela se transformar numa Organização de massas, numa Organização de pés-descalços.” (Pinto da Costa, 1979:21). A 19 de Setembro de 1976 ressaltou que “Não é o facto de se ter maior preparação literária é que nos dá o direito a pertencer à Direcção da OMSTEP; o critério não pode ser esse.” (Pinto da Costa, 1979:87). Finalmente, a 19 de Setembro de 1977, por ocasião da 1ª Conferencia dessa Organização alertou: “ [...] não é o facto de se ter maior preparação literária é que dava direito a esta ou aquela camarada de pertencer à Direcção da OMSTEP.” (Pinto da Costa, 1979:192). Portanto, constata-se que havia uma vontade política de transformar a OMSTEP numa verdadeira organização de massas onde mulheres de vários estratos sociais tivessem um papel mais ativo e estivessem representadas nos órgãos diretivos, o que parecia não acontecer. Assim, das afirmações do Presidente pode-se deduzir que a direcção da OMSTEP era composta essencialmente pelas mulheres intelectuais.

Além da composição da direcção dessa organização os seguintes excertos do discurso proferido pelo Presidente da República no dia 19 de Setembro de 1976, na comemoração do 1º aniversário dessa organização, induzem a existência de conflitos internos, para os quais ele chamava a atenção das dirigentes:

“É vital para a OMSTEP, que as responsáveis ultrapassem a fase de rivalidades pessoais de pequenas intrigas e de «disse que disse» que só poderão contribuir para minar a unidade necessária [...] é necessário que ela actue como uma verdadeira Organização de massas, que não se transforme num Clube de elite pequeno-burguesa, perdendo tempo com discussões fúteis sem

⁸ Os documentos desta conferência não estão disponíveis para consulta.

interesse. [...] se torna necessário que no seio da Direcção reine o espírito de unidade e disciplina, que as camaradas da Direcção provisória se convençam que a OMSTEP não é uma brincadeira.”

(Pinto da Costa, 1979:85-87).

O Presidente chegou a afirmar que “A presença de muitos intelectuais à testa de uma organização de massas pode levar muitas vezes a emperrar os trabalhos” (Costa, 1979:192).

No entanto, apesar dos problemas enunciados, a OMSTEP era ativa em campanhas de alfabetização, e manifestações culturais e políticas. O reconhecimento público desta participação da OMSTEP foi feito pelo Presidente da República num comício realizado no Dia Nacional da Juventude – 5 de Novembro:

[...] quero aproveitar também esta ocasião para elogiar o espírito militante da OMSTEP, que está sempre presente em todas as manifestações; a OMSTEP que tem mostrado em todas as ocasiões, em todas as manifestações, em todos os comícios o apoio, das mulheres de S. Tomé e Príncipe.”

(Costa, 1979:216)

No âmbito das suas atividades a OMSTEP realizava espetáculos com peças que demonstravam a participação das mulheres em vários ramos de atividades que ainda lhes era vedado de forma a sensibilizar os homens, incluindo os políticos, a aceitá-las nos vários sectores da vida do país. Foi assim que algumas mulheres puderam entrar para o sector dos transportes (uma como motorista e outras como cobradoras) e também para a Polícia Nacional.

A OMTEP foi, também, tentando implementar várias iniciativas que visavam integrar a mulher são-tomense no desenvolvimento nacional, de acordo com um dos objetivos prioritários da primeira Conferencia das Nações Unidas sobre a Mulher realizada no México em 1975 – *A integração e a plena participação das Mulheres no desenvolvimento* e do Decénio das Nações Unidas para a Mulher (1976-1985) que visava, de forma geral, a melhoria da condição e da situação das mulheres (ONU, 2000).

Neste contexto, de acordo com o relatório de uma missão do Centre Africain pour les Femmes / Commission Économique pour l’Afrique (CAF/ CEA) realizada em Fevereiro de 1985, no âmbito do projecto “Task Force” entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a OMSTEP tinha tentado implementar três iniciativas que visavam integrar mulheres em atividades produtivas, nomeadamente: atividades agrícolas na Roça Rio Vouga, dois restaurantes e uma cooperativa de costura “Josina Machel”. Infelizmente, segundo esse mesmo relatório, essas iniciativas não estavam a ter êxito, pois a OMSTEP carecia de quadros especializados e de

expertise no referente à identificação, formulação, seguimento e avaliação de projetos de desenvolvimento (Paquete, 1985).

O supracitado relatório refere que as iniciativas acima referidas enquadravam-se nas diretrizes do Partido MLSTP e do Governo para essa organização e eram as seguintes:

- Desenvolver esforços no sentido de criar novos centros de produção para o enquadramento das mulheres no seguimento da implementação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social do País;
- Mobilizar as mulheres para a sua participação ativa na alfabetização;
- Mobilizar as mulheres para a manutenção de uma boa saúde e higiene no seio da população;
- Aproveitar as capacidades existentes e criar novas creches e jardins-de-infância;
- Criar as condições para o desenvolvimento do sector artesanal. (Paquete, 1985)

No entanto, um dos objetivos da missão do CARF/CEA acima referida era discutir e planificar com o Governo e a OMSTEP uma possível assistência da CEA no domínio da mulher e do desenvolvimento e, a pedido do Representante Residente do PNUD na altura, a identificação de um ou dois projetos que tivessem como principais beneficiários as mulheres. De acordo com o Consultor, a preocupação do Representante do PNUD devia-se ao facto de se estar a chegar ao fim do decénio das Nações Unidas para a Mulher e São Tomé e Príncipe não ter usufruído de nenhum projeto ou programa que beneficiasse a mulher.

Assim, no seguimento dessa missão e de outras realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), foram elaborados dois projetos, com base na identificação dos problemas e das necessidades do Governo e da Organização: STP/86/W01 – Amélioration des Techniques de Fumage de Poisson⁹ e STP/87/W01 – “Développement de la Production Alimentaire à Rio Vouga”¹⁰, ambos com assistência do UNIFEM. Apesar dos projetos acima referidos terem sido identificados pela OMSTEP em 1985, foram aprovados pelo UNIFEM em 1986 e 1987, respetivamente e devido a vários constrangimentos ao nível do pessoal desta agência do Sistema das Nações Unidas, só puderam começar a ser implementados a partir de 1989 (Prieur & Menezes, 1990).

⁹ Tradução livre da autora: “Melhoria das Técnicas de Fumagem de Peixe”

¹⁰ Tradução livre da autora: “Desenvolvimento da Produção Alimentar em Rio Vouga”

O Projeto STP/86/W01 – “Melhoria das técnicas tradicionais de fumagem de peixe”, solicitado pela OMSTEP, tinha como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas das mulheres são-tomenses através da introdução de novas tecnologias de conservação de peixe (fumagem e conservação).

Este projeto, concebido como uma experiência piloto, foi inicialmente programado para 6 meses de duração (Junho – Dezembro de 1989) com um financiamento inicial da UNIFEM de USD 26.000,00 e deveria ser implementado no distrito de Lembá, particularmente em Neves. Por se tratar de uma experiência piloto, as beneficiárias diretas do projeto seriam 20 mulheres “palaiês”¹¹ daquela comunidade, envolvidas na transformação e comercialização de pescado.

Esta experiência piloto inseria-se num projeto mais amplo que deveria abarcar 10 comunidades piscatórias dos distritos de Caué e Lembá, prevendo-se, a reprodução do modelo experimentado, ou seja, a extensão para outras comunidades após a avaliação da experiência, no âmbito de uma segunda fase do projeto (Priour, Meneses, 1990).

A OMSTEP foi a agência de execução do projeto e beneficiou da assistência técnica do UNIFEM e do Centro Internacional para Exploração dos Oceanos (CIEO). As atividades programadas iriam consistir, essencialmente, na construção de um forno “Chorkor”¹² com materiais locais que iria permitir às mulheres aumentar a quantidade de pescado fumado e o tempo de conservação do mesmo, reduzir o tempo dedicado à essa atividade e a quantidade de lenha gasta para a sua realização e melhorar a rede de comercialização de pescado. Também iria contribuir para o aumento do rendimento das mulheres que se dedicavam a essas atividades, contribuindo assim, para a melhoria da condição de vida das mesmas e das respetivas famílias.

No entanto, a fase experimental foi prolongada até Março de 1991, a fim de se ter informações suficientes sobre a experiência piloto, uma vez que vários constrangimentos foram surgindo ao longo da sua implementação, entre os quais: prolongamento do tempo

¹¹ As palaiês são mulheres comerciantes de pescado ou outro produto. É o mesmo que vendedeiras. Podem estar no mercado ou a circular nas ruas e nas comunidades a apregoarem os seus produtos.

¹² O forno « Chorkor é um forno tradicional, construído essencialmente com argila e concebido especificamente para fumagem de pescado e recebeu essa designação por ter sido desenvolvido numa aldeia denominada “Chorkor”, situada a alguns quilómetros da cidade de Acra, República do Gana (FAO, n.d.)

previsto para a construção do forno, fornecimento irregular de pescado, reforço da formação das “palaiês”, observação do comportamento do mercado, entre outros (Prieur, Meneses, 1990).

Tendo em conta a irregularidade do fornecimento de pescado (mais abundante durante a estação seca, ou seja de Maio a Setembro), as beneficiárias do projeto compraram uma piroga e empregaram dois pescadores. Experimentaram, também a criação de porcos e a fumagem de carne de porco à pequena escala, produção de farinha de mandioca e peixe seco, pois o mercado de peixe fumado era exíguo¹³. Adquiriram também, duas motos carrinhas para o assegurar o transporte e a comercialização do pescado. Portanto, no decorrer do projeto (1989/1990) foram alocados mais recursos de outras fontes de financiamento para as iniciativas atrás referidas, sendo: USD 22.500, do CIEO; USD 6.195,00 da Embaixada do Canadá e cerca de USD 7.600,00 gastos com o acompanhamento do projeto por parte do UNIFEM (Prieur, Meneses, 1990).

A avaliação do projeto realizada após 16 meses de execução chegou às seguintes conclusões (Prieur, Meneses, 1990):

- A experiência piloto realizada na comunidade de Neves não era um modelo apropriado ao contexto socioeconómico de São Tomé e Príncipe.
- Apesar do projeto ter permitido às 20 mulheres beneficiárias aprenderem novas técnicas de fumagem de peixe e comercializar um produto com melhor qualidade, o projeto não atingiu os seus objetivos, uma vez que não lhes permitiu aumentar os seus rendimentos.
- A associação de mulheres constituída para gerir coletivamente o forno não estava a funcionar e as mulheres não estavam interessadas na gestão coletiva do mesmo. No momento da avaliação, apenas 4 das 20 mulheres estavam a utilizar o forno, esporadicamente, e de forma individual (conflitos internos levaram ao não funcionamento da Associação). Portanto, o forno com uma capacidade para fumar 300kg de peixe em três horas, estava a ser subutilizado.

¹³Diariamente, a população consome peixe fresco. O peixe fumado é mais utilizado para a confeção de pratos típicos.

- Devido à pouca quantidade de peixe que era vendido às “palaiês” pelos pescadores, aquelas, preferiam vendê-lo fresco pois consideravam que não seria rentável vender fumado, um peixe que poderia ser vendido fresco ao mesmo preço e com menos carga de trabalho.
- Outros fatores tais como: ausência de estrutura comunitária, pouco interesse das beneficiárias num projeto dessa natureza (a identificação do projeto foi feita pela OMSTEP e não pelas mulheres de Neves), fraco aprovisionamento em pescado através da pesca artesanal, fraca capacidade financeira e dificuldades de acesso ao crédito, poucas perspectivas de rentabilidade, entre outros fatores, também contribuíram para o fracasso do projeto (Prieur, Meneses, 1990)

Para os avaliadores, as principais razões que levaram ao fracasso da experiência piloto foram, principalmente, as seguintes:

- a) O projeto previa desenvolver a técnica de fumagem de peixe a partir do pescado fresco e não, a partir daquele que não se conseguia vender, tal como as “palaiês” estavam habituadas. Assim, o projeto aumentou a carga de trabalho das mulheres, pois elas passaram a fumar peixes, que estavam habituadas a venderem fresco e ao mesmo preço, portanto diminuiu a rentabilidade económica das mulheres.
- b) Para a gestão do forno previu-se criar uma associação para o efeito, num meio onde não existia experiência associativa e a mentalidade das pessoas era pouco aberta ao associativismo.
 - Existência de conflitos internos no seio da Associação: ausência de reuniões regulares, concentração de poderes na pessoa da presidente, não funcionamento dos órgãos internos, falta de confiança entre os membros da associação, ausência de controlo interno e de prestação de contas, registos das atividades (incluindo as financeiras) incompletos ou inexistentes. (Prieur, Meneses, 1990)

Segundo os avaliadores, um dos efeitos negativos inesperados foi a modificação das relações de poder entre os pescadores e as mulheres envolvidas no projeto. Em São Tomé e Príncipe, a apanha do pescado é feita exclusivamente pelos homens (pescadores) e a comercialização e transformação (seca e fumagem) do pescado é feita pelas mulheres (palaiês). Os pescadores de Neves não foram envolvidos no projeto, desconhecendo portanto, os fundamentos e

objetivos do mesmo. Sendo eles os fornecedores de peixe e acreditando que as mulheres eram pagas pelo projeto, aumentavam o preço do pescado ou recusavam vendê-lo às mesmas, o que provocou problemas de aprovisionamento.

Face aos constrangimentos identificados, a avaliação recomendou o encerramento do projeto após a conclusão da fase experimental, ou seja, a não implementação da segunda fase prevista que consistia na réplica da experiência a outras comunidades do país. (Prieur, Meneses, 1990)

Durante o período de execução do projeto, um apoio pontual de cerca de USD 700,00 foi dado a uma associação de 10 mulheres “palaiês” da Região do Príncipe, constituída no âmbito do projeto, com o fim de fazer salga de peixe (Prieur, M., Meneses, A., 1990). No entanto, esta experiência não foi avaliada, de acordo com o relatório acima mencionado.

O Projeto STP/87/W01 – “Desenvolvimento da Produção Alimentar em Rio Vouga”, com financiamento inicial foi de USD 181,40, teve o seu início efetivo em 1989. O propósito do projeto era ajudar a OMSTEP a desenvolver os 50 hectares de terra, na comunidade de Rio Vouga, que lhe tinham sido concedidos pelo Estado, no âmbito do programa de distribuição de terras aos pequenos agricultores. A terra foi concedida para a produção comercial de culturas alimentares, incluindo produtos hortícolas e introdução e desenvolvimento da comercialização de pequenas espécies animais.

O projeto estava orientado para a formação e produção alimentar. Assim, visava formar 100 mulheres em ciclos de 6 meses durante dois anos (25 mulheres em cada ciclo de formação) nos domínios de produção e transformação alimentar e gestão de pequenas empresas. De acordo com o documento do projeto, uma vintena das mulheres formadas poderia trabalhar, de forma permanente ou rotativa, na Roça Rio Vouga, como assalariada agrícola.

A Associação Francesa de Voluntários do Progresso (AFVP)¹⁴ foi escolhida como agencia de execução do projeto tendo em conta a sua experiência na implementação de um projeto de culturas alimentares (STP/87/V/001) conhecido vulgarmente por projeto “Mesquita” que na altura estava a ter bons resultados e tinha objetivos comuns ao do Rio Vouga.

¹⁴ Tradução livre da autora : « Association Française des Volontaires du Progrès ».

Coube, portanto, à AFVP apoiar a OMSTEP na implementação de ações a fim de atingir os objetivos de desenvolvimento definidos para o projeto, a saber:

- Contribuir a longo prazo para a integração da componente “mulher” no sector produtivo privado de São Tomé e Príncipe;
- Estabelecer a ligação entre a necessidade em produtos alimentares e a importância da participação da mulher na definição e aplicação de políticas e estratégias de desenvolvimento;
- Contribuir para o desenvolvimento da produção agrícola, reduzindo progressivamente as importações nesse sector.

O projeto, inicialmente, previsto para dois anos foi prolongado por mais um ano, tendo encerrado as suas atividades em 1992. Infelizmente, não foi possível ter acesso ao relatório de avaliação do projeto “Rio Vouga”, realizada em simultâneo com a do projeto de fumagem de peixe. No entanto, segundo informações de um relatório sobre análise da situação da mulher em São Tomé e Príncipe com vista à elaboração de um Plano de Ação para a Integração da Mulher São-Tomense no Desenvolvimento (Seck,1992), enquadrado no IV Programa PNUD/ São Tomé e Príncipe, o projeto “Rio Vouga” também conheceu alguns problemas, entre os quais:

- A não partilha da mesma visão pelas intervenientes no projeto, devido a uma sensibilização insuficiente das formandas sobre os objetivos e os resultados esperados;
- Planificação deficiente das atividades do projeto;
- Deficiente repartição de responsabilidades entre a diretora do projeto e o especialista da AFVP;
- O apoio e o acompanhamento após a formação não estavam contemplados no projeto.

Assim, a missão recomendava o fecho definitivo do projeto, o retorno dos fundos ao UNIFEM e a realização de uma missão de identificação de um novo projeto sobre uma nova base (Seck,1992).

A análise desses dois projetos leva a concluir que era preocupação da OMSTEP contribuir para a promoção das mulheres são-tomenses, integrá-las em várias iniciativas de

desenvolvimento, aumentar o rendimento das mesmas, contribuindo assim, para o aumento da sua auto-estima, diminuição da dependência económica e melhoria das condições de vida. No entanto, fatores como a falta de quadros com formação adequada, a falta de experiência na identificação, gestão, acompanhamento e avaliação de projetos de desenvolvimento, implementação de projetos sem ter em conta a realidade sociocultural do país e das comunidades em particular, falta de envolvimento das beneficiárias na identificação do projeto e conseqüentemente, falta de apropriação das mesmas, inexistência de experiência associativa e comunitária na sociedade são-tomense levaram a que as essas ações de grande porte realizadas pela OMSTEP não tivessem atingido os resultados esperados.

Em 1990, a pedido do Governo, o UNFPA aprovou o Projeto STP/90/P02 que tinha como objetivo reforçar as estruturas de gestão e os meios técnicos da OMSTEP nos domínios da comunicação e da educação. Porém, face aos acontecimentos políticos de 1991 e ao facto de a OMSTEP deixar de ser a única organização representativa de todas as mulheres de São Tomé e Príncipe, como foi referido no início deste capítulo, este projeto não foi implementado.

3.2. – As Organizações Femininas da Sociedade Civil

Após a abertura política em 1991, ou seja, a realização de eleições livres e democráticas, a OMSTEP deixou de ser a única organização representativa das mulheres de São Tomé Príncipe, pois, por um lado os partidos políticos emergentes foram criando, também, o seu departamento feminino e, por outro lado, assistiu-se à emergência de organizações da sociedade civil. A OMSTEP passou a representar as mulheres ligadas ao partido político MLSTP/PSD.

No entanto, algumas mulheres da OMSTEP, decidiram criar, em 1992, uma associação apartidária, denominada “Associação para o Progresso da Mulher” (APM) que continuou a gerir a propriedade “Rio Vouga” que lhe fora atribuída oficialmente em 1996. Atualmente, parte das terras que não estavam a ser exploradas pela Associação, devido a falta de investimentos e de incentivos, foi recuperada pelo Estado e a Associação está praticamente inoperante.

De acordo com o Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe realizado em 2010 pela Associação para a Cooperação entre os Povos - ACP em parceria com a Federação das ONG em São Tomé e Príncipe – FONG-STP, o movimento associativista em São Tomé e Príncipe começou a surgir a partir dos anos 90 com a abertura do país para um sistema económico e social liberal. (Cravo, Londaitzbehere, Diogo, Sousa, 2010).

Face ao agravamento da situação económica e social nacional, foi encetado, a partir de 1987, um Programa de Ajustamento Estrutural com o Banco Mundial de cerca de 17 milhões de Dólares e assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo no valor de 2,8 milhões de DTS (Droit de Transation Spécial)¹⁵, com vista a reabilitar a economia, particularmente, o sector agrícola. Assim, deu-se início a um grande programa de privatização total ou parcial da maioria das empresas públicas agrícolas e não agrícolas (ENRP, 2002).

Dado o novo contexto, vários apelos foram sendo feitos por organizações e ONG internacionais para a constituição de associações de modo a haver uma maior intervenção da sociedade civil de forma organizada e buscar parcerias e apoios junto à ONG internacionais. Assim, foram sendo constituídas várias associações em diversos domínios, entre os quais: agricultura, pecuária, pesca, cultura, mulher, criança, entre outros. Não é menos verdade o que afirma o estudo acima referido “[...] as ONG e outras associações de São Tomé e Príncipe são estruturas relativamente recentes, estreitamente ligadas à dinâmica da cooperação internacional atuante no país.” (Cravo, Londaitzbehere, Diogo, Sousa, 2010:10).

Neste contexto, a título de exemplo, pode-se mencionar o surgimento da Associação *Leton Cantagalo* das mulheres da cidade de Santana, vocacionada, inicialmente, para a criação de porcos e apoiada técnica e financeiramente pela Cooperative League of the USA (CLUSA). Esta Associação, face à epidemia de peste suína que assolou a sub-região nos finais da década de 80, reorientou as suas atividades para a avicultura e posteriormente para prestação de serviços de restauração e confeção de doces de frutas. Hoje está inoperante.

O relatório sobre a situação da mulher atrás mencionado, faz referência ao surgimento de outras iniciativas que iriam conduzir a associações de mulheres, nomeadamente ao projeto de criação de uma associação de duas jovens de São João dos Angolares que pretendiam

¹⁵ Tradução livre da autora: “Direito Especial de Saque” – Unidade financeira utilizada pelos Bancos.

trabalhar no domínio do artesanato e também de um grupo de mulheres de Ribeira Afonso que, com o apoio da AFVP, pretendiam associar-se a fim de implementarem um projeto de pastelaria e produção de sumos naturais. Se estas iniciativas, realmente, chegaram a funcionar, hoje já não existem nem traços das mesmas.

De realçar que, tendo em conta a génese da população de São Tomé e Príncipe, a tradição comunitária e o associativismo, como se verifica em muitas sociedades africanas, nunca foram muito desenvolvidos, apesar da existência de algumas formas de solidariedade, familiar, religiosa e cultural. De acordo com Seibert “A ausência de um povoamento permanente anterior à colonização e, como consequência, a emergência de uma sociedade e cultura crioulas, determina a principal diferença entre São Tomé e Príncipe e a África continental” (Seibert, 2001:45).

A FONG-STP é uma plataforma que congrega e representa as ONG e Associações nela filiada e foi criada em 2001. Na altura de realização do estudo acima referido, constava que já tinham sido criadas mais de 150 associações das quais 98 estavam filiadas na FONG; destas, apenas 72 participaram no estudo.

Das 72 Associações que participaram no estudo, somente 6 eram organizações femininas, nomeadamente: AMEP-STP – Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais criada em 1998; Associação de Mulheres do Príncipe (2002); FEMPENHO - Associação das Mulheres de Mé-Zochi (1997); Fórum da Mulher Santomense (1995); Jetú Muála (1999) e Núcleo da Federação das Mulheres para a Paz Mundial (1995).

No entanto, outras Associações femininas tais como o “Instituto Mutendê” criado a 8 de Março de 1995 e que implementou um projeto de *Formação e Animação de Microempresárias no meio urbano* com financiamento do PNUD; a Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares criada em Março de 2004 e que visava mobilizar todas as camadas sociais da nação e fazer advocacia junto aos decisores com vista a acelerar a igualdade e equidade de género, a promoção da mulher e a melhoria da sua qualidade de vida, não estavam ativas (e continuam a não estar) por ocasião da realização do estudo, apesar de não ter havido qualquer expediente para a sua dissolução. Outra ainda, tal como a Cooperativa Josina Machel, circunscrita, hoje, a um *atelier* de corte e costura, também não fez parte do estudo.

No âmbito da Conferencia de Beijing e como forma de se implementar as recomendações saídas dessa Conferencia, realizou-se, a 22 e 23 de Fevereiro de 1996 o I Fórum da Mulher Santomense sob o lema “Mulheres Unidas pelo Desenvolvimento”. Este evento foi organizado por um grupo de mulheres provenientes de vários sectores da vida nacional liderado por Alda do Espírito Santo em colaboração com o Gabinete de Apoio à Mulher e à Família.

O Fórum, além de ter aprovado a Plataforma de Ação Nacional, recomendou “[...] a criação de um mecanismo de seguimento e avaliação com o objetivo de assegurar o cumprimento das medidas adotadas pelo Fórum:” (*Comunicado Final do Fórum da Mulher Santomense*, 1996:5)

Neste contexto, sob a direção de Alda do Espírito Santo, foi criado o Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe, como uma agremiação das Associações e ONG femininas de São Tomé e Príncipe e também pessoas individuais que quisessem fazer parte. Assim, as Associações e ONG que já existiam e que foram surgindo após a criação do Fórum, foram-se inscrevendo no mesmo. Destas destacam-se: APM, Instituto Mutendê, Cooperativa Josina Machel, Ging’buê, FEMPENHO, Associação de Apoio às Mulheres e Crianças vítimas de Violência, Associação das Mulheres de Pantufo, Associação Santomense de Planeamento familiar, AMEP, Associação Vicentina Feminina e, mais recentemente, a Associação São-tomense de Mulheres Juristas.

O Fórum realizou ações de sensibilização com as mulheres e jovens dos vários distritos do País, teve algumas iniciativas como a preparação do projeto de lei sobre a violência doméstica e familiar e alguns projetos pontuais. Atualmente encontra-se quase inoperante, pois não tem realizado ações concretas no terreno e só duas ou três dirigentes dessa organização aparecem em eventos em que o Fórum é convidado.

De forma global, à exceção da Associação São-tomense de Mulheres Juristas (ASMJ) que foi constituída em 2009, grande parte das Associações acima mencionadas, apesar de não terem sido desfeitas oficialmente, não estão a funcionar. Algumas estão apenas reduzidas ao corpo diretivo e realizam uma ou outra ação pontual quando conseguem angariar algum fundo ou fazem uma comunicação por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de Março) ou do Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe (19 de Setembro).

Para além da ASMJ existe e está em atividade a Rede das Mulheres Parlamentares, circunscrita apenas às deputadas eleitas ou em funções numa determinada legislatura e integrada na Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP que tem realizado algumas ações pontuais, de acordo com o seu programa que é estabelecido anualmente.

Em 2013, foi criada a Plataforma para Direitos Humanos e Equidade de Género, constituída por um grupo de quadros técnicos nacionais de diferentes formações académicas com o fim de trabalhar nos domínios dos Direitos Humanos, Género e Cidadania.

No meio rural piscatório tem sido incentivada a criação de associações de palaiês (de pescado) nas zonas costeiras apoiadas pela ONG nacional “Mar ambiente e Pesca Artesanal” (MARAPA) voltadas, sobretudo, para a conservação, transformação e comercialização de pescado. Neste âmbito, foi fundada, também, uma Cooperativa “COPAFRESCO”, para a conservação de pescado, constituída essencialmente por mulheres. A MARAPA, por sua vez, tem implementado vários projetos com financiamento da União Europeia, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), entre outros parceiros.

Também no meio rural agrícola têm surgido algumas associações de mulheres no âmbito do Programa nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF) nas ex-empresas agrícolas.

Tanto as Associações do meio rural agrícola como do meio piscatório não integram a promoção da igualdade e equidade de género como um dos seus objetivos. Estão mais voltadas para a luta contra a pobreza e o desenvolvimento do meio rural. A partir de 2014, o Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (INPG) começou a promover algumas ações de sensibilização com essas Associações do meio rural, abordando algumas noções de género e desenvolvimento.

As Centrais Sindicais Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe – Central Sindical (ONTSTP-CS) e a União Geral dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe - Central Sindical (UGT-CS) possuem os chamados departamentos femininos que nos últimos tempos não têm estado funcionais Limitam-se à leitura de comunicados na Rádio Nacional e na Televisão pública – TVS, nas datas especiais atrás mencionadas.

De acordo com a “Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em S. Tomé e Príncipe” (ENIEG), os principais fatores identificados como os conducentes à ineficácia das ONG e Associações de São Tomé e Príncipe são os seguintes:

- “A insuficiência de meios financeiros e logísticos próprios e, conseqüentemente, uma estreita dependência dos financiamentos externos ;
- A falta de uma visão global dos problemas que afetam as mulheres, que conduz a intervenções isoladas nos domínios da saúde ou na melhoria das condições de vida, ou ainda nas atividades geradoras de rendimento, etc.;
- Um insuficiente domínio das orientações e objetivos, tanto ao nível nacional como internacional, não favorecendo uma sinergia de suas intervenções ;
- Uma fraca capacidade técnica de planificação e gestão, particularmente nos domínios de análise e de tomada em consideração do género nas diferentes acções de desenvolvimento.”

(ENIEG, 2005:33)

No âmbito da Componente Género de um projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais - Projeto 00076316 “Global Programme for Electoral Cycle Support” (GPECS)¹⁶ implementado com o apoio do PNUD em 2011/ 2012, foi criado em 2011 um “Quadro de Concertação das Organizações da Sociedade Civil”, sobretudo as Organizações Femininas, que visava apoiar as iniciativas nacionais conducentes à melhoria quantitativa e qualitativa da participação política das mulheres em São Tomé e Príncipe.

O Protocolo de entendimento para a constituição desse quadro foi assinado por 11 organizações presentes e foi eleito um Comité coordenador, nos termos do mesmo. Durante a vigência do projecto foi elaborado, de forma participativa, um plano de acção e os seus membros beneficiaram de várias formações, nomeadamente:

- “Participação política das mulheres” com assistência técnica do escritório Sub-regional do PNUD situado em Dakar – Senegal;
- “Advocacia, Desenvolvimento Pessoal e Liderança” com apoio técnico de uma consultora internacional e financeiro do PNUD;
- “Principais instrumentos legais nacionais e internacionais, relativos aos direitos de participação das mulheres” por uma consultora nacional com apoio financeiro do PNUD.

¹⁶ Tradução livre da autora: “Programa Global de Apoio aos Ciclos Eleitorais”.

O PNUD também apoiou a elaboração de um Plano de Advocacia que guiaria as acções do Quadro de Concertação durante três anos, de forma que o mesmo pudesse alcançar os objectivos para os quais fora criado.

Infelizmente, não houve uma verdadeira apropriação dos objetivos desse Quadro pelas Associações e ONG participantes no mesmo e após o fim do projeto GPECS, o Quadro de Concertação nunca mais se reuniu nem realizou qualquer acção.

Os fatores acima mencionados, associados à inexistência, durante muito tempo, de um quadro legal próprio para as Associações e ONG têm contribuído para uma inexistência de um Movimento Feminino ou de Mulheres com bases sólidas que possa advogar para uma real igualdade de género em São Tomé e Príncipe. Em 2012 foi aprovada a Lei 8/ 2012 que estabelece o “Regime Jurídico de Constituição e Funcionamento das Organizações Não Governamentais”. As Associações ou ONG surgem, muitas vezes, por influência de fatores externos, implementam uma ou outra atividade pontual e quando termina o financiamento, ficam inativas. Estas questões voltarão a ser retomadas na Parte III do presente estudo.

3.3. – As Organizações Femininas dos Partidos Políticos

Os Partidos Políticos, sobretudo os que têm assento parlamentar, têm as suas organizações de mulheres, que no fundo constituem os chamados departamentos femininos do Partido, que têm a função de mobilizar politicamente as mulheres de acordo com os seus objetivos programáticos ou os dos seus candidatos. Assim, o MLSTP-PSD (Partido Social Democrata) tem a OMSTEP-MSD (Mulher Social Democrata); o Partido de Convergência Democrática (PCD) tem a “Organização das Mulheres Democratas (OMD)”; o Partido Acção Democrática Independente (ADI) tem as “Mulheres em Acção” e o Partido Movimento Democrático Força da Mudança /Partido Liberal (MDFM/PL) tem a organização das “Mulheres Liberais”. Mais ou menos activas, essas organizações são mais visíveis em momentos importantes como nas campanhas para as eleições e nas comemorações das datas mais relevantes para a mulher, nomeadamente: 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, 31 de Julho – Dia da Mulher Africana e 19 de Setembro – Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe. A OMSTEP/MSD, apesar de ser uma organização partidária, continua a

comemorar o seu dia a 19 de Setembro, o que confunde com a comemoração do Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe.

Do que se pode deduzir dessas organizações, a partir dos discursos que são proferidos nessas datas, elas não se diferem muito uma da outra, a não ser no referente à orientação política dos seus respetivos partidos. De realçar que a dinâmica dessas organizações depende muito do próprio partido. Quando os partidos estão no poder ou têm uma representação parlamentar considerável, as organizações são mais ativas e quando não estão no poder ou a representação parlamentar é diminuta, elas quase desaparecem, pois dependem, maioritariamente, das dotações financeiras dos seus partidos cujas direções são maioritariamente masculinas.

Nos períodos pós e pré eleitoral, essas organizações não têm tido ações relevantes concernentes à promoção da igualdade de género à exceção do movimento iniciado pela OMSTEP-MSD em 2009 que congregou as mulheres dos partidos políticos acima referidos com o apoio do INPG.

Esse movimento apresentou à Assembleia Nacional, através da 5ª Comissão Parlamentar – Género, Cidadania e Direitos Humanos que na altura era chefiada pela Presidente da OMSTEP-MSD, Maria das Neves Baptista de Sousa, uma proposta de lei que fazia referencia à uma representação política e cívica, mínima, de 30% de mulheres em todos os postos de tomada de decisão. Uma vez na Assembleia Nacional, a proposta de lei, após vários pareceres, foi “convertida” em Resolução (*Resolução nº 74/VIII/2009 – Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres*, publicada no Diário da República nº 62 de 22 de Setembro de 2009) e aprovada por unanimidade.

No entanto, como a Resolução Parlamentar não tem força de lei acabou por não ser respeitada nas eleições legislativas realizadas em 2010 e assim, o número de Deputadas eleitas apenas atingiu os 18%. Os mesmos dirigentes políticos que votaram, por unanimidade a Resolução na Assembleia Nacional, no momento de passar à ação e propor 30% de mulheres em lugares elegíveis nas listas, alegaram que as mesmas ainda não estavam preparadas para assumir a liderança, pois os múltiplos afazeres domésticos não lhes permitiam pensar nas questões nacionais. Após esse episódio o Movimento das Organizações Femininas dos Partidos Políticos nunca mais teve qualquer iniciativa.

Realizou-se, sob iniciativa do Presidente da República, a finais de Março do ano de 2014 um fórum denominado “Diálogo nacional” que envolveu as todas chamadas as “Forças Vivas da Nação”. No encerramento do mesmo, as mulheres presentes, lideradas por Maria das Neves na qualidade de Vice-Presidente da Assembleia Nacional coadjuvada pela atual diretora do INPG Ernestina Neves fizeram uma declaração pública em que se comprometeram comemorar, doravante, em conjunto as principais datas relativas às Mulheres.

No âmbito do projeto GPECS, acima referido, o PNUD também tentou apoiar a criação de um Quadro de Concertação das Mulheres Engajadas na Vida Política. No entanto, a falta de consenso e um certo desinteresse da parte das mesmas levou a que esse quadro nunca chegasse a ser constituído.

Para concluir, pode-se dizer que apesar das situações de desigualdade existentes e da plena consciência da sua existência, as mulheres são-tomenses não conseguem unir-se em torno de interesses comuns, pois os conflitos existentes entre os partidos separaram as mulheres. Na base, elas são mobilizadas pelos partidos políticos por ocasião das eleições e acabam por ficar influenciadas pelos mesmos, que afinal as dividem cada vez mais.

**Capítulo 4 – As políticas e os Mecanismos para a Igualdade de Género
em São Tomé e Príncipe**

Capítulo 4 – As políticas e os Mecanismos para a Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe

Os Mecanismos para a Igualdade de Género podem ser considerados como entidades ou instituições que têm por missão a promoção e a defesa da igualdade entre homens e mulheres, garantindo a execução das políticas públicas e a coordenação das ações nesse domínio.

4.1 – Mecanismos governamentais

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, na sua trajetória política, conheceu dois regimes diferentes: durante os primeiros 15 anos após a independência vigorou o regime de partido único sob a liderança do MLSTP. Em 1990 foi referendada uma nova constituição política, que estabeleceu um novo regime político-institucional e, assim, abriu as portas às primeiras eleições livres e multipartidárias realizadas em 1991, e deu lugar a uma democracia representativa.

Nestas eleições, o Partido de Convergência Democrática / Grupo de Reflexão (PCD/GR) (hoje apenas PCD) venceu com maioria absoluta, 33 do total de 55 deputados, passando o MLSTP para partido de oposição. Como foi atrás referenciado, durante a primeira república não existiu um quadro institucional para a promoção das mulheres. A OMSTEP, apesar de ser uma organização partidária, era a representativa de todas as mulheres de São Tomé e Príncipe.

Assim, tendo em conta o novo contexto político-institucional, o PCD-GR incluiu no seu programa, ou seja no programa do 1º Governo Constitucional, no capítulo denominado “Desenvolvimento Social” um item intitulado “Condição Feminina” em que se propunha:

“Desenvolver esforços no sentido de criar condições para:

- Promover uma efetiva participação da mulher na vida social, política e económica;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso à formação e ao emprego;
- Adotar um programa de proteção social que cubra especialmente os aspetos decorrentes da sua condição de mãe trabalhadora;
- Enquadramento efetivo da mulher nos centros de decisão do país;
- Institucionalizar quadros legais para proteger a família.”

(Programa do 1º Governo da 2ª República, 1991:57-58)

No entanto, este Governo de 8 membros incluindo o 1º Ministro (Daniel Lima dos Santos Daio) só tinha uma mulher – Alda Bandeira Tavares Vaz da Conceição que ocupava a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Devido a instabilidade política, este Governo

durou cerca de um ano. Durante a sua vigência não foi criado nenhum quadro institucional para a promoção da mulher.

O II Governo Constitucional composto por 14 Ministros incluindo o 1º Ministro – Norberto d’Alva Costa Alegre, também só incluiu no seu elenco uma mulher, Dulce Fernandes Bragança Gomes, que ocupou a pasta da Saúde. Alda Bandeira, pelo facto de ser esposa do 1º Ministro optou por não fazer parte do Governo, a fim de dedicar mais tempo à família. Na orgânica deste Ministério, estava previsto, entre outras funções o seguinte: “Dirigir, executar e controlar a política do Governo nas áreas da Saúde da População e Mulher e Família”. (*Decreto n° 50/92*, publicado no Diário da República n° 27 de 31 de Dezembro de 1992, pp. 307-310). (O Anexo I contém uma lista dos sucessivos governos constitucionais).

4.1.1 – Do Gabinete de Promoção da Mulher e Família ao Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género

O 1º quadro institucional para a promoção das mulheres foi criado, através do Decreto n°43/92 sob a designação de “Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Mulher e da Família” adstrito ao Ministério da Saúde. A senhora Maria do Carmo Bragança Neto foi designada Coordenadora desse Gabinete. De acordo com o Decreto acima referenciado, competia ao Gabinete “[...] o estudo e análise da Condição Feminina, visando a promoção da igualdade de direito e de oportunidades assim como a intervenção em todas as áreas com incidência na situação da mulher e da família” (*Diário da República* n° 25 de 25 de Novembro de 1992, pp.235).

Esse Decreto estabelecia no seu artigo 4º um prazo máximo de 60 dias após a entrada em vigor do mesmo para aprovação e publicação dos Estatutos do Gabinete, bem como, a instalação do Quadro de Pessoal, tal como a seguir se discrimina: um Diretor, três Assessores, um Secretário Administrativo, um Contínuo e um Motorista. Porém, os inúmeros problemas que envolvem o sector da Saúde, sobretudo num país com escassez de recursos, limitaram, em certa medida, o desenvolvimento do Gabinete. Assim, os Estatutos do Gabinete nunca chegaram a ser elaborados nem o quadro de Pessoal devidamente preenchido. A carência em recursos humanos, materiais e financeiros desde cedo começou a fazer-se sentir, o que condicionou muito o crescimento e a afirmação do Gabinete de Apoio

ao Desenvolvimento da Mulher e da Família (*Diagnóstico da Situação da População e Género*, 2001).

Porém, graças aos parceiros de cooperação multilateral e bilateral, particularmente Portugal, através da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres¹⁷, à parceria com algumas ONGs e Associações emergentes e à vontade do Governo, particularmente da Ministra Dulce Gomes algumas ações foram sendo realizadas, tais como participação em eventos e formações no exterior do país e a realização de duas grandes atividades com o objetivo de potenciar a promoção da mulher são-tomense. A primeira foi o “Seminário sobre a Integração da Mulher São-Tomense no Desenvolvimento” realizado em 1992, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, onde foi discutido o Plano de ação para a Integração da Mulher São-Tomense no Desenvolvimento. A segunda foi o seminário intitulado “A Promoção das Mulheres nos Países Lusófonos – Preparação da Conferencia de Pequim e Criação de Uma Rede” realizado de 29 de Junho a 6 de Julho de 1994 ,na cidade de São Tomé. Este seminário foi promovido pelo Gabinete de Apoio à Mulher e à Família e pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres com o apoio financeiro do UNIFEM, do UNICEF e do Gabinete de Cooperação com África do Ministério do Emprego e Segurança Social – MESS de Portugal, que na altura tutelava a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Neste seminário, de carácter internacional, participaram delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Os objetivos do seminário foram:

Aprofundar, em conjunto, a preparação para a 4ª Conferencia Mundial sobre as Mulheres que se realizaria em Pequim, em Setembro de 1995;

Constituir uma rede de organismos governamentais e não-governamentais, que se ocupam da igualdade de oportunidades para as mulheres e para os homens, numa perspetiva de respeito pelos direitos humanos, tendo em vista a troca de experiencias, o estabelecimento de programas e projetos de informação e/ou de formação, de carácter multilateral e bilateral, mediante o estabelecimento de um protocolo de cooperação.

(Seminário “A Promoção das Mulheres nos Países Lusófonos – Criação de uma Rede, 1994:1”)

¹⁷ Atualmente “Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género”.

Neste seminário, em que cada um dos países presentes fez uma apresentação da situação das mulheres nos seus países, concluiu-se, entre outros aspetos, que era necessário:

- “a) Haver, no contexto de cada país, Organismos Governamentais para a igualdade e para a promoção dos Direitos das Mulheres, que devem situar-se ao mais alto nível, ser dotados de poder de decisão e de recursos humanos e financeiros adequados;
- b) Criar nos Paramentos Nacionais, onde não existem, uma Comissão Parlamentar especializada nas questões de igualdade de direito e oportunidades das Mulheres;
- c) Integrar em todas as políticas sectoriais de uma forma transversal, para além de uma política global para a igualdade, a dimensão de género, já que, constituindo as mulheres metade da população, têm que estar no centro destas políticas;
- (...)
- f) Reconhecer que não é suficiente adotar legislação igualitária, mas que é igualmente importante garantir a sua aplicação, através de mecanismos de acompanhamento e fiscalização, já que o seu não cumprimento ameaça a credibilidade do poder político;
- (...)
- h) Promover a participação equilibrada de Mulheres e Homens em postos de decisão (Política, Económica, Social e Cultural, etc.); quer através de designação Governamental, quer através de mecanismos partidários. Só assim será possível garantir a construção de uma efetiva democracia;”

(Ibidem, 1-3)

Foram três as recomendações saídas desse seminário, a saber:

- “1 O estabelecimento de um Protocolo entre os organismos Governamentais que se ocupam das questões da condição feminina e da igualdade de oportunidades para mulheres (...).
- 2 A articulação entre mulheres Parlamentares dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com vista à sua integração numa rede comum.
- 3 A articulação entre organismos não-governamentais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com vista à sua participação numa rede.”

(Ibidem, 4)

De realçar que este seminário foi realizado num momento em que o país vivia um momento de instabilidade política, motivada pela falta de entendimento entre os Órgãos de Soberania “Presidente da República” e “Governo” que viria a culminar com a queda do II Governo Constitucional e a dissolução da Assembleia Nacional.

O clima de tensão política reinante ofuscou, relativamente, o impacto que uma atividade desta natureza poderia ter tido em São Tomé e Príncipe, para as mulheres em particular e para sociedade de forma geral. Infelizmente, o momento político era tão delicado que a Ministra nem pôde aparecer na cerimónia de encerramento, tendo apenas dirigido uma mensagem que foi lida pela diretora do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Mulher e da Família, da qual se ressalta:

“Perante os inconvenientes de uma aparição pública, incapaz de conceder a sessão de encerramento desse seminário, a honra e o brio que deveria merecer, é constrangida que optei por endereçar a V. Exas, distintas delegadas, (...) essa simples mensagem. (...) O actual momento político no meu país exige, certamente, muita reflexão, muita prudência, muita tolerância e sobretudo muita vontade de preservação da paz, democracia e liberdade.”

Dulce Gomes, 2004:1)

O II Governo Constitucional acima referido não terminou o seu mandato, pois, devido à instabilidade política foi exonerado por Decreto Presidencial nº 6/94.

Os dois Governos que lhe sucederam, nomeadamente, o Governo considerado transitório de Julho a Outubro de 1994 (criado por Decreto Presidencial nº 9/94), constituído por 9 membros incluindo o 1º Ministro – Evaristo de Carvalho e o III Governo Constitucional saído das eleições legislativas antecipadas realizadas em Outubro de 1994, constituído por 14 membros, incluindo o 1º Ministro (Carlos Monteiro Dias da Graça), foram constituídos, exclusivamente, por homens. Porém, na orgânica do III Governo Constitucional acima mencionado, nas funções do Ministério da Saúde, constava o seguinte: “dirigir, executar e controlar a política do Governo nas seguintes áreas: Saúde da população; Mulher e Família.” (*Diário da República* nº 20 de 30 de Dezembro de 1994, pp.278-280).

No entanto, os preparativos com vista à participação nacional na IV Conferencia Internacional sobre a Mulher realizada em Beijing – China continuaram, o relatório nacional foi elaborado e uma delegação são-tomense esteve presente nessa conferencia, com o apoio de parceiros de cooperação multilateral.

Em Janeiro de 1996 é nomeado o IV Governo Constitucional, portanto, após a realização da Conferencia de Beijing em que São Tomé e Príncipe esteve presente. Este Governo de 11 membros incluindo o 1º Ministro, Armindo Vaz de Almeida, voltava a integrar uma mulher, Fernanda Roncon de Azevedo, para ocupar a pasta da “Saúde, Família e Assuntos Femininos” (nova designação dada ao Ministério). No entanto, já estavam em curso os preparativos para a realização do 1º Fórum da Mulher de São Tomé e Príncipe, onde viria a ser aprovada a Plataforma de ação da Mulher Santomense. Este Fórum teve lugar em Fevereiro de 1996.

Apesar dessa designação, no programa desse Governo não se vislumbravam ações concretas relativas ao desenvolvimento do quadro institucional, de forma que esse pudesse desempenhar o seu papel de “Mecanismo Nacional para a promoção da Mulher.” Nesse programa, no Capítulo 3 intitulado “Melhoria da qualidade de Vida”, no ponto 3.2 -

“Atenção aos problemas da população, com especial incidência sobre a família, a mulher, as crianças e as pessoas da 3ª idade.”, constam as seguintes ações a desenvolver:

“Promover capacidades e iniciativas tendentes a acompanhar e reforçar o efeito das decisões e medidas sociais e económicas que visem o bem-estar da família, a melhoria da situação da mulher nesse quadro e a capacidade dessa instituição para melhor atender às necessidades básicas dos seus membros.

Proceder à revisão da lei da Família vigente, de modo a melhorar o estatuto jurídico da mulher e assegurar uma melhor proteção à mãe e à criança.”

(Programa do IV Governo Constitucional, 1996: 41-42).

Portanto não havia qualquer menção ao reforço da capacidade institucional.

Este Governo também teve uma duração muito curta (10 meses) e, apesar de ter apoiado a realização do Fórum, não adotou, por decreto ou outro mecanismo oficial, a Plataforma de Ação da Mulher Santomense.

Assim, o Gabinete para a Promoção da Mulher e da Família foi mantido meio “à deriva”, com falta de instalações adequadas e de recursos humanos, materiais e financeiros para o seu real funcionamento. Era, portanto, uma direção com muito pouca expressão para dar resposta às expectativas que sobre ela recaíam, como o confirmam os documentos seguintes:

- O Relatório Nacional para a IV Conferencia Mundial Sobre as Mulheres realizada em Beijing em 1995, na parte relativa aos Mecanismos nacionais para o progresso das mulheres consta o seguinte: “A mulher santomense, [...] enfrenta situações de desigualdade relativamente ao homem, atendendo que são ainda inexpressivos os mecanismos já existentes para tentar estabelecer a igualdade entre os sexos. “Relatório Nacional, 1995:8).

- A Plataforma de Ação para a Mulher São-Tomense caracteriza o Gabinete como sendo uma estrutura “[...]que cuida de algumas questões ligadas à mulher o qual não goza de qualquer autonomia, não tem staff nem uma estrutura mínima para funcionamento e cuja tutela tem variado ao sabor das alterações governamentais.”(*Plataforma de Acção, 1996:17*)

No FORUM DE UNIDADE PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL realizado em São Tomé, em Março de 1998, relativamente às constatações da Comissão Sociocultural em que o tema “Mulher, Criança e Família” foi discutido, menciona-se, entre outras, o seguinte:

“4 – Na situação em que se encontram as mulheres santomenses muito dificilmente estarão em condições de participar no desenvolvimento do país.

[...]

6 – Não obstante o compromisso assumido no Fórum da Mulher Santomense realizado em 1996 na sequência da Conferência Mundial de Beijing sobre a mulher, a situação prevalece.” (*Fórum de Unidade para a Reconstrução Nacional*, 1998:D)

Neste contexto, uma das recomendações foi:

“Criar uma Direção Geral de Promoção da Mulher, da Juventude e da Família, sob a tutela do Primeiro-ministro. Que a mesma seja dotada de recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu efetivo funcionamento.” (*Fórum de Unidade para a Reconstrução Nacional*, 1998:D).

No entanto, a situação começaria a mudar com a nomeação de um novo Governo (XV Governo Constitucional) chefiado por Raúl Wagner Bragança Neto, a partir do 4º trimestre de Novembro 1996, composto por 10 homens, incluindo o 1º Ministro, e nenhuma mulher. No programa deste Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia Nacional em Fevereiro de 1997, no item “C.3 – Juventude, Mulher e Família”, incluído numa das 3 áreas de governação (Social), constava entre as medidas “Equacionar e redefinir a estrutura de apoio à mulher e à família, tornando-a mais funcional, em parceria com o Fórum da Mulher Santomense”. Portanto, todo o movimento de mulheres que se criou à volta da realização do 1º Fórum (atividade), da criação do Fórum da Mulher Santomense e a pressão que este começou a fazer aos diferentes governos, tinha começado a dar os seus frutos.

Assim, através do Decreto-Lei nº 37/97 de Outubro de 1997, é criada a Direção Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude, como um dos serviços do Gabinete do 1º Ministro. Esta direção, por sua vez, estava subdividida em dois gabinetes, de acordo com o Decreto acima referido, nomeadamente:

- a) Gabinete de Apoio à Mulher e à Família;
- b) Gabinete de Apoio à Juventude

Desde 1992, ano em que foi criado o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, é a primeira vez que uma menção explícita é feita ao quadro institucional para a promoção da mulher são-tomense no programa do governo. Para a organização e operacionalização da direção, Maria do Rosário Afonso Neto de Barros, antiga Ministra da Informação (1980-1982) foi nomeada por Decreto nº 66/97 de Novembro de 1977, para o cargo de Diretora Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude e, sensivelmente, um ano depois, o

Decreto nº 46/98 de Novembro de 1998, nomeia Maria do Carmo Bragança Neto – Diretora do Gabinete de Apoio à Mulher e à Família.

Foi durante o governo de Raúl Bragança que o quadro institucional conheceu uma ligeira melhoria, devido, também à influência que a Diretora Geral tinha, no Gabinete do Primeiro Ministro. A Plataforma de ação da Mulher Santomense, aprovada no 1º Fórum da mulher santomense foi adotada formalmente pelo Governo, por uma Resolução interna do Primeiro-ministro – Resolução nº1/98 de 5 de Novembro de 1998, mas, nunca chegou a ser publicada no *Diário da República*.

A demissão do Governo de Raúl Bragança por Decreto Presidencial nº9/98 de 29 de Dezembro de 1998 interrompeu as ações relativas à Plataforma e outras que lhe poderiam ter sido subsequentes. Sucedeu-lhe o Governo chefiado por Guilherme Pósser da Costa (VI Governo Constitucional), composto por 10 homens incluindo o Primeiro-ministro e 1 mulher, Maria das Neves Ceita Batista de Sousa como Ministra da Economia. De realçar que, à única mulher do governo, foi-lhe atribuída a pasta da economia. Em São Tomé e Príncipe, os preconceitos relativos aos postos ocupados pelas mulheres têm-se desvanecido ao longo dos anos.

Na orgânica deste Governo, o Gabinete da Juventude ascende a Secretaria de Estado (Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Formação Profissional) enquanto a Direção Geral da Promoção da Mulher Família e Juventude, volta a regredir ao Gabinete de Promoção da Mulher e da Família e este, apesar de continuar como um dos serviços dependentes da chefia do Governo, passa a ser tutelado pelo Ministro-adjunto do Primeiro Ministro. Na prática, o Gabinete era superintendido pela Ministra da Economia, Maria das Neves Baptista de Sousa. Devido a exiguidade de recursos, o Gabinete não conseguia realizar muitas atividades, como consta na Introdução do documento relativo à Revisão da Plataforma de Acção:

“Esta Direcção não tem conseguido desempenhar com eficácia as suas funções e cumprir com efectividade os propósitos fixados aquando da sua criação. Tal situação tem a ver com a ausência de um espaço apropriado, apetrechado com recursos humanos e financeiros que lhe permitam levar a cabo o seu verdadeiro papel.”

(REVISÃO DA PLATAFORMA DE ACÇÃO, n.d.:34)

Maria do Rosário viria a cessar as suas funções como Diretora Geral da Promoção da Mulher, Família e Juventude em Outubro de 2000, através do Decreto nº 10-D/2000. Porém, Pósser da Costa só ficaria no Governo até Setembro de 2001, altura em que Evaristo de

Carvalho volta a chefiar um Governo de Iniciativa Presidencial (Setembro de 2001 a Março de 2002), composto por 8 homens incluindo o Primeiro-ministro e 2 mulheres, Maria dos Santos Tebús Torres como Ministra do Planeamento e Finanças e Armanda Cunha Coelho na pasta da Educação, Cultura e Formação. Como foi atrás referido, mais uma vez se constatou que efetivamente, não existem preconceitos em relação aos cargos mas sim em relação à proporção homem/mulher, na composição dos governos.

Após as eleições legislativas antecipadas de 2002, Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa assume a chefia do Governo (VII Governo Constitucional) pela primeira vez, constituído por 14 membros dos quais 9 homens e 5 mulheres (Decreto Presidencial nº 7/2002 de 28 de Março de 2002). É a primeira vez que, em São Tomé e Príncipe, o elenco governamental tem um tal número de mulheres ministras, a saber: Alda Bandeira - Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Alda Alves de Melo dos Santos - Ministra da Justiça, Reforma do Estado e Administração Pública; Maria das Neves Batista de Sousa – Ministra do Comércio Indústria e Turismo; Maria dos Santos Tebús Torres – Ministra do Plano e Finanças e Maria Fernanda Pontífice de Jesus Bonfim – Ministra da Educação e Cultura. Porém, uma coisa é o número de mulheres no Governo, outra é o reforço do quadro institucional para a promoção da mulher. Portanto, o Gabinete não conheceu mudanças substanciais e o Governo também teve uma duração muito curta de apenas 7 meses.

A situação do Gabinete só começaria, verdadeiramente, a mudar com a nomeação de Maria das Neves Batista de Sousa para o cargo de Primeira-ministra, através do Decreto Presidencial nº 15/2002, sucedendo, assim, a Gabriel Costa. O elenco governamental que Maria das Neves¹⁸ chefiou foi, inicialmente, constituído por 14 membros, dos quais 9 homens e 5 mulheres incluindo a Primeira-ministra. As Ministras do Governo foram: Claudina Augusto da Cruz - Ministra da Saúde; Maria dos Santos Tebús Torres – Ministra do Plano e Finanças; Maria Fernanda Pontífice de Jesus Bonfim – Ministra da Educação e Cultura; Elsa Maria Neto d’Alva Teixeira – Secretária de Estado da Reforma do Estado e Administração Pública. Todavia, 10 meses depois, devido a tensões políticas, incluindo uma tentativa de golpe de estado em Julho de 2003, o governo foi remodelado, por Decreto Presidencial nº 8/2003, passando a ter um elenco de 10 membros, onde a Primeira-ministra era a única mulher.

¹⁸ Passa a ser designada pelo nome próprio e o 1º apelido pelo qual ela é conhecida.

No programa do VIII Governo Constitucional chefiado por Maria das Neves, constava “A promoção da mulher e do género, da juventude e da criança, bem como a proteção e valorização da família” como um dos vetores essenciais. Assim, numa das 3 linhas de força do programa intitulada “Apostar no Desenvolvimento Humano e Promover a Solidariedade”, especificamente no item Mulher e Família, estava plasmado que era imperioso efetuar mudanças no tratamento da questão da mulher de forma a dar sentido a expressões como “Democracia, Justiça Social, Equidade, Igualdade e Paridade de Género.”

Portanto, o programa propunha o seguinte:

“(...) definição duma política para a Mulher no âmbito da política de População e Desenvolvimento, adotando medidas visando a discriminação positiva a favor das mulheres e o *empowerment* da mulher.

Com vista a melhorar o estatuto jurídico da mulher, o Governo dará atenção à regulamentação de aspetos decorrentes da condição feminina, tanto no que toca à revisão e atualização como à criação de leis que permitam a melhoria do estatuto da mulher, tomando medidas para que, em todos os sectores se institua a obrigatoriedade de recolha e tratamento de dados desagregados por sexo, de modo a melhor seguir a evolução da problemática do género no país.

Serão envidados esforços para a melhoria da condição e da situação da mulher e da família, pelo que o Governo apostará na ratificação de todas as Convenções sobre a mulher, a criança e à família, (...) empenhando-se, de igual forma, na luta contra a violência doméstica, particularmente contra a mulher, fenómeno que tem vindo a adquirir proporções cada vez mais alarmantes.

Serão envidados esforços com vista a apoiar iniciativas de mulheres tendentes a melhorar o rendimento das mesmas e das famílias (...) promoverá o associativismo e o cooperativismo entre as mulheres e apoiará iniciativas que visem a realização de atividades geradoras de rendimento e o autoemprego da mulher (...).

O governo reforçará e promoverá novas parcerias com associações e ONG vocacionadas para as questões da mulher, da criança e da família (...) e (...) apoiará o Fórum da Mulher São-Tomense na melhoria do seu funcionamento institucional, como forma de melhorar a sua eficiência”.

(Diário da Assembleia Nacional, 16 de Outubro de 2002:267).

Portanto, Maria das Neves, procurou mobilizar as mulheres e solicitou o apoio dos parceiros de cooperação bilateral e multilateral a fim de materializar o que estava proposto no programa do seu governo. Assim, com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População - FNUAP foi elaborada a “Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género” num processo participativo, realizado por uma equipa multidisciplinar, que congregou mulheres e homens de diferentes quadrantes políticos e socioprofissionais. Também, com o apoio da República da China (Taiwan)¹⁹, mandou construir, de raiz, um edifício de 2 plantas para albergar o Instituto da Mulher. Entretanto, o terreno que foi concedido para construção dessa instituição, situa-se fora do centro da cidade, numa estrada

¹⁹ São Tomé e Príncipe estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan a partir de 6 de Maio de 1997.

de terra batida, em mau estado, adjacente à avenida marginal 12 de Julho e, portanto, afastado dos outros edifícios públicos.

Infelizmente, Maria das Neves não viria a ter tempo suficiente, nem para aprovar o documento de estratégia, nem para inaugurar o edifício. Porém, ambos os processos não sofreram retrocessos. Assim, os Governos que lhe sucederam, Damião Vaz de Almeida, de 18 de Setembro de 2004 a 8 de Junho de 2005, e Maria do Carmo de Carvalho Silveira, de 8 de Junho de 2005 a 21 de Abril de 2006, deram continuidade às obras iniciadas.

Então, no Programa do Governo de Damião Vaz de Almeida (IX Governo Institucional), no capítulo III - Investir no Desenvolvimento Humano e Promover a Solidariedade, afirmava-se o seguinte:

“O Governo se empenhará na finalização de uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe - ENIEG e criará condições institucionais e financeiras necessárias a sua implementação. A ENIEG será o quadro de referência para todos os parceiros de desenvolvimento, beneficiários e atores ligados ao Estado, à sociedade civil ou à cooperação internacional, que colaborem para o desenvolvimento de STP”

(Programa do IX Governo Constitucional, Outubro de 2004: 40-41).

No Programa do X Governo Constitucional, chefiado por Maria do Carmo Trovoada de Carvalho Silveira, constava o seguinte no Eixo I – “Suster a degradação económica e social” o seguinte:

“[...] o Governo se empenhará no arranque da implementação da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe[...]” “A ENIEG será o quadro de referência para todos os parceiros de desenvolvimento, beneficiários e actores ligados ao Estado, à sociedade civil ou à cooperação internacional, que colaborem para o desenvolvimento de STP”
(Diário da Assembleia Nacional, 6 de Julho de 2005:1543).

Como se pode constatar a única diferença entre os dois programas acima referidos é que enquanto num é dito que o Governo se empenhará na finalização da ENIEG, o outro refere que o Governo se empenhará no arranque da implementação.

Apesar das afirmações constantes nos programas de Governo e de alguns avanços que se verificaram no processo de elaboração da ENIEG, mudanças significativas não se verificaram ao nível do quadro institucional que continuava pobre, sobretudo em recursos humanos.

Em 2006 foram realizadas eleições legislativas e Tomé Soares da Vera Cruz foi indicado como Primeiro Ministro do XI Governo Constitucional, chefiando um elenco de 12 membros, dos quais 8 homens e 4 mulheres, a saber: Maria dos Santos Tebús Torres – Vice-Primeira Ministra e Ministra do Plano e Finanças; Cristina Maria Fernandes Dias – Ministra

da Economia; Maria de Fátima Leite de Sousa Almeida – Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto; Maria de Cristo Hilário dos Santos Raposo Costa de Carvalho – Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família. Como se pode constatar, o quadro institucional para a promoção da mulher, deixa de ser um dos serviços do Gabinete do 1º Ministro (fisicamente, já se encontrava acomodado nas novas instalações onde partilhava o espaço com o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica) e passa à tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família. De realçar que o Gabinete de Promoção da Mulher e Família continuava a se confrontar com um défice de recursos materiais, financeiros e, sobretudo humanos. Na altura possuía uma diretora, um quadro de formação média, um administrativo, uma empregada de limpeza e 2 jardineiros. No entanto, após a conclusão do edifício, a República da China Taiwan concedeu uma certa ajuda financeira para o apetrechamento do mesmo.

Maria de Cristo decide revitalizar o quadro institucional e dar seguimento ao processo de implementação da ENIEG que após a sua validação a 11 de Julho de 2005 voltou a cair no “sossego”. Assim, voltou a solicitar a colaboração do FNUAP para apoiar o Governo na definição de um esquema institucional operativo para implementar a ENIEG.

No âmbito de uma Missão de assistência técnica do UNFPA que trabalhou em colaboração com quadros técnicos nacionais e utilizando uma metodologia participativa, foi analisado o esquema institucional previsto para implementação da ENIEG que passados dois anos ainda não tinha começado a funcionar. Chegaram às seguintes conclusões, a saber:

“1- O Conselho de Ministros, órgão de orientação e decisão tinha aprovado a estratégia mas o decreto de adoção nunca foi publicado; 2 - A Comissão Nacional de População e Género – Órgão de concertação previsto não tinha sido criada e 3 - o Gabinete de Promoção da Mulher e Família que deveria assegurar a coordenação, seguimento e avaliação da implementação da ENIEG estava a enfrentar as dificuldades já atrás mencionadas.

(Operacionalização da ENIEG,2006:16).

A missão também identificou as duas grandes dificuldades que estavam a por em causa o funcionamento de um mecanismo nacional de implementação, como sendo as seguintes:

(1)Instabilidade institucional do mecanismo nacional por causa das numerosas mudanças de governo, que afetaram a concretização da vontade política manifestada em 2002, assim como a plena apropriação do processo pelas autoridades competentes, tendo tido como maior consequência a ausência de afetação dos meios institucionais, humanos e financeiros necessários ao mecanismo nacional para implementar a ENIEG.

(2) Mandato do mecanismo nacional para promoção da mulher e do género. Apesar de situado ao nível do Gabinete do Primeiro Ministro, no momento da elaboração da Estratégia, o mecanismo não dispunha de um mandato claro para exercer o papel de líder, coordenador e catalisador da coordenação, implementação, seguimento e avaliação de uma estratégia nacional para a igualdade e equidade de género. (*Operacionalização da ENIEG*, 2006)

Assim, após vários encontros individuais com responsáveis dos ministérios sectoriais, Assembleia Nacional, Organizações da Sociedade Civil e parceiros de cooperação internacional e sessões alargadas de reflexão, a missão decidiu propor ao Governo a criação, através de um decreto do governo, de um mecanismo institucional autónomo com a designação de “Instituto Nacional para a Promoção da Mulher e do Género”, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O Instituto deveria ter os seguintes órgãos e serviços: um Conselho de Administração composto por representantes de alguns ministérios nomeados por Conselho de Ministros, um Diretor Executivo e um Comité Técnico Consultivo composto pelos representantes das estruturas de execução, nomeadamente: pontos focais dos ministérios e da sociedade civil e um representante da Rede do Sistema das Nações Unidas para o Género. O novo esquema institucional seria assim, constituído:

- O Conselho de Ministros como *órgão de orientação e decisão*,
- O Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família como *órgão de tutela*,
- A Comissão Nacional População e Género como *órgão de concertação*,
- O Instituto Nacional para Promoção da Mulher e do Género como *mecanismo nacional*,
- Os Ministérios e as organizações da sociedade civil como *estruturas de execução da ENIEG*,
- A Assembleia Nacional, os parceiros técnicos e financeiros e os profissionais da comunicação: médias e artistas como *instituições de apoio e contribuição*.

(*Operacionalização da ENIEG*, 2006:20 e 21).

Portanto, graças à determinação da Ministra Maria de Cristo Carvalho, 4 Decretos foram adotados pelo Governo no decorrer de 2007:

- Decreto-Lei nº 14/2007, publicado no *Diário da República* nº 25 de 3 de Julho de 2007 – adotou a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género;
- Decreto-Lei nº 18/2007, publicado no *Diário da República* nº 38 de 8 de Agosto de 2007 – criou o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG);
- Decreto nº 13/2007, publicado no *Diário da República* nº 25 de 3 de Julho de 2007 – nomeou Lurdes Maria Viegas Pires dos Santos, como Diretora Executiva do INPG;

- Decreto nº 20/2007, publicado no Diário da República nº 43 de 7 de Setembro de 2007 – cria a Comissão Nacional de População e Género, abreviadamente CNPG.

O INPG entrou em funcionamento a partir do mês de Julho de 2007, apesar da escassez quase total de recursos humanos (a diretora, dois quadros superiores, dois administrativos e pessoal de apoio), materiais e financeiros. Assim, foram realizadas ações de reforço institucional, advocacia e mobilização de recursos junto de alguns parceiros internacionais, nomeadamente UNFPA, UNICEF e UNDP.

Entre 2008/2010 beneficiou de assistência técnica do UNFPA para as seguintes ações:

- Elaboração de um Plano de ação para 2008-2011;
- Elaboração dos Termos de Referência e da Estratégia de Intervenção dos Pontos Focais Sectoriais;
- Formação de um grupo de Formadores em Género e Desenvolvimento;
- Elaboração de um Guia Metodológico para a Integração de Género no Desenvolvimento;
- Adaptação / produção de manuais de formação sobre População, Género e Desenvolvimento.

Em 2013 a ENIEG foi revista e atualizada para um horizonte temporal de 2013-2017, também com assistência técnica do UNFPA. Vale ressaltar, que, no âmbito do Programa de Assistência desta instituição multilateral à São Tomé e Príncipe, desde 2007 que, anualmente, é assinado e orçamentado um plano de trabalho.

Os três Governos que sucederam ao XI Governo Constitucional, independentemente das diferentes sensibilidades, já encontraram o INPG criado e instalado num edifício próprio que apesar da sua estrutura, não atrai ambições, ou seja, não corre o risco de ser utilizado para outras funções, como é prática acontecer, devido à sua localização e à via de acesso em mau estado.



Fonte: Foto tirada pela autora

Assim, na estrutura orgânica do XII Governo Constitucional (Fevereiro a Junho de 2008), chefiado por Patrice Trovoada o INPG ficou sob a tutela do Ministério do Trabalho e Solidariedade, dirigido por Maria Tomé Araújo, uma das quatro ministras desse governo; no XIII Governo Institucional, sob a tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família, ainda sob a tutela de Maria Tomé Ferreira de Araújo e nos XIV e XV Governos Institucionais, no Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais dirigido inicialmente por Ângela Costa (Agosto de 2010 a Outubro de 2012) e em 2014 por Maria Tomé Ferreira de Araújo. Até à realização das eleições legislativas de 2014, o INPG era tutelado pelo Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Esta estrutura vem crescendo paulatinamente, reforçando as parcerias com as Associações da Sociedade Civil, o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. No entanto, os órgãos e serviços, nomeadamente o Conselho de Administração e o Conselho Consultivo estão por constituir, a autonomia administrativa e financeira ainda não se concretizou, efetivamente. O instituto carece de recursos financeiros do Orçamento Geral do Estado e depende quase exclusivamente de recursos externos.

(Relatório Nacional de implementação da Declaração e do Programa de Ação de Beijing, 2014: 37).

Apesar do número de quadros existentes (diretora e seis quadros superiores) os departamentos ainda não estão a funcionar devidamente e a Comissão Nacional de População e Género é praticamente inexistente, pois há mais de 4 anos que não se reúne.

De forma global, pode-se considerar que, ao longo dos anos, o quadro institucional para a promoção da mulher e do género foi considerado um órgão marginal, quase flutuante, ao sabor da instabilidade política que vem caracterizando os governos da chamada “Segunda República”. Foram necessários vários anos, para que o Governo assumisse verdadeiramente um quadro institucional e o dotasse de alguns recursos, sobretudo humanos.

Vale ressaltar que mesmo antes da criação do instituto, o Gabinete de Promoção da Mulher e Família foi beneficiando de assistência técnica e financeira de parceiros bilaterais e multilaterais, entre os quais, Portugal, UNICEF e UNFPA e assim foi realizando ações esporádicas, principalmente, por ocasião de datas importantes tais como 8 de Março e 19 de Setembro e, também, foi participando nos eventos internacionais para os quais o Gabinete era convidado.

No âmbito do seu programa de Assistência 1998-2001, o UNFPA financiou uma componente-projeto “STP/99/P04 - Integração das Questões de Género na Estratégia de Desenvolvimento” inserida no Programa de População. De entre as ações desenvolvidas no quadro desse projeto, destaca-se o reforço das capacidades do Gabinete em matéria de género, a 1ª formação de Pontos Focais de Género sectoriais e uma pesquisa intitulada “Conhecimento, Atitudes e Práticas dos Decisores/a(s) Sobre a Integração do Género no Processo de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe”.

4.1.2 – Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica

O primeiro estudo sobre a Violência Doméstica em São Tomé e Príncipe foi realizado, em 2002, sob a iniciativa da UNICEF, tendo em conta a perceção que se tinha do fenómeno, particularmente, contra as mulheres e as crianças, especificamente as raparigas. No âmbito desse estudo, 25% das mulheres inquiridas alegaram ter sido vítimas ou passarem-se casos de violência em suas casas. Dos homens inquiridos, 70% afirmaram que em uma ou mais casas de vizinhos se exerce algum tipo de violência contra a esposa (62%) e as crianças (15%) (*Violência Doméstica Contra as Mulheres em STP*, 2002:47).

Na sequência desse estudo e de outros também realizados com o apoio da UNICEF, foi criado, em 2006, o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica – CACVD, com a finalidade de prevenir, aconselhar e apoiar as vítimas de violência doméstica. De 2006 a 2010 o Centro funcionou sob a tutela do Ministério da Justiça e, desde 2010 vem funcionando sob a tutela do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais. De início da sua criação até 2008, o Centro foi apoiado maioritariamente pela UNICEF, em 2009 foi integrado no Orçamento do Estado e, a partir de 2012 vem recebendo algum apoio do UNFPA.

A criação do CACVD antecedeu a adoção das leis “nº 11/2008 – Sobre a Violência Doméstica e Familiar” e “nº12/2008 – Sobre o Reforço dos Mecanismos de Proteção Legal

Devidas às Vítimas de Crimes de Violência Doméstica e Familiar” apresentadas pela 5ª Comissão Parlamentar – Direitos Humanos, Género e Cidadania. A nota explicativa destas leis revela que

“ [...] a grande maioria de situações que prefiguram casos de violência doméstica são ainda exercidas sobre as mulheres e crianças pelo seu marido e companheiro. [...] os casos de violência estão a atingir proporções muito preocupantes no nosso país, principalmente a violência baseada no género.”

(Assembleia Nacional, 2009:6).

No entanto, por falta de regulamentação, estas leis ainda não estão a ser aplicadas.

A sociedade são-tomense, culturalmente, não atribui o mesmo valor à mulher e ao homem. Assim, devido à inexistência de mecanismos próprios, a maioria das mulheres que eram vítimas de violência não a denunciavam pelo facto de: a sociedade ser machista e tolerar o agressor; dependerem economicamente do agressor; vergonha; sentimento de culpa; pressão familiar, entre outros fatores. A criação do Centro veio contribuir para minimizar esta situação e o número de pessoas que se dirigem ao mesmo vem aumentando progressivamente, tendo passado de 189 em 2007 a 1044 em 2010. (UNICEF, 2011:24).

Um estudo de impacto realizado pela UNICEF em 2011 revelou que o Centro já cumpria um papel muito importante para o cidadão, especialmente a mulher e que sem a existência do mesmo, muitas vítimas continuariam a ser afetadas pela Violência Doméstica. (UNICEF, 2011:29).

Com o apoio do UNFPA e do Fundo Europeu de Desenvolvimento foi elaborada e adotada, em 2014, a Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género para o período 2014 – 2018. A elaboração desta estratégia baseou-se em, essencialmente, no seguinte: tornar mais visível a problemática da Violência Baseada no Género, harmonizar as ações desenvolvidas pelos diferentes atores nesse domínio, reforçar as capacidades do CACVD e implementar um dos objetivos do eixo 4 da ENIEG “Contribuir para a redução da violência contra as mulheres” (*Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género*, 2014:11, 17)

De acordo com esse documento de estratégia, segundo informações obtidas de Junho a Dezembro de 2011, 85% das vítimas eram do sexo feminino e 76% dos agressores do sexo masculino. (*Ibidem pp.21, 22*). Apesar das causas da violência serem inúmeras, pode-se também considerar alguns estereótipos discriminatórios baseados em falsos valores culturais

que remetem a mulher para um segundo plano que a leva a ser e a acreditar que é subalterna ao homem, quer seja ele pai, marido, namorado ou apenas parente.

De forma a haver uma maior rede de atendimento, o CACVD assinou protocolos com sectores da justiça, Forças da Segurança (Polícia Nacional e de Investigação Criminal), Sociedade Civil (RMP, ASMJ, entre outras) e tem realizado as suas ações de formação e sensibilização em parceria com o INPG.

No entanto, uma das maiores limitações é o número de Centros existentes no país; só existem dois, sendo um em São Tomé, na capital e outro em Santo António na Região do Príncipe. Para fazer face ao défice de estruturas de atendimento, foi constituída, recentemente, uma rede denominada “Rede Vida”, constituída por pontos focais de 18 instituições, entre as quais se encontram: Comandos Distritais da Polícia, Polícia de Investigação Criminal, algumas ONGs, Ministério Público, ou seja, instituições que de uma forma ou de outra, também fazem o atendimento às vítimas ou com a qual o CACVD já tenha estabelecido protocolos. Esta Rede encontra-se, trimestralmente, para fazer o balanço da situação.

No que se refere ao apoio às vítimas, o Centro, quando beneficiava do financiamento do UNICEF acolhia as vítimas num período de 48 horas. Atualmente, por falta de recursos financeiros, esta componente foi suspensa.

No entanto, desde 2012, o CACVD é também um dos parceiros de implementação do programa país do UNFPA integrado no domínio no género, beneficiando assim de apoio técnico e financeiro mediante um plano de trabalho assinado para o período 2012 – 2017. Neste contexto, apesar do CACVD ter sido concebido para casos de violência doméstica, graças ao apoio que tem recebido do UNFPA as suas ações têm sido mais abrangentes, ou seja, no domínio da violência baseada no género.

4.2 – Mecanismos Parlamentares

4.2.1 – Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares de São Tomé e Príncipe – RMMP/STP

A Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares de São Tomé e Príncipe – RMMP/STP foi constituída no dia 8 de Março de 2004, congregando, no seu seio, mulheres que exercem ou que tenham exercido o cargo de governante ou parlamentar.

A criação da RMMP/STP vem na sequência da criação, ao nível regional com o apoio do UNFPA, da Rede de Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares – RMMPA em 1995, como uma estrutura de influência e promoção de questões relevantes da Agenda do Cairo tais como a população, o desenvolvimento e o género. Vem, também, na sequência, da Conferencia Regional Africana de Dakar realizada em 1994.

A iniciativa de criação da RMMP/STP surgiu durante o VIII Governo Constitucional em que Maria das Neves foi a Primeira-ministra e solicitou o apoio do UNFPA para a criação desta estrutura em São Tomé e Príncipe. Maria das Neves, ainda na qualidade de Diretora de Estatística, havia participado nas duas primeiras conferências da RMMPA realizadas em Ouagadougou – Burkina-Fasso e em Dar-es-Salam na Tanzânia em 1995 e 1996, respetivamente. Portanto, antes da criação da RMMP/STP, delegações de São Tomé e Príncipe já tinham participado nas 5 reuniões da RMMPA realizadas de 1995 a 2002 e a constituição da rede nacional era, também, uma atividade prévia à participação na sexta reunião que se realizaria em Libreville – Gabão (2004).

Para a Assembleia Constitutiva tinham sido recenseadas 47 mulheres entre ministras e parlamentares, mas só estiveram presentes 32 membros fundadoras, pois algumas estavam fora do país.

De acordo com os seus estatutos, a RMMP/STP tem como finalidade “Mobilizar todas as camadas sociais da Nação e desenvolver uma advocacia com vista a acelerar a promoção da igualdade e equidade de género, a promoção da mulher e a melhoria da qualidade de vida da mesma.” (RMMP/STP,2004:3).

Na altura da constituição da Rede decidiu-se que os órgãos Sociais deveriam ser dirigidos pelas governantes em exercício, pois estas poderiam usar da sua influência para que as questões da igualdade e equidade de género e outras ligadas ao desenvolvimento fossem tomadas em consideração nas agendas dos Órgãos Executivo, Legislativo e Judicial. Assim, Maria das Neves – Primeira-ministra foi eleita Presidente da Assembleia Geral, Elsa Teixeira Pinto - Secretária de Estado da Reforma do Estado e da Administração Pública, Presidente do Conselho Executivo e Ângela Ramos Costa – Parlamentar, Presidente do Conselho Fiscal.

Porém, no relatório apresentado pelo Secretariado Executivo na 1ª Assembleia Geral realizada em Outubro de 2007, constatou-se que o nível de cumprimento das ações

planificadas era pouco satisfatório, devido sobretudo à mobilidade permanente dos membros do Secretariado Executivo e dificuldades financeiras. Constatou-se também que devido à inexistência de mecanismos próprios, houve limitação e quase inexistência de um circuito de informação adequado entre os membros da Rede.

A Rede ainda não tinha conseguido legalizar-se no Cartório, não dispunha de uma sede nem de um plano de ação e as Comissões especializadas não tinham sido constituídas. Contudo, reconhecia-se que tinha havido um esforço para a afirmação e consolidação da rede: já havia uma proposta de Regulamento Interno, esboço da constituição das comissões especializadas e uma proposta de Plano de Ação (RMMP/STP, 2007:3,5).

No referente às relações exteriores, a RMMP/STP tinha estabelecido contactos com as suas congéneres dos países lusófonos e do Gabão e participado em três eventos internacionais, com o suporte do UNFPA, entre os quais, o “Atelier de Reforço das capacidades das Membros da Rede das Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares no domínio da Advocacia, Liderança e Mobilização de Recursos” que teve lugar em Cabo Verde, em Fevereiro de 2007. Este *atelier* teve também, como um dos objetivos, a elaboração de um plano de ação de cada uma das Redes presentes, com um tema para advocacia, pois era uma recomendação da 6ª Conferencia Regional Africana das Mulheres Ministras e Parlamentares realizada em Libreville em Novembro de 2004, em que a Rede nacional esteve presente. São Tomé e Príncipe escolheu como tema “A violência baseada no género”.

De realçar que, quando se realizou a Assembleia Geral de 2007, tanto Maria das Neves como Elsa Pinto já não estavam na governação, o que afetou, em parte o funcionamento da Rede. Elsa Pinto, afirmou, no relatório que a instalação da rede estava no centro das preocupações a serem resolvidas pelo Secretariado Executivo, pois, enquanto ministra albergou, oficiosamente, as sessões de trabalho do secretariado executivo nas instalações do Ministério que dirigia e depois de cessar o seu mandato, a Rede não mais teve onde se reunir.

Nesta Assembleia de 2007, realizada com o apoio técnico do INPG e financeiro do UNFPA, foi aprovado o Plano de Ação esboçado em Cabo Verde e feita a eleição para os órgãos, seguindo-se o mesmo princípio de 2004. Assim, Maria dos Santos Tebús Torres – Vice Primeira-ministra e Ministra do Plano e Finanças foi eleita Presidente da Assembleia Geral, Maria de Cristo Costa Carvalho – Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família,

Presidente do Secretariado Executivo e Maria do Rosário Barros – Parlamentar e ex-Ministra, Presidente do Conselho Fiscal.

Infelizmente, só mais tarde é que se veio a reconhecer que as mulheres envolvidas na governação não tinham muita disponibilidade para dirigir a Rede, pois as inúmeras ocupações enquanto membro do Governo ocupavam todo o tempo. Assim, para além da restituição do *atelier* realizado na Ilha do Sal – Cabo Verde e de algumas reuniões do Secretariado Executivo, a Rede não conseguiu ultrapassar os obstáculos ao seu funcionamento, identificados no atelier de Cabo Verde e reconhecidos por todas e que são os seguintes:

- “. Pouca visibilidade da RMMP/STP;
- . Falta de sustentabilidade da Rede;
- . Escassez de recursos (materiais, humanos, financeiros) para garantir a sustentabilidade da Rede;
- . Falta de articulação entre os membros da rede (entre Ministras e Parlamentares);
- . Partidarização da Rede;
- . Falta de assunção dos membros da rede;
- . Falta de conhecimento sobre o “verdadeiro” papel e amplitude da rede;
- . Ausência de parcerias estratégicas.”

(RMMP/STP, 2007:1)

As principais causas desses problemas foram identificadas como sendo as seguintes:

- “. Politização da Rede (mulheres de partidos diferentes transportavam as clivagens entre os seus partidos para o interior da rede);
- . Instabilidade política (acompanhada de mudanças de Governo, o que não permitia às dirigentes ter tempo suficiente para advogar e realizar ações que contribuíssem para a promoção da Rede);
- . Falta de assunção dos membros da Rede (o que constituía um dos grandes desafios internos pois não houve uma verdadeira apropriação da mesma por todos os seus membros.)”

(RMMP/STP, 2007:1)

Relativamente às instalações, apesar da Diretora do INPG, que também era uma das vice-presidentes da RMMP/STP, ter disponibilizado um espaço para a instalação da Rede, esta nunca chegou a ocupá-lo. A instabilidade política, uma vez mais, não permitiu a mobilização de recursos suficientes para o apetrechamento do espaço e para manter uma unidade funcional permanente.

O Governo saído das eleições legislativas de 2010 só incluiu no seu seio uma mulher – Ângela Costa como Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais. Portanto, com poucas mulheres no executivo a RMMP/STP nunca mais se reuniu, caindo num inércia que já dura

cerca de 5 anos, sem cumprir a “Missão” estabelecida pela RMMPA e partilhada pelas Redes nacionais e que era a seguinte:

“. Promover uma representação igual das mulheres e dos homens nas instâncias de decisão, aos níveis nacional, regional e internacional;

. Melhorar as capacidades das mulheres líderes em matéria de advocacia com vista ao reforço dos meios de ação das mulheres e das jovens.”

(RMMPA, Plano Estratégico, 2005-2009).

Vale realçar que, após a constituição da Rede das Mulheres Parlamentares em 2009 cujas dirigentes são também membros ou dirigentes da RMMP/STP, esta acabou por ficar ofuscada.

4.2.2 – Rede das Mulheres Parlamentares – RMP/STP

De acordo com os artigos 1º e 3º dos seus Estatutos, a Rede de Mulheres Parlamentares é um espaço de concertação e cooperação que vela pelas questões de igualdade equidade de género e integra todas as Deputadas em efetividade de funções nos Parlamentos dos países membros.

Uma das recomendações da Reunião de Mulheres da CPLP, realizada em São Tomé em Junho /Julho de 1994, subordinada ao tema “A Promoção das Mulheres nos Países Lusófonos – Preparação da Conferencia de Pequim e Criação de Uma Rede”, acima mencionada, foi “A articulação entre mulheres Parlamentares dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com vista à sua integração numa rede comum.” (São Tomé e Príncipe, Conclusões do Seminário “A Promoção das Mulheres nos Países Lusófonos – Criação de uma Rede”). No entanto, esta ideia só viria a concretizar-se alguns anos depois.

A primeira Conferência das Mulheres da CPLP realizou-se em Salvador da Baía em Janeiro de 2000 sob o tema “ Género, Cultura, Acesso ao Poder, Participação e Desenvolvimento.”

Na Conferência de Salvador, onde uma delegação de mulheres parlamentares são-tomenses esteve representada, aprovou-se:

“a) Institucionalização da Conferencia de Mulheres da CPLP; b) a criação de uma Rede de Mulheres da CPLP, a ser inicialmente formada por pontos focais para a questão de género de cada país da Comunidade e do Conselho Nacional da Resistência Timorense, [...]. A esta Rede deverão somar-se, assim que possível, pontos focais em representação da sociedade civil de cada país, que se articularão com aqueles indicados pelos Governos”.

(*Documento final da I Conferencia de Mulheres da CPLP sobre Género, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento* 2000: 188

Neste âmbito, a proposta de criação da Rede de Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa foi discutida pela primeira vez no I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa, promovida pela Confederação Parlamentar da Américas, realizada em Brasília em Junho de 2003. Uma delegação de mulheres parlamentares são-tomenses participou nesta reunião. A referida proposta foi aprovada no IV Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa realizado em Brasília em Janeiro de 2005. Assim, a Rede de Mulheres de Fórum Parlamentar de Língua Portuguesa, foi institucionalizada em Dezembro de 2006, na sequência das deliberações emanadas do V Fórum Parlamentar da Língua Portuguesa decorrido no mês de Abril de 2006 em Luanda – Angola.

Por ocasião da realização desta conferência, as mulheres parlamentares são-tomenses (5 deputadas eleitas num universo de 55 deputados), ainda não estavam organizadas em Rede.

Em 2009, foi a vez de São Tomé e Príncipe organizar e realizar o VII Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Assim, foi também realizada, em São Tomé, a “III Conferência da Rede de Mulheres dos Parlamentos de Língua Portuguesa”. Teve então, que ser constituída a Rede das Mulheres Parlamentares de São Tomé e Príncipe e Maria das Neves, enquanto única deputada efetiva na Assembleia naquele momento (as outras eram suplentes ou estavam na governação), foi eleita Presidente da Rede de São Tomé e Príncipe. Nesta reunião, as mulheres parlamentares são-tomenses assumiram a presidência da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP.

Na reunião de São Tomé e Príncipe, foi constituída a I Assembleia Parlamentar da CPLP e a Rede das Mulheres Parlamentares passou a fazer parte de um dos órgãos da Assembleia, passando a designar-se Rede das Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP (RM-AP-CPLP).

Tendo em conta que a Rede é constituída pelas Deputadas em efetividade de funções, a sua composição altera-se de legislatura em legislatura. Assim, a Rede de Mulheres Parlamentares de São Tomé e Príncipe depois das eleições legislativas de 2010, apesar de ter alterado a sua composição com a entrada de novas deputadas eleitas, manteve a mesma presidente – Maria das Neves.

A Rede nacional possui um Plano de Ação que é aprovado nas reuniões bianuais da Assembleia Parlamentar da CPLP. Assim, ela estabelece as suas prioridades e tenta cumprir o seu plano independentemente ou em articulação com outros organismos com os quais

encontre afinidade. De entre as atividades já realizadas por esta Rede destacam-se ações de sensibilização, sobretudo sobre a violência, particularmente, a violência doméstica e a gravidez na adolescência. As atividades foram realizadas em parceria com a Associação das Mulheres Juristas, pois a secretária Geral da Rede – Domitília Trovoada era membro da direção (presidente) da Associação das Mulheres Juristas. Também realizaram atividades pontuais com o INPG e uma ONG Nacional, a ONG Roça Mundo.

Para além das ações de sensibilização a Rede também realiza visitas às instituições que têm alguma ligação com as suas atividades, nomeadamente, a Procuradoria-Geral da República, Comando Geral da Polícia Nacional, Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica, entre outros.

Pode-se concluir que apesar de a Rede realizar algumas atividades com o INPG, essas atividades não se cingem às prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género que é o documento nacional de orientação política neste domínio.

4.2.3 – 5ª Comissão Parlamentar – Direitos Humanos, Cidadania e Género

Através da Resolução nº 2/VIII/06 – a Assembleia Nacional, depois das eleições legislativas de 2006, fixa no elenco das comissões especializadas, a 5ª Comissão Parlamentar – Comissão dos Direitos Humanos, Cidadania e Género, encarregue das seguintes áreas (Assembleia Nacional, Departamento de Documentação e Informação Parlamentar, 1ª sessão Legislativa da VIII Legislatura 2006-2010):

- a) Direitos Humanos;
- b) Petições, Reclamações e sugestões dos cidadãos;
- c) Género;
- d) Problemática do HIV/SIDA;
- e) Crianças órfãs e vulneráveis do HIV/SIDA;
- f) Outras áreas afins. (Assembleia Nacional, 2006-2010)

Maria das Neves e Fernanda Pontífice, duas das quatro deputadas eleitas nas eleições legislativas de 2006 (as outras duas, nomeadamente Maria de Cristo e Cristina Dias estavam no Governo como Ministras) foram eleitas presidente e vice-presidente, respetivamente. Posteriormente, Fernanda Pontífice viria a pedir a rescisão do seu mandato, deixando não só

a comissão, como também a Assembleia Nacional e assim, seria substituída na vice-presidência pelo deputado José Alice.

De entre as principais ações desenvolvidas por essa Comissão, na sua componente Género, naquela legislatura (2006-2010), destaca-se todo o trabalho de advocacia e *lobby* que conduziram à aprovação da lei sobre a Violência Doméstica e Parlamentar, elaborada pelo Fórum da Mulher Santomense, a apresentação do documento relativo ao estabelecimento de uma quota de 30% de participação de mulheres em todos os órgãos de participação cívica e política do país, que viria ser aprovado sob forma de Resolução – Resolução nº 74/VIII/2009 – Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres, e a realização de um “Estudo de Avaliação das Necessidades das Raparigas Militares e Implicações para as FASTP”.

Na legislatura que ora termina (2010-2014), Maria das Neves mais comprometida com a Rede das Mulheres Parlamentares, passou a membro dessa Comissão, mas sem grande intervenção nas suas atividades.

De forma global, no referente à componente género, esta Comissão não tem tido intervenções significativas apesar de algumas visitas ao Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica e participação em algumas formações, conjuntamente com a Rede das Mulheres Parlamentares, entre as quais, o seminário sobre “Os Principais Instrumentos Normativos Internacionais e Nacionais relativos ao Direito de participação das Mulheres” e “Ação de Formação sobre a Regra Legística”, esta última organizada pelo INPG.

À semelhança da Rede das Mulheres Parlamentares, a 5ª Comissão Parlamentar é também um mecanismo nacional para a igualdade, bem como o Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. No entanto, pode-se considerar que faltam sinergias em torno de ações comuns entre os diferentes mecanismos, para que possa haver maior impacto das ações e que os resultados possam ser sustentáveis. Outro aspeto a ressaltar é que nas ações realizadas, pelos diferentes mecanismos, à exceção do INPG, não se vislumbra que a Estratégia Nacional para a Igualdade de Género seja tomada como documento de referência. As ações são realizadas por cada um dos mecanismos obedecendo ao seu programa mas sem ter a implementação da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género como fio condutor.

Capítulo 5 – Enquadramento legal e programático favorável à igualdade

5.1 – Enquadramento jurídico-institucional

A problemática da igualdade entre o homem e a mulher constitui um dos princípios fundamentais da organização das Nações Unidas, plasmado na Carta das Nações Unidas assinada em 1945.

Assim, tendo São Tomé e Príncipe aderido à Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos objetivos e princípios da Organização das Nações Unidas, os sucessivos textos constitucionais de 1975 à 2003 (ano da última revisão constitucional) têm plasmado a igualdade de direitos e deveres para todos os cidadãos sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção política.

5.1.1 – A proteção dos direitos das mulheres no ordenamento jurídico são-tomense

A Constituição política

A Constituição política pode ser considerada como um instrumento regulador, uma lei magna, que rege toda a ação política, jurídica e até social de um país.

Em São Tomé e Príncipe, após a proclamação da independência nacional a 12 de Julho de 1975, foi aprovada e publicada no *Diário da República* nº1, a Lei de 17 de Julho de 1975 – Lei Fundamental - que continha algumas normas constitucionais, entre as quais as atribuições do Presidente da República, as competências do governo provisório, dos tribunais, do Ministério Público, a responsabilidade dos funcionários, que vigoraram até a aprovação da Lei de 15 de Dezembro de 1975 - a primeira Constituição Política do país.

No Capítulo II “ Dos direitos, liberdades e deveres fundamentais do cidadão” da primeira Constituição política, estava consignado no ponto um do artigo 9º que “Os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de origem social, raça, sexo ou tendências políticas, religiosas ou filosóficas.”(Lei de 15 de Dezembro de 1975:4) No ponto dois do mesmo artigo consta que “ (...) a mulher é igual ao homem em direitos e deveres. Todas as medidas serão tomadas para assegurar a sua participação efetiva nas tarefas de reconstrução nacional” (*Ibidem*)

Em 1980 procedeu-se à primeira revisão constitucional. Assim, na Lei nº1/80: lei de revisão à Constituição de 1975, o antigo artigo 9º que estabelecia a igualdade passa a 15º e são feitas algumas alterações. Portanto, no ponto um referente à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, é acrescido o seguinte “(...) filosóficas ou confissões religiosas, e gozam dos mesmos

direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres” (*Lei nº1/80:6*). Ainda neste mesmo artigo é estabelecido o direito ao voto para homens e mulheres maiores de 18 anos.

De realçar que esta mesma constituição, mais ampla que a primeira, com 60 artigos enquanto a primeira só possuía 14, apesar de não utilizar uma linguagem inclusiva, prevê, a igualdade jurídica e social em outros artigos, nomeadamente:

- O direito a um trabalho remunerado, ao descanso semanal, férias anuais pagas e pensão de reforma e de sobrevivência (artigo 16º);
- O direito à liberdade de expressão de pensamento, de reunião, de associação, de manifestação e liberdade religiosa (Artigo 18º).

Na nova ordem constitucional adotada através da lei nº7/90, no Título I consagrado aos Princípios Gerais, da Parte II relativa aos Direitos Fundamentais e Ordem Social, são especificamente estabelecidos os Princípios de Igualdade no artigo 14º, como a seguir se assinala:

“1. Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica.

2. A mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural”

(Lei nº 7/90:5)

Relativamente à Constituição em vigor, aprovada pela lei nº1/03 os Princípios da igualdade mantêm-se inalterados, apesar de estarem no artigo 15º pois à esta última foi acrescentado mais um artigo referente à “Recepção do Direito Internacional”.

De ressaltar que um aspeto comum aos diferentes textos constitucionais em relação à igualdade entre os sexos, é que apesar de esta ser estabelecida entre todos os cidadãos perante a lei (no ponto um), a mulher é comparada ao homem, estabelecendo-se este último como padrão (no ponto dois), ou seja, em vez de constar que “o homem e a mulher são iguais perante a lei”, consta que “a mulher é igual ao homem[...]” (*Lei 1/03:6*) estabelecendo-se, até certo ponto, uma relação de hierarquia entre os dois sexos. Esta situação não se verifica por exemplo, na Constituição da República de Cabo Verde, na da República Portuguesa, entre outras.

Estes dois últimos textos constitucionais, muito mais amplos do que os anteriores estabelecem também, a igualdade jurídica e social em outros artigos, para além dos já anteriormente citados, como a seguir se discrimina:

- O direito de Acesso aos Tribunais (Artigo 20º)
- O direito à Constituição de Família, casamento e filiação (Artigo 26º)
- Liberdade de expressão e informação (artigo 28º)
- Direito de aprender e liberdade de ensinar; (Artigo 32º)
- Direito de deslocação e de emigração (Artigo 33º)
- Liberdade de Associação (Artigo 35º)
- Direito ao trabalho (Artigo 42º)
- Direito à proteção da saúde (Artigo 49º)
- Direito à Educação (Artigo 55º)
- Direito à Cultura e Desporto (Artigo 56º)
- Participação na vida pública (Artigo 57º)
- Direito de acesso a cargos públicos (Artigo 59º)
- Direito de indemnização (Artigo 61º)
- Direito de participar em organizações políticas (Artigo 63º)
- Dever com a defesa nacional (Artigo 64º)
- Direito de pagar impostos (Artigo 65º)

Apesar de todos esses direitos estarem consignados na Lei Magna nem todas as mulheres usufruem dos mesmos, pois os desconhecem e fatores socioculturais também as impedem de os exercer.

A Lei nº 2/77 regula juridicamente as instituições da família.

Esta lei veio conferir igualdade de tratamento entre o homem e a mulher para contrair casamento, igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, à partilha de responsabilidades entre o pai e a mãe e a igualdade a todos os filhos independentemente do estado civil dos pais, vindo acabar, portanto, com a diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Esta lei veio, também, considerar a união de facto como uma forma de estado civil, com os mesmos efeitos do casamento legalmente celebrado, desde que reúna os requisitos de exclusividade e estabilidade. No entanto, devido, por um lado ao desconhecimento desta cláusula e da

própria lei da família e às exigências burocráticas para a legalização da união de facto, poucos são os casais que as legalizam. Muitas vezes, após a morte de um dos cônjuges, o/a outro/a decide então, legalizar a união para efeitos de herança ou receção da pensão de sobrevivência.

Esta lei introduziu um regime único de bens do casamento – regime de bens adquiridos, que é também aplicável às uniões de facto, desde que estas sejam judicialmente reconhecidas.

Vários têm sido os debates à volta desta lei, de forma a adaptá-la às mudanças operadas na sociedade ao longo destes anos. Um dos aspetos que tem merecido reflexão é o relativo à idade mínima para a celebração do casamento. De acordo com esta lei, excecionalmente é autorizado “[...] o casamento de menores de 18 anos, desde que a mulher já tenha completado os 14 anos de idade e o homem tenha completado os 16 anos de idade” (Coletânea de Legislação, 1991:532) ou seja, a lei autoriza o casamento de duas crianças. O/As juristas têm reafirmado a necessidade de se rever a lei mas, até ao momento ainda não foi apresentada ao Parlamento uma proposta para discussão e aprovação.

A Lei nº 1/90 – é a segunda Lei da Segurança Social adotada pelo Estado após a proclamação da independência nacional e que veio alargar o âmbito da proteção social também à ação social que não era contemplada na primeira lei (Lei nº 2/79). Esta lei reconhece o direito às férias de maternidade à mulher por um período de 60 dias desde que esta tenha um prazo de garantia de 360 dias de inscrição e que tenha cotizado por trabalho prestado, em 10 meses dos 365 dias anteriores ao parto (Artigo 48º). A Lei estabelece também, a pensão de velhice também designada por pensão de reforma, fixando a idade de 57 anos para o sexo feminino e 62 anos para o sexo masculino. De realçar que esta idade diferenciada de direito à pensão de velhice, tem sido alvo de vários debates para que haja equidade entre os sexos no referente à pensão. Neste âmbito, numa Resolução do Conselho de Ministros de 10 de Abril de 2014, a reforma das mulheres aos 57 anos de idade passou a ser facultativa, deixando às mulheres a possibilidade de prosseguir nos seus postos até aos 62 anos de idade.

Esta lei foi revista em 2004 dando origem à Lei nº 7/2004 – Lei de enquadramento da proteção social que veio alargar o âmbito da proteção social aos trabalhadores independentes. No entanto, pelo facto de ainda não ter sido regulamentada, esta lei ainda não está em vigor.

A Lei nº6/ 92 - regula o Regime Jurídico das Condições Individuais do Trabalho. Esta lei contém um capítulo relativo ao trabalho das mulheres, onde é estabelecida a igualdade entre os sexos no referente às oportunidades, no tratamento e no acesso ao emprego e no trabalho, à formação profissional, ao desenvolvimento da carreira profissional. Esta lei, também faz referência às licenças de gravidez e maternidade e de forma global, proíbe o trabalho noturno das mulheres, salvo algumas exceções, nela previstas. Apesar de a lei proibir restrições, baseadas no sexo para o acesso ao emprego, consta que, sobretudo no sector privado esta prática ainda existe.

Lei nº 11/2008 – Lei sobre a Violência Doméstica e Familiar estabelece os mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar, em consonância com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Pelo facto de ainda não ter sido regulamentada, a aplicação desta lei tem sido limitada, apesar dos esforços e da advocacia quase permanente que o Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica vem fazendo.

Lei nº 12/2008 – Lei sobre o Reforço dos Mecanismos de Protecção Legal às Vítimas de Crimes de Violências Doméstica e Familiar que, de acordo com o seu próprio intitulado estabelece um sistema de prevenção e de apoio às vítimas de violência doméstica e familiar. No entanto, este sistema é aplicado “[...] quando a motivação do crime resulte de atitude discriminatória relativamente aos casos de crimes sexuais e de maus tratos aos cônjuges, bem como de rapto, sequestro ou ofensas corporais.” Tal como a lei anterior a aplicação prática desta lei é limitada por falta de regulamentação.

De forma global, a legislação são-tomense é favorável à igualdade entre os sexos. O maior problema coloca-se ao nível do conhecimento por parte da população, em particular das mulheres, dos seus direitos consagrados nessas leis.

5.1.2 - Planos e programas nacionais para a promoção da mulher e do género

Plano de ação para a Integração da Mulher São-Tomense no Desenvolvimento

O primeiro documento de orientação nacional a favor da promoção da mulher em São Tomé e Príncipe foi elaborado em 1992. Efetivamente, neste ano, com o apoio do PNUD, UNICEF e UNIFEM e no âmbito da preparação do IV Programa de Cooperação São Tomé / PNUD, foi feito um estudo sobre a situação da mulher em São Tomé e Príncipe, que abarcou:

- Um diagnóstico da situação da mulher em São Tomé e Príncipe,
- Uma síntese dos principais problemas que afetam a mulher,
- A definição de uma política para a integração da mulher no desenvolvimento;
- O respetivo plano de ação.

De entre os principais problemas identificados nesse estudo destacam-se:

- “No plano jurídico: ignorância das mulheres dos seus direitos fundamentais;
- No plano político: sub-representação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão política;
- No plano sociocultural: não tomada em consideração das suas necessidades nos planos e programas de desenvolvimento e nas políticas sectoriais;
- No domínio do comércio e do artesanato: dificuldade de acesso ao crédito bancário;
- No domínio da educação, formação e informação: formação insuficiente das mulheres no domínio científico e técnico;
- No plano sanitário: situação sanitária precária devido, entre outros, à insuficiência da cobertura sanitária;
- Nos sectores do ambiente e da habitação: degradação significativa das habitações e promiscuidade, sobretudo nas roças” (SECK, 1992: 30-33)

Assim, com base nos problemas identificados foi elaborada uma Política para a Integração da Mulher no Desenvolvimento Económico e Social - IMD, as respetivas Estratégias Sectoriais que permitiriam atingir os objetivos fixados e um Plano de Ação 1992 – 2000 com ações a desenvolver a curto prazo (1992 - 93), médio prazo (1993 – 1996) e longo prazo (1996 – 2000).

Os princípios orientadores dessa política IMD eram:

- A igualdade entre os sexos;
 - A igualdade de oportunidades;
 - A não discriminação das mulheres em todos os domínios;
 - O respeito dos direitos da mulher enquanto cidadã e parte integrante no processo de construção nacional;
1. O pleno desenvolvimento da mulher no quadro da célula familiar. (PNUD, UNIFEM, UNICEF, 1992)

Os objetivos definidos foram os seguintes:

2. Reforçar o quadro institucional para a integração da mulher no desenvolvimento;
3. Promover a educação, a formação e a informação das mulheres;
4. Aumentar e valorizar a produção agrícola, pastoral e haliêutica das mulheres;
5. Promover as atividades comerciais das mulheres;
6. Promover e diversificar o artesanato feminino;
7. Melhorar a situação da mulher no mercado de trabalho;
8. Melhorar o estatuto jurídico da mulher;
9. Melhorar o estado de saúde da mulher e da criança;
10. Promover a gestão dos recursos naturais e atividades domésticas;
11. Promover a pesquisa em todos os domínios para e pelas mulheres. (PNUD, UNIFEM, UNICEF, 1992)

De forma global, pode-se considerar que este plano nunca chegou a ser implementado como tal, apesar de algumas ações nele previstas terem sido realizadas. Ele foi elaborado num contexto em que o segundo governo constitucional acabava de ser empossado e apesar de haver uma pessoa indicada no Ministério da Saúde para atender as questões relativas à Condição Feminina (Maria do Carmo Neto) o quadro institucional – o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Mulher e da Família ainda não tinha sido constituído.

A realização do I Seminário Nacional, onde o referido plano foi apresentado e validado, realizado com o apoio dos parceiros acima mencionados e envolvendo pessoas dos vários quadrantes nacionais, nomeadamente: quadros técnicos das instituições governamentais, da sociedade civil, do Parlamento e do Sistema das Nações Unidas, serviu para realçar os diferentes problemas que afetavam a mulher são-tomense e de catalisador para a criação do

quadro institucional para a promoção da mulher. No entanto, nunca chegou a haver uma verdadeira apropriação do plano por parte das autoridades nacionais, devido à inexistência, no momento da sua elaboração, de um quadro institucional capaz de agilizar a sua implementação.

Plataforma de Acção Nacional

Em Fevereiro de 1996 foi realizado, em São Tomé, o *Fórum da Mulher Santomense* sob o lema “Mulheres Unidas pelo Desenvolvimento”, na sequência da realização da IV Conferencia Mundial sobre as Mulheres.

Um dos resultados do Fórum foi a adoção da Plataforma de Acção Nacional, no seguimento das orientações saídas da Conferencia Mundial. Este documento comporta uma análise de situação da Mulher na Sociedade Santomense, nos seus vários aspetos, - participação na vida política e situação socioeconómica. Os problemas identificados como os mais gravosos para a situação da mulher são-tomense foram os seguintes:

1. A difícil situação socioeconómica do País,
2. O contexto sociocultural da família são-tomense;
3. O elevado índice de analfabetismo e o baixo nível cultural da mulher;
4. As carências de formação e a fraca qualificação técnica e profissional;
5. O reduzido grau de ambição das mulheres em atingir postos de chefia;
6. O receio que as mulheres sentem em assumir cargos de responsabilidade;
7. A falta de estímulo e apoio da família, particularmente do marido;
8. O medo da exigência que lhe é feita pela sociedade;
9. O assédio sexual. (Plataforma de Acção, 1996)

Portanto, de acordo com a plataforma “Acções positivas devem por isso ser adotadas para corrigir essa desvantagem ao mesmo tempo que devem ser desenvolvidas acções que visem atingir não só as mulheres como a sociedade em geral.” (*Plataforma de Acção*, 1996:20)

Neste âmbito, foram também definidos objetivos estratégicos e recomendações para 12 áreas consideradas críticas e que correspondem às 12 áreas da Plataforma de Acção de Beijing, como a seguir se discrimina:

- “ 1- A mulher e a pobreza;
- 2 -Educação e Formação;

- 3 - Saúde e serviços interligados;
- 4 - Violências Contra a mulher;
- 5 - Efeitos dos conflitos na vida familiar;
- 6 - Desigualdades nas estruturas económicas e sociais;
- 7 - Desigualdade da mulher e do homem nos centros de poder e de decisão;
- 8 - Insuficiência dos mecanismos a todos os níveis para a promoção do avanço da mulher;
- 9 - Direitos humanos da mulher;
- 10 - A mulher e os media;
- 11 - A mulher e o meio ambiente;
- 12 - Os problemas dos jovens, adolescentes e crianças do sexo feminino.

(*Plataforma de Acção*, 1996:21)

Porém, apesar do plano conter uma breve caracterização, objetivos e recomendações para cada uma das áreas acima referidas, a Comissão Nacional selecionou quatro domínios, nomeadamente: a mulher e a pobreza, a educação e a formação, a saúde e serviços interligados e a participação nas instâncias de tomada de decisão, como áreas prioritárias, “[...] identificando como objectivos operacionais o fortalecimento das instituições e das estruturas governamentais nacionais responsáveis por impulsionar, coordenar e executar programas e políticas para a mulher.” (*Plataforma de Acção*, 1996:22)

À diferença do 1º plano, a elaboração deste último foi mais participativa. Os trabalhos decorreram em comissões específicas (Educação, Saúde, Cultura e Mass-Média, Assuntos Económicos e Assuntos Jurídico-Institucionais) o que permitiu uma maior discussão e melhor reflexão das propostas apresentadas no projeto da Plataforma de Acção.

Relativamente à questão da implementação da Plataforma de Acção São-Tomense, o *Fórum* recomendou a criação de mecanismos de seguimento da implementação da Plataforma, através da constituição de uma Associação “[...]que corporizaria a voz da sociedade civil em geral e das mulheres santomenses em particular[...]” (*Ibidem*, Anexos), cuja atuação deveria desenvolver-se “[...] em três domínios com três funções principais a saber:

- a) Função de Mobilização
- b) Função de Execução
- c) Função de Seguimento e Avaliação” (*Ibidem*; ANEXOS)

Foi assim que nasceu o Fórum da Mulher Santomense liderado por Alda do Espírito Santo, pessoa indicada pelo *Fórum* para apresentar uma proposta concreta relativa ao mecanismo de seguimento.

Como foi atrás mencionado, apesar de toda a movimentação relativa à realização do *Fórum*, da cerimónia de abertura ter sido feita pelo Presidente da República e o encerramento pelo Primeiro-ministro a adoção da Plataforma como documento de orientação para a promoção da mulher são-tomense viria a ser feita por um despacho interno do Primeiro-ministro mais de dois anos depois da realização do *Fórum da Mulher Santomense*, ou seja, em Novembro de 1998. No entanto, algumas ações foram sendo implementadas pelo Fórum da Mulher, de acordo com as possibilidades e a boa vontade de algumas associadas, sempre sob a liderança de Alda do Espírito Santo e durante o seu mandato como presidente dessa agremiação de ONGs, Associações e pessoas individuais.

Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

Em 2004, o Governo São-Tomense, solicitou ao UNFPA assistência técnica para a elaboração de um documento de orientação nacional para a mulher e o género, pois como foi anteriormente mencionado, a Plataforma de Ação Nacional não conheceu uma verdadeira implementação. De acordo com as declarações de Maria das Neves, Primeira Ministra na altura, na entrevista concedida no dia 14 de Outubro de 2013, no âmbito do presente estudo, afirmou

“[...]apesar de se verificar alguns progressos relativos à participação das mulheres no processo de desenvolvimento, esta participação era feita de forma ocasional e não se baseava numa política previamente definida. Não havia qualquer estratégia para integração do género no processo de desenvolvimento”

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013).

Assim, no âmbito de um processo participativo do qual fez parte, uma equipa técnica multisectorial, e que contou com a assistência técnica do UNFPA através do seu Escritório Sub-Regional de Dakar, bem como, da colaboração de outras agências do Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, foi elaborada a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe - ENIEG.

A ENIEG foi concebida como um documento de “(...) orientação para todos os actores de desenvolvimento na identificação das prioridades e na formulação de políticas e programas macroeconómicos e sectoriais.” (ENIEG, 2005:6)

O documento contém uma análise da situação do género em São Tomé e Príncipe, evidenciando os principais constrangimentos à uma efetiva participação equitativa das mulheres e dos homens no processo de desenvolvimento. Assim, os problemas centrais identificados, por domínios, foram os seguintes:

“- Domínio económico: Fraco poder económico das mulheres;

- Domínio da educação /formação: Nível desigual de instrução, de educação e de qualificação da/o(s) raparigas/ rapazes, da/o(s) mulheres / homens.

- Domínio da saúde e saúde da Reprodução: Vulnerabilidade da saúde da reprodução das mulheres, dos homens e do/a(s) jovens /adolescentes.

- Domínio jurídico e participação na tomada de decisão: Fraco impacto das intervenções a favor da igualdade e equidade e da promoção da mulher e Representação desigual das mulheres e dos homens nas instâncias de execução e de decisão pública, privada, sindical e política.

- Domínio institucional: Fraco impacto das intervenções a favor da igualdade e equidade e da promoção da mulher.”

(ENIEG, 2005:37-41)

Tendo em conta os problemas identificados e com base nas prioridades do governo e nos engajamentos internacionais foram definidos cinco eixos estratégicos ou orientações estratégicas, que por sua vez declinaram-se em objetivos e estratégias. As orientações estratégicas definidas foram as seguintes:

Orientação estratégica 1: Promoção económica das mulheres no meio rural e urbano;

Orientação estratégica 2: Promoção da igualdade e equidade a nível da educação e da formação;

Orientação estratégica 3: Melhoria do estado de saúde e da saúde reprodutiva das adolescentes e das mulheres;

Orientação estratégica 4: Reforço da aplicação dos direitos e da participação da mulher na tomada de decisão;

Orientação estratégica 5: Reforço dos mecanismos institucionais a favor da igualdade e equidade de género. (ENIEG, 2005)

Em 2006, o governo através do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família voltou a solicitar apoio técnico do UNFPA para a definição de um esquema institucional

capaz de implementar a Estratégia Nacional elaborada cerca de dois anos antes. A missão proporcionou um momento particular para se refletir sobre o quadro institucional para a promoção da mulher e do género com vários atores, entre os quais, diferentes organismos da Administração do Estado, Organizações da Sociedade Civil, 5ª Comissão Parlamentar, Parceiros Técnicos e Financeiros, entre outros. Assim, após sessões e encontros de trabalho, chegou-se à conclusão, que se deveria criar um mecanismo autónomo para a promoção da mulher e do género e foi proposta a criação do Instituto que gozasse de autonomia administrativa, técnica e patrimonial. Assim, viria a ser criado o INPG, como foi atrás descrito.

Neste âmbito a implementação da ENIEG começou pelo eixo 5 (Reforço dos mecanismos institucionais a favor da igualdade e equidade de género). Outras ações foram sendo realizadas, entre as quais a formação de Pontos Focais sectoriais, a formação de formadores em género e desenvolvimento, ações de sensibilização por ocasião de eventos especiais celebrados nos dias 8 de Março, 31 de Julho e 19 de Setembro, advocacia junto dos Órgãos de Soberania, entre outras ações.

A avaliação da ENIEG 2007-2012, ou seja, cinco anos após a sua adoção por decreto, realizada com o apoio técnico do UNFPA e financeiro da União Europeia, revelou que avanços significativos foram observados durante o período de implementação, entre os quais se destacam:

Melhoria do estado de saúde das mulheres, concretamente, da saúde sexual e reprodutiva;

Melhoria da situação jurídica das mulheres através da igualdade *de jure* através da adoção da Lei contra a Violência Doméstica e Familiar.

(II ENIEG STP, 2013:58)

A avaliação revelou também que:

“[...] os resultados obtidos são inferiores aos esperados para atualidade. Disparidades e discriminações baseadas no género, ainda são perceptíveis em todos os domínios. A vulnerabilidade das mulheres e das raparigas é amplamente apoiada pelas taxas diferenciadas de acesso a serviços básicos, bem como as disparidades observadas aos níveis de acesso à terra, recursos técnicos e financeiros, a qualificação e ao emprego. Além disso, os efeitos da pobreza afetam particularmente as mulheres, o impacto acrescido á pandemia do SIDA nos jovens adolescentes e nas mulheres, bem como a VBG.

(II ENIEG STP, 2013:58)

De entre os fatores que foram apontados como explicativos dos resultados obtidos, destacam-se:

- “- A não aplicação do quadro institucional para implementação conforme concebido;
- A falta de coordenação entre os programas sectoriais e componentes da ENIEG;
- A não concretização da abordagem de género como démarche metodológica.”

(II ENIEG STP, 2013:58)

A ENIEG foi atualizada para o período 2013 – 2017, esperando obter-se os seguintes efeitos:

Efeito 1: Os comportamentos, atitudes e práticas dos homens e das mulheres são favoráveis á igualdade e equidade de género, incluindo a protecção da sua integridade física e moral.

Efeito 2: As raparigas e os rapazes, os homens e as mulheres têm acesso equitativo, aos sistemas de educação e de saúde e beneficiam de acordo com as suas necessidades específicas aos serviços de qualidade.

Efeito 3: As Mulheres e os homens beneficiam equitativamente de condições e oportunidades económicas favoráveis para a realização de sua autonomia.

Efeito 4: As disposições legislativas e regulamentares são favoráveis a igualdade e equidade género e as mulheres e os homens ascendem de forma equitativa às esferas de decisão em STP.

Efeito 5: A institucionalização do género é parte integrante do sistema organizacional e operacional das instituições do sector público.

Efeito 6: A Execução da ENIEG é baseada numa parceria efetiva, modalidades de gestão e de comunicação eficazes.

(II ENIEG 2013-2017, 2013)

Para cada um dos efeitos foram identificados os principais indicadores, os resultados esperados em 2017 e as atividades que concorrerão para que se chegue aos resultados.

Com efeito, na entrevista concedida por Maria de Cristo Carvalho, ex-ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família, no âmbito do presente estudo, no dia 30 de Setembro de 2014, esta declarou que na sua opinião “[...]a estratégia não está a ser implementada, pois, atualmente, já nem se ouve falar da estratégia de género.” (Maria de Cristo Carvalho, 24 de Setembro de 2014) No entanto, Maria das Neves considerou, também em entrevista, que a estratégia está a ser implementada, em parte, pois houve uma certa quebra de dinamismo, com a mudança de liderança do INPG em 2010.

Por sua vez, o Presidente do Governo Regional do Príncipe afirmou que “as próprias autoridades nacionais, autárquicas e regionais ainda não compreenderam bem o que é isto de igualdade de género” (Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013) . Apesar dos discursos políticos, não há implementação efetiva na prática.

De forma global, pode-se considerar que apesar de um contexto jurídico-legal favorável à igualdade, a não apropriação dos instrumentos existentes adicionado ao respetivo desconhecimento, sobretudo por parte das mulheres, faz com que não se verifique o seu impacto na melhoria das relações entre os homens e as mulheres e também na melhoria da situação e da condição da mulher de São Tomé e Príncipe.

5.2 - Os engagements internacionais relativos à igualdade de género: a sua aplicabilidade em São Tomé e Príncipe

Após a proclamação da independência nacional a 12 de Julho de 1975, a República Democrática de São Tomé e Príncipe aderiu à Carta e à Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Organização da Unidade Africana, conforme consta no ponto 5 do artigo primeiro da sua primeira Constituição Política (Lei de 15 de Dezembro de 1975). Portanto, de acordo com o artigo 2º da supracitada Declaração, nenhum(a) são-tomense pode ser discriminado(a), entre outros aspetos, por causa do seu sexo.

Relativamente aos instrumentos normativos das Nações Unidas concernentes à Mulher, não há qualquer referência à adesão de São Tomé e Príncipe à “Convenção Sobre os Direitos Políticos das Mulheres de 1953”. No entanto o país assinou tanto o “Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos” como o “Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais”, ambos de 1966 mas não os ratificou até ao presente.

No referente à “Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulheres” (CEDAW), considerada o principal instrumento internacional relativo aos direitos das mulheres, esta foi assinada por São Tomé e Príncipe a três de Junho de 2003 e ratificada a três de Julho de 2003. No entanto, só em Setembro de 2014, com o apoio do UNFPA e do Centro das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Democracia na África Central (CNUDHD-AC), começaram a ser dados os primeiros passos para a elaboração do relatório inicial (que deveria ser apresentado quatro anos após a ratificação da Convenção) acumulado aos primeiro e segundo relatórios periódicos. De realçar que a elaboração dos relatórios permite não só cumprir um dos compromissos assumidos no momento de ratificação da convenção como também avaliar os progressos feitos pelo país no que concerne a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Porém, atividades de sensibilização e de reforço das capacidades de algumas associações de crianças

e de mulheres e de divulgação dessa Convenção foram realizadas com o apoio da UNICEF, no âmbito do seu Programa com o Governo de São Tomé e Príncipe, para o período 2007-2011.

O “Protocolo Opcional da CEDAW” de 1999 foi assinado pelo país a 6 de Setembro de 2000 mas também, ainda não foi ratificado.

No que concerne as normas relativas ao trabalho, São Tomé e Príncipe ratificou a 1 de Junho de 1982, as “Convenções da Organização Internacional do Trabalho” (OIT), nº 100 de 1951, sobre a Igualdade de Remuneração e nº 111, sobre à discriminação em matéria de emprego e de profissão de 1958. Apesar destas Convenções estarem em vigor, os respetivos relatórios de implementação não têm sido elaborados.

Relativamente aos instrumentos jurídicos da Região Africana a que São Tomé e Príncipe aderiu, destacam-se a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, assinada pelo país a 23 de Maio de 1986 e ratificada a 28 de Julho de 1986 e o respetivo Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres assinada a um de Fevereiro de 2010 mas não ratificada.

No referente a outros instrumentos, destacam-se a Declaração Solene para a Igualdade de Género em África de 8 de Julho de 2004 e a Política de Género da União Africana de 2008. No artigo 12º da Declaração Solene está previsto que os Estados deverão elaborar anualmente, um relatório sobre os progressos alcançados em matéria de integração de género. Até ao presente, São Tomé e Príncipe faz parte dos sete países do continente que nunca apresentaram relatórios, nem o inicial nem os periódicos.

Relativamente à Política de Género da União Africana, apesar de ter sido adotada depois da ENIEG não é feita qualquer menção a este instrumento nos discursos políticos ou pelas ONG.

Ao nível da CPLP destaca-se o Plano Estratégico para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres de 2010 mas que também não foi alvo de uma ampla divulgação ao nível nacional.

De forma global, o país vem assinando os principais instrumentos tanto das Nações Unidas como da União Africana. No entanto, se por um lado os instrumentos não são divulgados nem os relatórios de Estado elaborados, por outro lado, as organizações da Sociedade Civil,

também não os divulgam, não fazem pressão para que os respectivos relatórios sejam elaborados nem, por sua vez, elaboram os chamados “Relatórios sombra.” Portanto, a igualdade *de jure* não vem acompanhando a igualdade *de facto*, pois há um fosso entre o que é assinado e o que acontece realmente na prática.

**PARTE III – OBSTÁCULOS E DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE
GÉNERO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Capítulo 6 – Procedimiento metodológico

6.1 – Objetivos

Em São Tomé e Príncipe, os trabalhos de investigação no domínio do género e desenvolvimento são muito escassos. Assim, pretendeu-se realizar um estudo exploratório a fim de se obter informações sobre o percurso das mulheres são-tomenses na luta pela igualdade no período antes e depois da independência nacional. Um conjunto de condicionalismos que a seguir se explicitarão, levaram à opção de centrar este estudo nos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe, sua existência, evolução e funcionamento, e a perceção da igualdade de género em São Tomé e Príncipe.

6.2 – Questões de Partida

“Uma investigação é, por definição, algo que se procura” (Quivy-Campenhouldt, 1998:31). Neste sentido, foram estabelecidas as seguintes questões de partida que serviriam de fio condutor ao trabalho de investigação:

Pode falar-se de um verdadeiro movimento de mulheres em São Tomé e Príncipe? Quais são os principais bloqueios à preservação dos movimentos de mulheres em São Tomé e Príncipe? Qual é a perceção que as Associações de Mulheres bem como os dirigentes políticos e de movimentos sociais têm da igualdade de género em São Tomé e Príncipe? Tendo em conta a existência de leis favoráveis à igualdade de género, como se posicionaram mulheres e homens face à prática efetiva da igualdade de género? O país aderiu aos acordos internacionais relativos à igualdade entre os sexos, adotando uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. Como encaram os elementos das Associações de Mulheres e os dirigentes políticos e de movimentos sociais o modo como as políticas e os programas não tomam em conta esses engagements assumidos?

Portanto, estas foram as questões que orientaram todo o trabalho de investigação.

6.3 – Metodologia

Segundo Quivy-Campenhouldt, “Os nossos conhecimentos constroem-se com o apoio de quadros teóricos e metodológicos explícitos lentamente elaborados, [...] e esses

conhecimentos são apoiados por uma observação de factos concretos” (Quivy-Campenhouldt, 1998:20)

Assim, a análise teórica foi complementada com uma componente de terreno que consistiu na aplicação de inquéritos por questionário às Organizações de Mulheres na Região do Príncipe e na realização de inquéritos por entrevistas a pessoas chave. De acordo com Carmo & Ferreira, [...] um inquérito [...] é a recolha de dados para responder a um determinado problema” (Carmo, Ferreira, 2008:139)

Com os inquéritos por questionário, pretendia-se recolher informações de carácter quantitativo a um grupo representativo de membros das organizações de mulheres a fim de conhecer a sua perceção sobre: o funcionamento dos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe; a aplicação das orientações nacionais e internacionais em matéria de igualdade entre os sexos, incluindo a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e finalmente, o que pensavam sobre a sociedade são-tomense e a igualdade de género.

O questionário foi construído, tendo como base os objetivos do estudo, os indicadores definidos a partir das questões de partida, o público-alvo e o tempo real para a realização da pesquisa. Com base numa pesquisa bibliográfica sobre inquéritos por questionário e sobre as escalas existentes, optou-se por um modelo de questionário fechado, com linguagem simples adaptada ao público-alvo, que incluiu perguntas de escolha múltipla e outras em que se utilizou a escala de Likert, a fim de se conhecer a opinião do/a(s) inquirido/a (s) sobre os aspetos a investigar. O questionário estava estruturado da seguinte maneira: I – Perfil do/a Inquirido/a; Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe; III – As Orientações Nacionais e Internacionais relativas à igualdade entre os sexos; IV – A Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género – ENIEG e V – A sociedade são-tomense e a igualdade de género, conforme o modelo que se encontra no Anexo II.

Antes da aplicação do questionário, foi realizada uma validação semântica que permitisse evitar situações de interpretação dúbia das questões colocadas e para melhor adequar a linguagem utilizada da linguagem da/o(s) respondentes. O questionário foi, num primeiro momento, submetido a um painel constituído por duas especialistas em Género e Igualdade entre Mulheres e Homens, pertencentes, respetivamente, a uma universidade e a um mecanismo nacional para a igualdade, e por duas especialistas em metodologias

quantitativas e qualitativas em Ciências Sociais, pertencentes, respetivamente, a uma universidade e a um centro de investigação.

Os comentários e as sugestões recebidas permitiram não só reformular as perguntas tornando-as mais claras e pertinentes como também contribuíram para a determinação da lista completa das opções de resposta às perguntas, uma vez que eram todas fechadas.

Num segundo momento, o questionário foi aplicado numa amostra de 15 pessoas do grupo de respondentes. Os comentários e sugestões recebidas permitiram, adaptar o questionário ao público-alvo. Por exemplo, as indicações, colocadas inicialmente em cada pergunta, sobre a escala de Likert tiveram que ser eliminadas pois constatou-se, na testagem, que as mesmas confundiam as pessoas.

Durante a testagem dos questionários em São Tomé, foram, ainda, identificados os seguintes problemas:

Dificuldades de aplicação *on-line*: por um lado, os questionários enviados *on-line* muito raramente são respondidos, por outro lado nem todos os membros das Associações /ONG de Mulheres possuem um computador ou têm acesso à internet, por outro lado. Assim, este estudo, bem como os anteriores realizados em São Tomé e Príncipe demonstraram que é inviável utilizar-se a metodologia de preenchimento dos questionários *on-line*, pois a taxa de retorno é muito reduzida.

Preenchimento dos questionários: Quando o questionário é entregue para posterior recolha, as informações são enviadas pois é preenchido de forma coletiva, ou seja, as pessoas pedem ajuda a terceiros para preenchimento do questionário, pois têm receio de errar ou de demonstrar que não sabem.

Heterogeneidade do grupo-alvo: As Associações /ONG de Mulheres estão constituídas por pessoas de diferentes níveis culturais que pode ir desde a iliteracia até ao Mestrado. Neste contexto, nem todas as pessoas conseguem preencher o questionário sozinhas; é preciso ler e explicar as perguntas, uma a uma antes que as pessoas possam respondê-las, o que muitas vezes acaba por transformar os questionários em quase entrevistas e aumenta, substancialmente, o tempo estabelecido para a sua aplicação.

Os problemas acima referidos foram tomados em consideração no modo como foram aplicados os questionários, como a seguir se explicita.

Estava previsto, inicialmente, aplicar o questionário às Associações e ONG de Mulheres e aos Departamentos Femininos dos Partidos Políticos em São Tomé e Príncipe, utilizando para o efeito a técnica de amostragem probabilística aleatória simples, onde “[...]cada elemento da população tem uma igual probabilidade de ser selecionado” (Carmo& Ferreira, 2008:210) . A escolha da amostra seria feita aleatoriamente, a partir das listas de membros fornecidas pelas diferentes organizações de mulheres, nomeadamente: Associação das Mulheres Empresárias e Profissionais, Fórum da Mulher de São Tomé e Príncipe, OMSTP-MSD, Mulheres em Ação, Associação das Mulheres Juristas e Organização das Mulheres Democratas.

Porém, surgiram algumas dificuldades decorrentes do contexto socio-político-cultural de São Tomé e Príncipe que a seguir se descrevem.

De acordo com Carmo e Ferreira (2008), para se estabelecer a amostragem aleatória simples, os elementos, neste caso as pessoas a inquirir, fariam parte de uma lista e o número de elementos que iriam constituir a amostra seriam selecionados aleatoriamente a partir dessa lista. Porém, a realidade constatada é que grande parte das organizações não dispõe de uma base de dados com o cadastro das associadas. Outras tentaram constituir uma lista de associadas para o presente estudo o que poderia enviesar os resultados. Finalmente, as que eventualmente poderiam ter uma lista não a disponibilizaram para consulta. Assim, tornou-se impossível estabelecer a escolha aleatória das inquiridas e garantir a representatividade dos dados.

Neste contexto, face às dificuldades acima mencionadas encontradas em São Tomé e o tempo limitado para a realização do estudo, optou-se por realizar um estudo exploratório na Região do Príncipe. Nesta Região existem duas organizações de mulheres ainda funcionais, nomeadamente a “Associação das Mulheres do Príncipe” e a “Muchopé”. De realçar que já

existiram mais organizações, como por exemplo a Associação de Mulheres Produtoras de “Bôbô Fito”²⁰, mas que, hoje, já não funcionam.

No entanto, considerando que existem associadas que pertencem a ambas organizações e estas também não possuem uma base de dados, decidiu-se utilizar uma amostragem não probabilística, concretamente, a amostragem em bola de neve. Este tipo de amostragem,

“[...] implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. [...] Frequentemente esta forma de selecionar a amostra é utilizada quando se torna impossível obter uma lista completa dos elementos da população que se quer estudar.”

Carmo e Ferreira (2008: 216-217).

Assim, considerando o contexto da Região do Príncipe, e na impossibilidade de se conhecer o universo total das associadas, foi estabelecida uma amostra composta por 58 pessoas que constituíram o universo estabelecido para o presente estudo. Estas pessoas, não foram indicadas pelas líderes das organizações mas, de acordo com o tipo de amostragem que se utilizou, foram sendo identificadas umas pelas outras sucessivamente. Tomando em consideração os problemas identificados na fase da testagem, os questionários foram aplicados de forma indireta e individualmente a cada pessoa, excetuando os casos em que as mesmas manifestaram interesse em preenche-lo mas, a autoadministração foi realizada na presença da inquiridora.

Os questionários foram devidamente codificados, tratados com o programa estatístico SPSS e com as informações resultantes foram construídos quadros e gráficos que serão analisados no capítulo seguinte.

Um outro método de recolha de informações utilizado no âmbito deste estudo foi o de inquérito por entrevista, a fim de se encontrar respostas não existentes na documentação disponível, de acordo com Carmo & Ferreira (2000). As entrevistas visavam obter informações aprofundadas de líderes de diferentes contextos de intervenção política no país, sobre os assuntos em estudo. Optou-se pelo método de entrevista semiestruturada, que, como refere Flick (2005), permite a incorporação de perguntas mais ou menos abertas no guião, esperando, assim, que o entrevistado as responda livremente. Como é óbvio, a possibilidade

²⁰ Bôbô Fito é um doce típico da Região do Príncipe, feito a partir de banana madura frita.

de respostas abertas permite colher mais informação e com maior riqueza, tendo em conta a interação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador.

Foram realizadas 5 entrevistas a 2 mulheres e 3 homens, criteriosamente escolhidos, a saber: uma dirigente da mais antiga e uma das maiores organizações de mulheres do País (OMSTP-MSD) – Maria das Neves Baptista de Sousa; uma ex-ministra da Mulher e Família – Maria de Cristo Carvalho; o Presidente do Governo Regional do Príncipe – Tozé Cassandra; um dirigente de partido político e ex-deputado à Assembleia Nacional – Arzemiro dos Prazeres e um dirigente de uma das maiores ONG que intervém no país – Edgar Neves²¹. Estava também prevista a realização da entrevista a uma das duas senhoras membro do Governo Central mas não foi possível por indisponibilidade de ambas. Tendo em conta o tempo estabelecido para a realização do estudo não foi possível estender-se as entrevistas a um número maior de pessoas.

O guião para as entrevistas foi organizado em 3 vertentes, nomeadamente: I – Movimento de mulheres e lideranças femininas; II – Políticas para a igualdade e III – A igualdade de género no contexto sociocultural são-tomense, de forma a servir de contraponto e complemento às questões tratadas no questionário. O guião da entrevista poderá ser consultado no Anexo III.

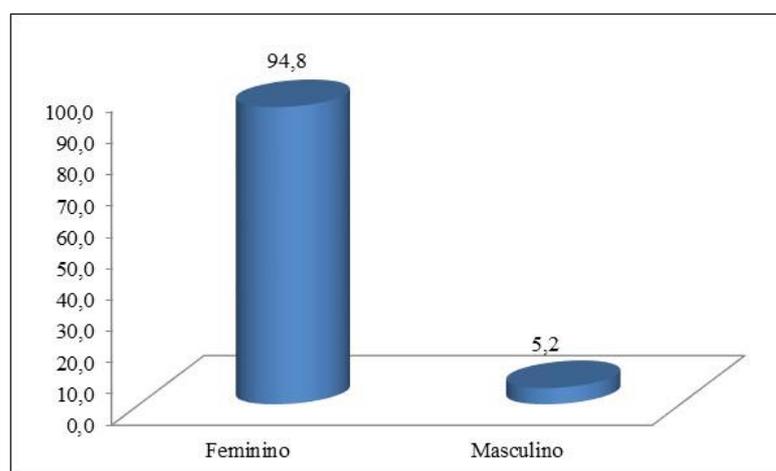
²¹ Todo/a(s) a/o(s) entrevistado/a(s) autorizaram, gentilmente, a utilização das suas declarações no âmbito deste trabalho.

Capítulo 7 – Apresentação dos resultados e análise dos dados

7.1 – Perfil da/o(s) inquirida/o(s)

O questionário foi aplicado a uma amostra de 58 pessoas, pertencentes às seguintes organizações de mulheres: Muchopé e Associação das Mulheres do Príncipe (AMP). A Associação das Mulheres do Príncipe é mais antiga que a Muchopé e assim, quando esta última foi criada, muitas associadas da AMP também se inscreveram, passando assim, a fazer parte das duas organizações. A palavra “Muchopé” no crioulo da Região do Príncipe significa “mexer os pés” mas, no sentido de mexer os pés para avançar. Neste âmbito, a presidente desta Organização conseguiu mobilizar também alguns homens, para fazerem parte da mesma. Por esta razão, no universo da/o(s) inquirida/o(s) aparecem três homens (os únicos dessa organização) e cinquenta e cinco mulheres numa proporção de 94,8% de mulheres para 5,2% de homens (Gráfico 7.1).

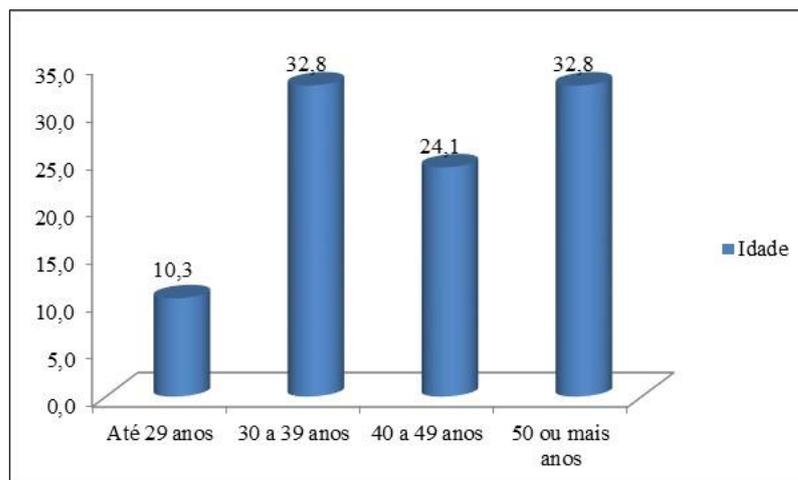
Gráfico 7.1- Sexo da/o(s) inquirida/o(s)



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente à idade da/o(s) inquirida/o(s) (Gráfico 7.2), cerca de um terço (32,8%), situava-se na faixa etária dos 30 a 39 anos, a mesma proporção na faixa dos 50 ou mais e apenas um pouco mais de 10% situava-se na faixa etária das pessoas com idade igual ou inferior a 29 anos. De forma global, mais de 80% das pessoas que pertencem à organização têm mais de 30 anos, ou seja, são pessoas que viveram o advento da democracia, da abertura política e que foram vendo surgir as organizações e a liberdade de poder participar. E significa também o envelhecimento das organizações.

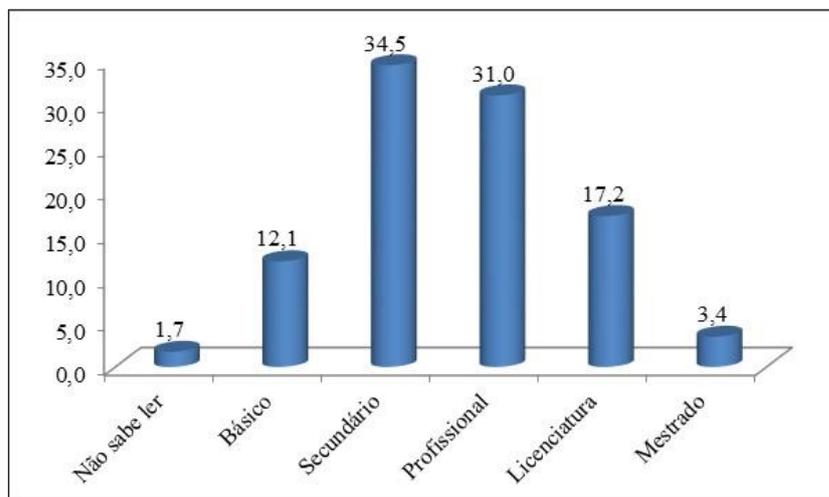
Gráfico 7.2 – Idade da/o(s) inquirida/o(s)



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Relativamente ao nível de escolaridade da/o(s) inquirida/o(s), apenas uma pessoa não sabia ler (1,7%) e duas pessoas possuíam um mestrado (3,4%). Mais de 65% possuía o nível secundário e profissional, que são efetivamente os níveis de ensino que existem na Região Autónoma do Príncipe, daí constituir a maior proporção, como se pode observar no Gráfico 7.3.

Gráfico 7.3 - Nível de escolaridade da/o(s) inquirida/o(s)

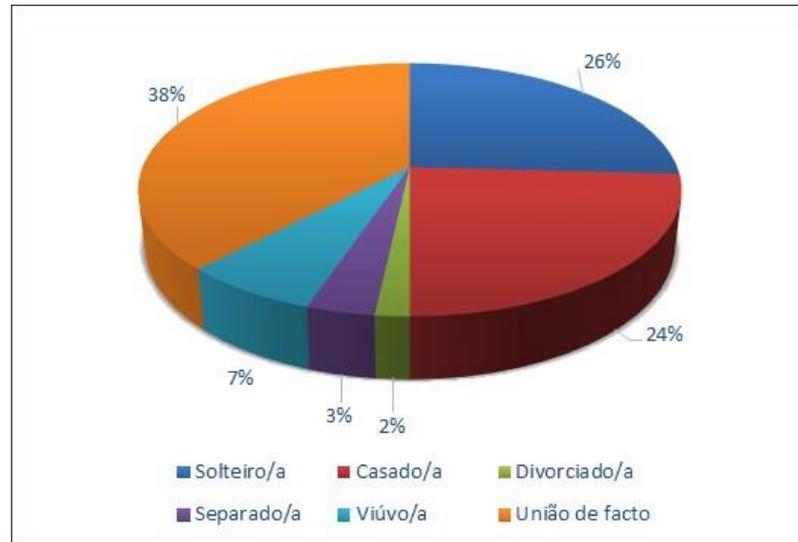


Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No que se refere ao estado civil da/o(s) inquirida/o(s) (Gráfico 7.4), 38% declarou viver em união de facto, apesar de grande parte das mesmas não ser legalizada. A/O(s) solteira/o(s) e casada/o(s) representam 50% da/o(s) inquirida/o(s), enquanto a/os viúva/o(s) e divorciada/o(s) representam apenas 10%. De realçar que em São Tomé e Príncipe a união de facto, é a forma predominante de estado civil, apesar de grande parte das mesmas não ser

legalizada, de acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2012.

Gráfico 7.4- Estado civil da/o(s) inquirida/o(s)



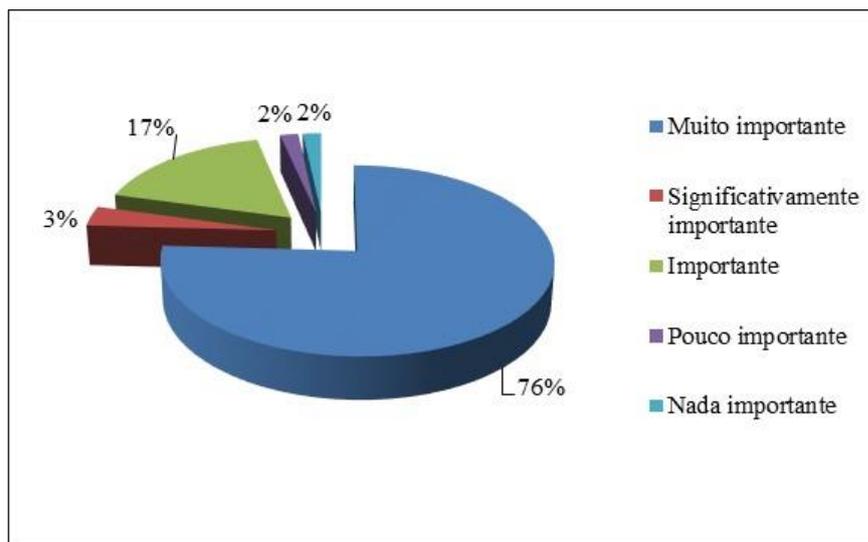
Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

7.2 - Acerca dos Movimentos de Mulheres

De acordo com Mary Nash, “A militância política das mulheres conduziu a uma crescente consciencialização da necessidade de defenderem os seus direitos como mulheres.”(NASH, 2005:247). Assim, os movimentos de mulheres, organizadas em ONGs e Associações têm muitas vezes nos seus estatutos essa missão.

Inquirida/o(s) sobre a importância dos Movimentos de Mulheres, 76% da/o(s) inquirida/o(s) consideraram que é importante em relação a apenas 4% que consideraram pouco e nada importante como se pode ver no Gráfico 7.5. Portanto, aproximadamente 96% da/o(s) inquirida/o(s) consideraram que é algo “muito importante e importante”.

Gráfico 7.5 - Percepção sobre a importância dos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Nenhuma das inquiridas dos escalões etários com menos de 29 anos ou com mais de 50 anos referiu ser pouco ou nada importante. Assim, de acordo com o Quadro 7.1 mais de 83% das pessoas com menos de 29 anos considerou importante e 16,7% considerou importante. Relativamente às pessoas com mais de 50 anos, cerca de 74% considerou “Muito importante” e mais de 26% considerou importante. Nos outros grupos etários, apesar de haver pessoas que responderam “Pouco importante” e “Nada importante”, o maior peso recai na categoria “Muito importante”.

Quadro 7.1 - Grau de importância dos Movimentos de Mulheres por idade da/o(s) entrevistada/o(s)												
Idade	Muito importante		Significativamente importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	5	83,3	0	0,0	1	16,7	0		0		6	100
30-39 anos	14	73,7	2	10,5	2	10,5	1	5	0	0,0	19	100
40 a 49 anos	11	78,6	0	0,0	2	14,3	0	0,0	1	7	14	100
50 anos ou mais	14	73,7	0	0,0	5	26,3	0	0,0	0	0,0	19	100
Total	44	76	2	3,4	10	17	1	2	1	2	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Relativamente ao nível de escolaridade (Quadro 7.2), constata-se que o reconhecimento das pessoas pelos Movimentos de Mulheres é maior nos níveis médio-superiores de escolaridade. Assim, verificou-se que cerca de 78% com nível profissional e 90% com Licenciatura, afirmaram que os Movimentos de Mulheres são muito importantes. Esse reconhecimento é menos expressivo nas pessoas com nível de mestrado. De realçar que a única pessoa que não sabia ler também reconheceu que os Movimentos de Mulheres são muito importantes. Apenas duas pessoas, sendo uma de nível Básico e outra de nível secundário, consideraram pouco importante e nada importante, respetivamente. Poder-se-ia perguntar, se as Associações não têm sido muito ativas na Região do Príncipe em particular e em São Tomé e Príncipe em geral, que motivos teriam as pessoas para considerar muito importante? Este é um assunto cuja resposta completa não se encontra no âmbito do presente estudo.

Quadro 7.2 - Importancia dos Movimentos de Mulheres por nível de escolaridade das entrevistadas/o(s)												
Nível de escolaridade	Muito importante		Significativamente importante		Importante		Pouco importante		Nada importante		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	N	%	Nº	%
Não sabe ler	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
Básico	5	71,4	0	0,0	1	14,3	1	14,3	0	0,0	7	100
Secundário	14	70,0	1	5,0	4	20,0	0	0,0	1	5,0	20	100
Profissional	14	77,8	0	0,0	4	22,2	0	0,0	0	0,0	18	100
Licenciatura	9	90,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	100
Mestrado	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	100
Total	44	75,9	2	3,4	10	17	1	1,7	1	1,7	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No entanto, as pessoas entrevistadas no âmbito do presente estudo, quando questionadas sobre os Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe, apresentaram algumas pistas para a questão acima colocada. De realçar que apesar das pessoas entrevistadas não habitarem todas da Região do Príncipe²², os dados das entrevistas aplicam-se às duas ilhas, pois as organizações que dirigem estão representadas nas duas ilhas.

Assim, Tozé Cassandra - Presidente do Governo Regional do Príncipe - afirmou que as Associações de Mulheres têm estado a surgir, por um lado graças à grande influência que a Comunicação Social vem jogando e, por outro lado, porque as pessoas também têm estado a entender que é preciso participar a fim de melhorar a sua vida.

“[...]a comunicação social tem influenciado! Eu acho que há uma influência muito forte da Comunicação Social. As pessoas vêm mais a televisão, ouvem mais a rádio e penso eu, que isto serviu para ajudar a maior participação das mulheres nesses movimentos, quer nos movimentos de associações, quer ao nível do empreendedorismo”.

(Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013)

Maria das Neves - Presidente da OMSTP-MSD e Vice-Presidente da Assembleia Nacional – em entrevista concedida, no âmbito do presente estudo, considerou:

“Há casos de organizações que surgem baseadas na necessidade que se constata ao nível do País de darem o seu contributo, [...]. Eu me refiro à Organização das Mulheres dos Partidos Políticos. Elas surgem num contexto porque reconhecem a necessidade de apoiarem os seus respetivos partidos. Outras organizações muitas vezes surgem porque reconhece-se que existe noutros países, têm um papel importante, têm feito ações importantes.”

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

Por seu lado, Edgar Neves – dirigente de um partido Político e Representante da ONG Marquês de Valle Flor – em entrevista concedida no âmbito desta dissertação, partilha a opinião que o surgimento destas organizações, em São Tomé e Príncipe, tem alguma influência externa.

“Eu diria que há duas coisas: Há algum movimento espontâneo mas, a influência, estamos num mundo globalizado onde, estamos em contacto com o mundo, e, sobretudo nas camadas mais lúcidas, não há dúvida que há uma influência externa que contribui muito para esses movimentos.”

(Edgar Neves, 17 de Outubro de 2013)

Arzemiro dos Prazeres - ex-deputado e dirigente de um Partido Político, também em entrevista concedida no âmbito do presente estudo, considerou que o surgimento das

²² Para além de Tozé Cassandra que é Presidente do Governo Regional do Príncipe, Maria de Cristo Carvalho e Arzemiro dos Prazeres também são originários dessa Região.

Associações não é derivado de um movimento endógeno mas algo que é imposto, como afirmou:

“Mas eu acho que estes movimentos de mulheres têm conotação política,[...] ou porque as lideranças desses movimentos não conseguem encontrar respostas em seios políticos maiores, então vão encontrar em pequenos núcleos onde podem chamar mulheres que são submissas ao seu maior poder de envolvimento,[...] a coisa vem de cima para baixo. Não é um movimento que venha lá de baixo! Movimento de mulheres, de rua, que saia dos luchans²³[...] e surge uma liderança inata, [...],é uma liderança imposta!”

(Arzemiro dos Prazeres, 10 de Outubro de 2013)

Maria de Cristo Carvalho, ex-Ministra, por sua vez considera que houve um momento em que o surgimento das Associações foi quase espontâneo, após a abertura política.

“Com a introdução da democracia, as mulheres que não se reviam na OMSTEP reorganizaram-se em função dos diferentes partidos políticos em que elas militam. Mas porque estão submetidas a uma orientação de partido político, estas organizações das mulheres não surte um efeito muito mais favorável para as mulheres.”

(Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

No entanto, interrogada/o(s) sobre as causas que levam os Movimentos, ou seja, as Associações e as ONGs, a esmorecerem, Tozé Cassandra e Arzemiro dos Prazeres consideraram que é devido à falta de liderança, à falta de formação das mulheres, a interesses “ocultos” das dirigentes fundadoras muitas vezes não partilhado com as mulheres das bases. No entanto, Maria das Neves é de opinião que a falta de motivação, de incentivos e de sustentabilidade constituem as principais causas do esmorecimento e inatividade das Organizações de Mulheres em São Tomé e Príncipe, ou seja, tanto da ilha de São Tomé como do Príncipe.

Maria de Cristo, por sua vez, considera que as clivagens entre os partidos políticos têm contribuído para minar essas organizações:

“[...] encontram-se mulheres dos vários partidos políticos numa associação em que a tendência..., é que a mulher de um determinado partido político queira liderar, impor as regras, como se estivesse a transformar essa associação num partido político de novo, impondo regras do partido político em que ela milita[...].”

(Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

De forma global, pode-se considerar que o Movimento de Mulheres em São Tomé e Príncipe participou na mobilização em prol da independência nacional como foi relatado no capítulo dois mas, este movimento não continuou em prol de outras lutas como a igualdade de género,

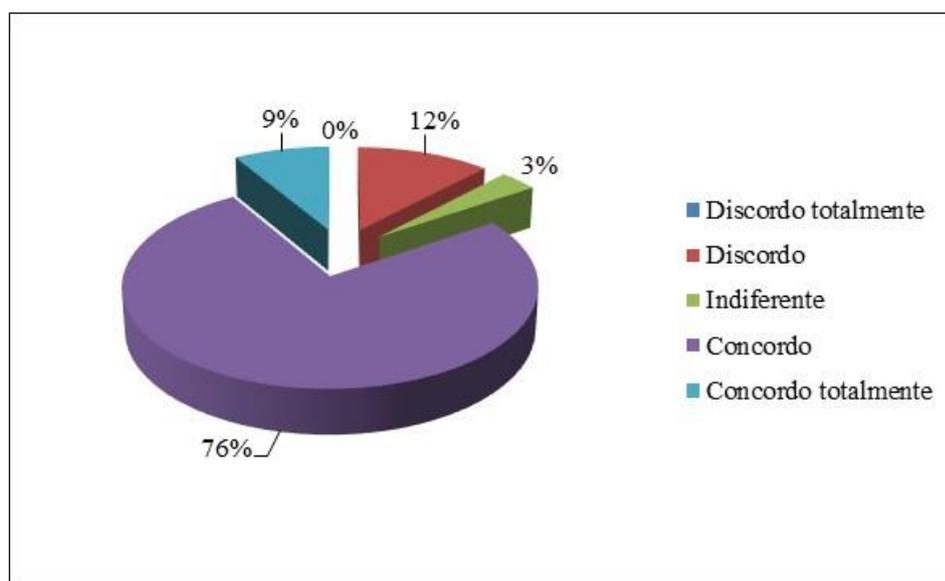
²³ Luchans é a designação dada às comunidades rurais

a supremacia masculina na cultura ou as práticas sociais. Portanto, à exceção das organizações dos Partidos Políticos, as outras surgem mais por influência do exterior que por uma necessidade interna de contribuir para a mudança e assim, não sendo fruto de uma necessidade interna sentida por todas, acaba por morrer.

7.3 - Os Movimentos de Mulheres e a luta pela igualdade entre os sexos

No referente à pergunta se “As Associações e ONGs de Mulheres lutam pela igualdade entre os homens e as mulheres”, cerca de 76% da/o(s) inquirido/a(s) concordaram mas, apenas 9% concordaram totalmente. A proporção da/o(s) que discordaram ou eram indiferentes ultrapassou os 15%. (Gráfico 7.6)

Gráfico 7.6 – Percepção sobre a luta pela igualdade entre os homens e as mulheres no seio das ONG e Associações



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Relativamente à faixa etária (quadro 7.3A) o maior peso da/o(s) que discordaram (50%) corresponde à faixa etária das pessoas com idade igual ou inferior a 29 anos, portanto as mais novas, que têm a imagem real das organizações atuais (muitas surgem e algum tempo depois ficam reduzidas apenas ao corpo diretivo). As pessoas dos outros escalões etários, a partir dos 30 anos, maioritariamente concordam. As pessoas que concordam totalmente encontram-se na faixa etária dos 30-39 anos (10,5%) e dos 50 ou mais anos (15,8%). Portanto, o maior ceticismo relativamente à questão colocada, verifica-se no escalão mais jovem (até aos 29 anos).

Quadro 7.3A - As Associações e ONGs de Mulheres lutam pela Igualdade entre os homens e mulheres?												
Idade	Discordo totalmente		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo totalmente		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	0	0,0	3	50,0	1	16,7	2	33,3	0	0,0	6	100
30-39 anos	0	0,0	1	5,3	0	0,0	16	84,2	2	10,5	19	100
40 a 49 anos	0	0,0	2	14,3	0	0,0	12	85,7	0	0	14	100
50 anos ou mais	0	0,0	1	5,3	1	5,3	14	73,7	3	15,8	19	100
Total	0	0	7	12,1	2	3,4	44	75,9	5	8,6	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente ao nível de escolaridade (quadro 7.3B), pode-se considerar que existe influência do nível de escolaridade nas respostas. O nível de concordância é mais forte nas pessoas com um nível de “Licenciatura” (90%), “Profissional” (88,9%) e “Secundário” (75%). Os casos de “Não sabe ler” e “Mestrado” são muito poucos e as suas respostas são casuísticas. É significativa a distribuição das respostas com o nível “Básico” proporcionalmente distribuídas nas categorias “Discordo”, “Indiferente” e “Concordo”.

Quadro 7.3B - As Associações e ONGs de Mulheres lutam pela Igualdade entre os homens e mulheres?												
Nível de escolaridade	Discordo totalmente		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo totalmente		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe ler	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100	0	0,0	1	100
Básico	0	0,0	2	28,6	2	28,6	2	28,6	1	14,3	7	100
Secundário	0	0,0	3	15,0	0	0,0	15	75,0	2	10,0	20	100
Profissional	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	88,9	2	11,1	18	100
Licenciatura	0	0,0	1	10,0	0	0,0	9	90,0	0	0,0	10	100
Mestrado	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2	100
Total	0	0	7	12,1	2	3,4	44	75,9	5	8,6	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

7.4 - A conquista da igualdade entre os homens e as mulheres na República Democrática de São Tomé e Príncipe

Questionados se a igualdade entre o homem e a mulher seria um objetivo alcançável (Gráfico 7.7), cerca de 38% da/o(s) inquirido/a(s) considerou que possivelmente será alcançado e

cerca de 36% também afirmou que vai ser alcançado. No entanto, cerca de 7% considera que nunca será alcançado e mais de 15% por sua vez achou que dificilmente será alcançado. De realçar que, apesar de um contexto sociocultural de supremacia masculina, como referido no capítulo 5, mais de 74% dos inquirido/a(s) acreditam que a igualdade de género poderá ser alcançada. Somente 3,4 % considerou que já é uma realidade.

Gráfico 7.7 – Perceção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Relativamente às pessoas que acreditam que a igualdade entre as mulheres e os homens na República Democrática de São Tomé e Príncipe vai ser alcançada, o maior grupo situa-se na faixa etária com 29 anos ou menos (50%), como se pode observar no quadro 7.4A. Portanto é a geração mais nova, menos conservadora, que vem observando com mais atenção as ligeiras mudanças nas relações entre os homens e as mulheres em São Tomé e Príncipe. Nas outras faixas etárias, a tendência das respostas vai para a categoria “Possivelmente será alcançado”. Este ceticismo é justificável tendo em conta a evolução do quadro institucional e a implementação dos diferentes planos e programas a favor da promoção da mulher e da igualdade entre os sexos, como foi descrito no capítulo 5.

Quadro 7.4A - Perceção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres, por grupos etários												
Idade	Nunca será alcançado		Difícilmente será alcançado		Possivelmente será alcançado		Vai ser alcançado		Já é uma realidade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	0	0,0	0	0,0	2	33,3	3	50,0	1	16,7	6	100
30-39 anos	1	5,3	2	10,5	9	47,4	6	31,6	1	5,3	19	100
40 a 49 anos	3	21,4	3	21,4	4	28,6	4	28,6	0	0,0	14	100
50 anos ou mais	0	0,0	4	21,1	7	36,8	8	42,1	0	0,0	19	100
Total	4	6,9	9	15,5	22	37,9	21	36,2	2	3,4	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente ao nível de escolaridade (Quadro 7.4B), as pessoas com “Licenciatura” são as que acreditam mais fortemente (60%), seguidas das que têm um nível “Profissional” (38,9%). Relativamente ao grupo com nível secundário, a maior tendência é para a categoria “Possivelmente será alcançado” e no que se refere ao grupo com nível Básico, encontra-se distribuído pelas diferentes categorias. Portanto, o facto de as pessoas com maior nível de escolaridade terem uma mais forte perceção de que a conquista da igualdade vai ser alcançada permite prognosticar que a atual *igualdade de jure* se transformará um dia em *igualdade de facto*.

Quadro 7.4B - Perceção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres, por nível de escolaridade												
Nível de escolaridade	Nunca será alcançada		Difícilmente será alcançada		Possivelmente será alcançada		Vai ser alcançada		Já é uma realidade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe ler	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
Básico	1	14,3	1	14,3	2	28,6	2	28,6	1	14,3	7	100
Secundário	2	10,0	4	20,0	8	40,0	5	25,0	1	5,0	20	100
Profissional	0	0,0	3	16,7	8	44,4	7	38,9	0	0,0	18	100
Licenciatura	1	10,0	0	0,0	3	30,0	6	60,0	0	0,0	10	100
Mestrado	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	2	100
Total	4	6,9	9	15,5	22	37,9	21	36,2	2	3,4	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Nas entrevistas realizadas, os participantes foram unânimes em afirmar que a igualdade de género ainda não é uma realidade em São Tomé e Príncipe, o que converge com os resultados dos questionários. Para Tozé Cassandra, o principal problema é cultural, pois a sociedade são-tomense é machista, os pais dão aos filhos uma educação sexista, dando sempre mais

oportunidades ao rapaz do que à rapariga e também não há igualdade de oportunidades para as mulheres. Segundo este dirigente, a melhor forma de mudar esta situação seria pela vida da legislação.

Para Maria de Cristo Carvalho, o país continua com indicadores que apontam para uma supremacia masculina em diferentes aspetos, incluindo o laboral, o familiar, onde as mulheres continuam a ser “[...]as donas da gravidez, as donas dos filhos, [...]” enquanto os homens envolvem-se cada vez menos nestes aspetos. Segundo esta ex-dirigente há a tendência de se discriminar (no emprego) mulheres grávidas e em períodos de férias de pré e pós parto, pois não se sente que aquilo que diz respeito às leis esteja a ser respeitado. Na sua opinião os principais bloqueios estão relacionados com a falta de continuidade e de seguimento das ações incluindo o próprio governo. Uma das formas de se mudar a situação, segundo Maria de Cristo, seria pela via da educação e da formação, através da realização de *workshops*, conferências, atividades de sensibilização de forma a contribuir para reeducar as pessoas que de acordo com as suas palavras “[...] não foram habituadas a esse tipo de educação:”

Maria das Neves, por sua vez, acredita que apesar de se terem dado passos significativos a igualdade de género ainda não é uma realidade. Verifica-se uma maior participação das mulheres na vida política do país, mas esta, não obedece à uma política previamente definida mas pode-se considerar como fruto do acaso. Portanto, na sua opinião é preciso que se implemente a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género.

Edgar Neves é de opinião que houve uma evolução do ponto de vista teórico-legal mas que, na prática, há muito trabalho a ser feito. Na sua opinião os principais bloqueios são socioculturais, ligados à maneira como as pessoas são educadas, pois elas foram “moldadas” numa forma de estar na vida, em que há uma supremacia masculina, a subalternização do papel da mulher e a desvalorização do seu papel na sociedade. Portanto, a mudança de atitudes e de comportamentos, através de uma educação de forma global, poderá contribuir para a mudança da situação atual, mas não acredita que ainda seja nesta geração.

Arzemiro dos Prazeres também partilha a opinião de que do ponto de vista institucional está quase tudo criado mas a prática é outra realidade, pois existem vários bloqueios sociais, financeiros, regionais, mas que são ultrapassáveis. Assim, acredita que com a educação e

formação, incluindo a criação de uma disciplina específica no curriculum escolar envolvendo os Média, poder-se-á paulatinamente mudar a situação.

Segundo Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo I*, “Há na atitude dos homens de hoje uma duplicidade que cria na mulher um dilaceramento doloroso; eles aceitam, em grande medida, que a mulher seja um semelhante, uma igual; e, no entanto, continuam a exigir que ela permaneça não essencial; [...] (Beauvoir, 2009:410). Esta citação reflete a situação real de São Tomé e Príncipe, em que apesar das leis e estratégias adotadas pelos governantes, na sua maioria do sexo masculino, não existe a coragem suficiente de as implementar, de romper as barreiras socioculturais e de traduzir na prática o que está escrito e aprovado.

De forma global, pode-se concluir que apesar da igualdade de género ainda não ser uma realidade, ela poderá ser possível se houver algum esforço no investimento humano através da educação e da formação, da aplicação das leis e outros documentos orientadores e também vontade política. De acordo com Ana Vicente,

“O ideal da igualdade para mulheres e homens faz-se por aproximações sucessivas e não é necessariamente linear nem progressivo, conhecendo muitos retrocessos e travões. O que vai avançando é a conceptualização do ideal e essas novas conceptualizações é que fermentam as mutações.”

(VICENTE, 2000:14)

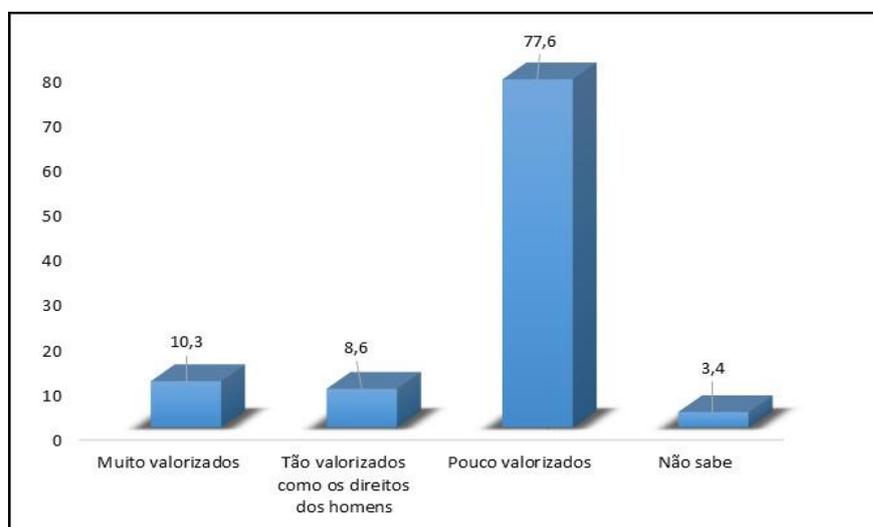
7.5 – A valorização da igualdade direitos e de oportunidades

A promoção da igualdade entre homens e mulheres constitui um dos princípios fundamentais que consta nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e que São Tomé e Príncipe ratificou, nomeadamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança e também as Convenções da OIT nº 100, relativa à igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina em trabalho de valor igual, e nº 111 concernente à Discriminação em matéria de Emprego e Profissão. Neste sentido decidiu-se conhecer qual seria a perceção dos inquirida/o(s) sobre a igualdade de direitos para homens e mulheres em São Tomé e Príncipe.

Assim, inquiridos sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe, a/o(s) participantes, numa proporção de 77,6%, afirmaram que os direitos das

mulheres são pouco valorizados em São Tomé e Príncipe, contra pouco mais de 10% afirmaram que são muito valorizados. Entretanto, mais de 8% acha que os direitos das mulheres são tão valorizados quanto os dos homens, como se pode observar no Gráfico 7.8.

Gráfico 7.8 – Percepção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No que se refere ao peso percentual das diferentes categorias por faixa etária, pode-se considerar que as pessoas de todas as faixas etárias consideram que os direitos são pouco valorizados, mas as percentagens aumentam na razão inversa da idade, apresentando os grupos com idade até aos 39 anos proporções superiores a 80%, como se pode verificar no quadro 7.5A.

Quadro 7.5A - Percepção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres, por grupos etários										
Idade	Muito valorizados		Tão valorizados como os direitos dos homens		Pouco valorizados		Não sabe		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	0	0,0	1	16,7	5	83,3	0	0,0	6	100
30-39 anos	3	15,8	0	0,0	16	84,2	0	0,0	19	100
40 a 49 anos	0	0,0	1	7,1	11	78,6	2	14	14	100
50 anos ou mais	3	15,8	3	15,8	13	68,4	0	0,0	19	100
Total	6	10	5	9	45	78	2	3	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

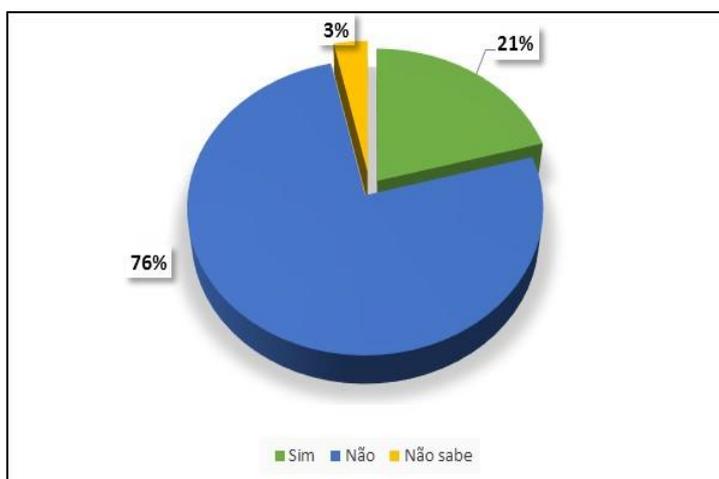
Independentemente do seu nível de escolaridade, as pessoas respondentes ao inquérito por questionário consideram que os direitos das mulheres são pouco valorizados. Os valores iguais ou superiores a 80%, de pessoas com ensino básico, profissional e licenciatura, correspondem a mais de metade do total de respondentes. O grupo com ensino secundário apresenta uma diferença percentual de cerca de 10% em relação aos outros, como se verifica no Quadro 7.5B. As respostas do/a(s) detentore/a(s) de mestrado dividiram-se equitativamente (50%) entre a perceção de que os direitos das mulheres são pouco valorizados e são tão valorizados como os dos homens, mas o facto de serem apenas duas pessoas torna as respostas demasiado casuísticas.

Quadro 7.5B - Perceção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres, por nível de escolaridade										
Nível de escolaridade	Muito valorizados		Tão valorizados como os direitos dos homens		Pouco valorizados		Não sabe		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe ler	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Básico	1	14,3	0	0,0	6	85,7	0	0,0	7	100,0
Secundário	3	15,0	1	5,0	14	70,0	2	10	20	100,0
Profissional	0	0,0	3	16,7	15	83,3	0	0,0	18	100,0
Licenciatura	2	20,0	0	0,0	8	80,0	0	0,0	10	100,0
Mestrado	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	2	100,0
Total	6	10	5	9	45	78	2	3	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Na resposta à questão se “Os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos e têm as mesmas oportunidades”, 76% dos inquirido/a(s) afirmaram que não contra 21% que respondeu positivamente, o que corrobora a afirmação da pergunta anterior relativa aos direitos das mulheres (Gráfico 7.9).

Gráfico 7.9 – Percepção sobre Igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres em STP



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

A questão acima referida analisada por faixa etária da/o(s) inquirida/o(s) revelou que a proporção das pessoas que responderam negativamente aumenta proporcionalmente com a idade da/o(s) respondentes, como se pode constatar no Quadro 7.6A. Foram as pessoas com mais de 50 anos que afirmaram, na quase totalidade (89,5%), que não existe igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres. Isto é justificável, pois estas pessoas viveram o período colonial em que as meninas não eram mandadas para a escola, o que *a priori* lhes reduzia as oportunidades que poderiam ter na vida. Segundo a tradição as raparigas deveriam ficar em casa a aprenderem a ser boas donas de casa (*Plataforma de Acção*, 1996).

Quadro 7.6A - Percepção sobre a igualdade de direitos e de oportunidades, por grupos etários								
Idade	Sim		Não		Não sabe		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	2	33,3	4	66,7	0	0,0	6	100,0
30-39 anos	5	26,3	13	68,4	1	5,3	19	100,0
40 a 49 anos	3	21,4	10	71,4	1	7,1	14	100
50 anos ou mais	2	10,5	17	89,5	0	0,0	19	100,0
Total	12	20,7	44	75,9	2	3,4	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente ao nível de escolaridade (Quadro 7.6B), 85,7% das pessoas com um nível de escolaridade básico respondeu que não existe igualdade de direitos e de oportunidades para ambos sexos. Será que a resposta dada terá alguma relação com a experiência de vida dessas pessoas? Infelizmente, esta questão não encontra resposta no âmbito do presente estudo. Contudo, nas outras faixas etárias, as proporções da categoria “Não” ultrapassam os 50%. Para o nível “Licenciatura” atinge os 80%. É possível que exista esta percepção a este nível, pois os dados do Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2012, revelaram que em 100 pessoas com nível superior, 35% eram do sexo feminino e 65% do sexo masculino. (RGPH, 2012)

Portanto, as desigualdades existem e, de acordo com Ana Vicente,

“O pensamento sobre os direitos humanos está em fase de interiorizar o porquê destas desigualdades em função do sexo, pelo que seguidamente irá retirar as devidas consequências desta constatação. [...] procurar soluções para que os direitos humanos sejam respeitados, quer se tenha nascido mulher ou homem, e não fazer de conta que a desigualdade não existe.”

(VICENTE, 2000:67)

Isto constitui, portanto, um dos desafios para as instituições ligadas aos direitos humanos em São Tomé e Príncipe.

Quadro 7.6B - Percepção sobre a igualdade de direitos e de oportunidades, por nível de escolaridade								
Nível de escolaridade	Sim		Não		Não sabe		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe ler	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100
Básico	1	14,3	6	85,7	0	0,0	7	100
Secundário	5	25,0	13	65,0	2	100,0	20	100
Profissional	4	22,2	14	77,8	0	0,0	18	100
Licenciatura	2	20,0	8	80,0	0	0,0	10	100
Mestrado	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2	100
Total	12	100	44	76	2	3	58	100

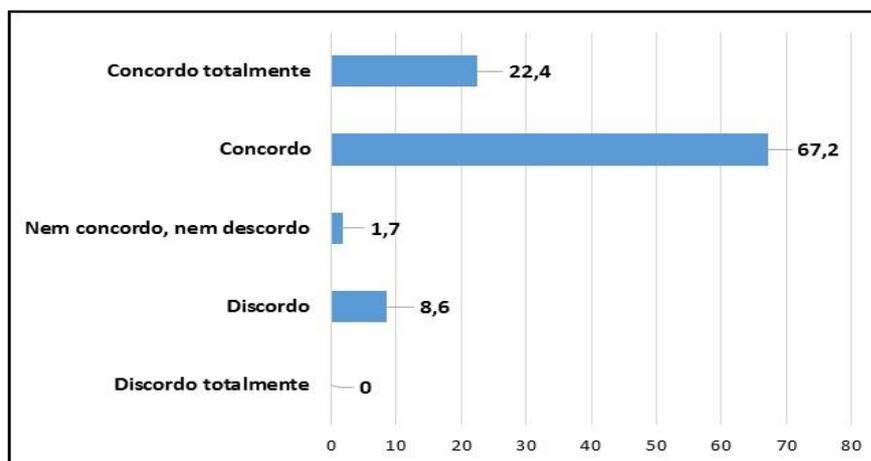
Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

7.6 – A importância das lideranças

Apesar de existirem várias definições para a liderança, Hunter (2004) define a liderança como “a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir objetivos comuns, inspirando confiança por meio da força de carácter.” (Hunter 2006:18).

Questionados sobre a necessidade de uma liderança para as mulheres são-tomenses que as unam à volta de objetivos comuns como a igualdade entre homens e mulheres, mais de 67% do/as inquirido/a(s) concordou, contra apenas cerca de 9% que discordou com essa necessidade, enquanto cerca de 2% não concordou nem discordou, como se pode verificar no Gráfico 7.10.

Gráfico 7.10 - Percepção acerca da necessidade de liderança para as mulheres são-tomenses



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Durante a entrevista com as personalidades atrás referidas, na questão relativa às lideranças, quase todos foram unânimes em afirmar que a liderança é um aspeto que requiere um pouco mais de atenção em São Tomé e Príncipe, pois existem potencialidades.

Assim, para Tozé Cassandra, ainda não existe uma liderança nas organizações femininas com objetivos claros que possa servir para mobilizar as mulheres. Então, considera que se torna necessário formar e preparar as mulheres.

Para Maria de Cristo Carvalho, essas lideranças existiram. No entanto, hoje existem líderes potenciais mas que se sentem sozinhas (sobretudo no seio dos partidos políticos) sem qualquer apoio e não são organizadas formações que possam reforçar as capacidades.

Maria das Neves também é de opinião que existem potenciais líderes a vários níveis mas que carecem de formação. Sublinhou, assim, que se torna necessário valorizar as potencialidades existentes.

De acordo com Edgar Neves, já existe um núcleo [constituído por mulheres que têm vindo a ocupar cargos políticos e também na função pública] e que o mesmo constitui um embrião forte que está a seguir em frente.

Finalmente, Arzemiro dos Prazeres considera “[...] *que estão a sobressair-se agora, porque, porque há essa permissibilidade para que elas apareçam. Mas infelizmente, ainda não são suficientes*”. Realçou, também, que se torna necessária formação para reforçar as capacidades das mesmas.

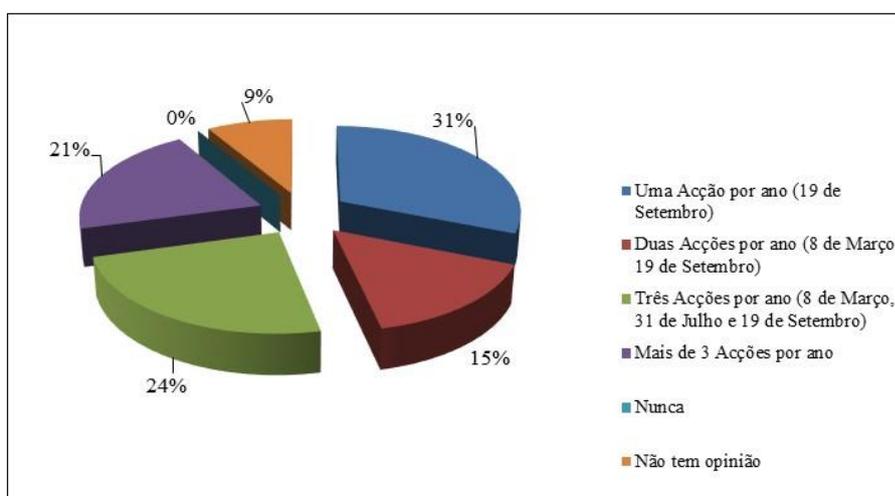
Portanto, de forma global, pode-se deduzir que um dos males de que padecem as Organizações de Mulheres em São Tomé e Príncipe é a falta de liderança. No entanto, a quem caberia formar as potenciais líderes? Esta é uma questão que, infelizmente, não encontra resposta no âmbito do presente estudo.

7.7 – Realização de ações conjuntas pelos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, ao longo do ano, há 3 momentos em que os Movimentos de Mulheres se tornam visíveis: 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, 31 de Julho – Dia da Mulher Africana, 19 de Setembro – Dia da Mulher de São Tomé e Príncipe. Assim, organizam atividades culturais e recreativas públicas, algumas vezes realizam palestras ou levam a cabo uma campanha específica (por exemplo: contra a gravidez na adolescência, HIV ou outro tema) e dirigem mensagens às mulheres na Comunicação Social (rádio e televisão), nos horários de maior audiência. Portanto, assiste-se a uma sequência de mensagens, muitas vezes com o mesmo conteúdo e apenas alguma diferença de forma, em função da data a que se refere a mensagem. Assim, segundo o senso comum, estas datas acabam por perder o sentido de, momentos ótimos para advogar por uma verdadeira igualdade entre os sexos em São Tomé e Príncipe. Neste sentido, o INPG vem sensibilizando as organizações para a comemoração conjunta dessas datas, pois a união faz a força.

Assim, no âmbito do presente estudo, decidiu-se conhecer a opinião das pessoas inquiridas relativamente à frequência com que estas atividades deveriam ser realizadas em conjunto. De forma global, (Gráfico 7.11) as opiniões divergem apesar de haver uma tendência maior para o Dia da Mulher São-Tomense (19 de Setembro)²⁴ (31%). Apenas 20,7% considerou que poderiam ser mais de 3 ações. De forma global, pode-se inferir que não havendo memória de realização conjunta de atividades, houve uma certa dispersão das respostas.

Gráfico 7.11 – Realização de ações conjuntas pelos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe



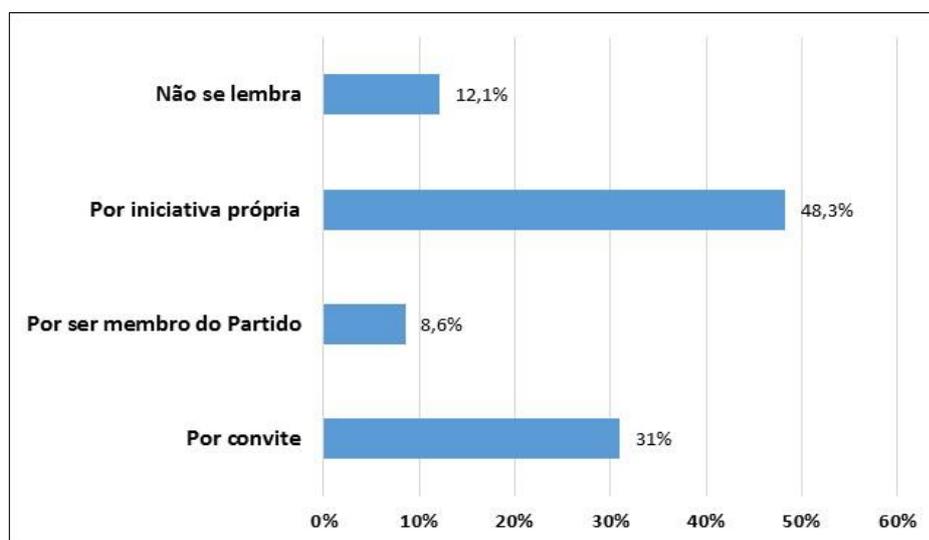
Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

7.8 – *Envolvimento com a organização a que pertence*

De forma a se conhecer o grau de envolvimento das pessoas com a sua própria organização, procurou-se saber de que forma tinham aderido à mesma (Gráfico 7.12). De acordo com os resultados obtidos, a maioria das pessoas entrou por iniciativa própria (48,3%) e por convite (31%), o que significa a vontade participar, de aprender mais e de se desenvolver.

²⁴ Apesar de ter a designação de Dia da Mulher São-Tomense, o dia 19 de Setembro é o Dia Nacional da Mulher de São Tomé e do Príncipe e é comemorado nas duas ilhas.

Gráfico 7.12 – Forma como aderiu à sua organização



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

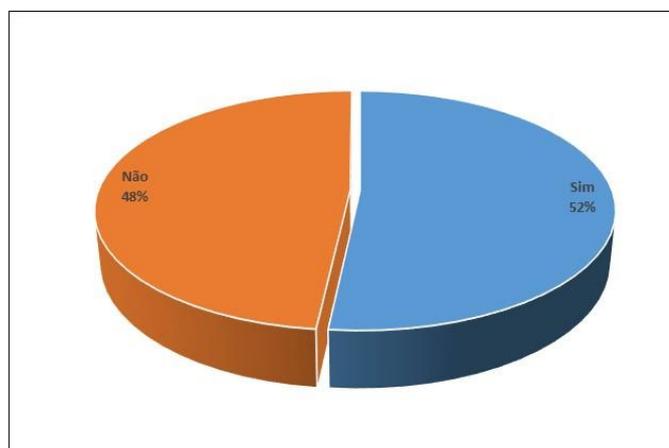
No concernente à relação entre a forma de adesão e os grupos etários dos inquirido/a(s) (Tabela 7.7), constatou-se que 50% das pessoas com 29 ou menos anos, entrou por convite, percentagem relativamente superior à registada nos outros grupos etários. A percentagem mais baixa para esta categoria regista-se no grupo etário de “50 ou mais anos”. Entretanto, este grupo etário apresenta a percentagem mais elevada (63,2%) de adesão por iniciativa própria, seguida do grupo etário dos 30-39 anos (52,6%). A categoria “Por ser membro do Partido” apresenta as percentagens mais baixas, sendo de sublinhar o valor zero no grupo dos 30-39 anos.

Quadro 7.7 - Adesão à sua organização, por grupos etários										
Idade	Por convite		Por ser membro do Partido		Por iniciativa própria		Não se lembra		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	3	50,0	1	16,7	1	16,7	1	16,7	6	100
30-39 anos	6	31,6	0	0,0	10	52,6	3	15,8	19	100
40 a 49 anos	5	35,7	1	7,1	5	35,7	3	21,4	14	100
50 anos ou mais	4	21,1	3	15,8	12	63,2	0	0,0	19	100
Total	18	31	5	9	28	48	7	12	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente ao conhecimento dos objetivos da sua respetiva organização (Gráfico 13) mais de 52% da/o(s) inquirida/o(s) afirmou conhecer, e 48% declarou que desconhecia, o que pode ser revelador da existência de problemas de comunicação no seio das organizações.

Gráfico 7.13 – Conhecimento ou desconhecimento dos objetivos da sua organização



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente aos grupos etários (Quadro 7.8), são também as pessoas com 50 e mais anos que declararam conhecer os objetivos da sua respetiva organização e mais de 83% das pessoas com 29 anos ou menos declaram não conhecer os objetivos da organização de que faz parte. Será que as pessoas mais jovens são activas nessas organizações? Poder-se-ia pensar que não, mas as respostas para esta questão ultrapassam o âmbito do presente estudo.

Quadro 7.8 - Conhecimento dos objectivos da organização de que faz parte, por grupos etários						
Idade	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 29 anos	1	16,7	5	83,3	6	100
30-39 anos	9	47,4	10	52,6	19	100
40 a 49 anos	8	57,1	6	42,9	14	100
50 anos ou mais	12	63,2	7	36,8	19	100
Total	30	51,7	28	48,3	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

No referente aos motivos que levaram o/a(s) inquirido/a(s) à pertencerem à sua respetiva organização (Quadro 7.9), destacam-se em primeiro lugar a identificação com os objetivos da organização, onde mais de 55% concordaram e concordaram plenamente. O segundo motivo com o qual cerca de 40% dos inquiridos concordaram e concordaram plenamente foi a “[...]vontade de aprender mais sobre os direitos das mulheres”. Nas restantes categorias, os resultados não foram tão significativos. De realçar que cerca de 7% discordou totalmente com a hipótese de pertencer à organização por obrigação do marido ou do companheiro, sendo portanto, o valor mais alto para a categoria “Discordo totalmente”. A proporção de indiferentes foi significativa na categoria “Pelo prazer de fazer parte de uma organização” (72,4%) seguida da categoria “Pela vontade de aprender mais sobre os direitos das mulheres” (58,6%). A categoria “Indiferente” pode ter várias interpretações, entre as quais as pessoas já não se lembrarem dos motivos que as levaram a integrar a organização ou também por não se reverem em nenhuma das categorias do questionário.

Quadro 7.9 - Motivos para integrar a organização a que pertence										
Categorias	Identifico-me com os objectivos da organização		Pelo prazer de fazer parte de uma organização feminina		Pela vontade de aprender mais sobre os direitos das mulheres		Para não ficar sempre em casa		Fui obrigada pelo meu marido /companheiro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Discordo totalmente	0	0	1	1,7	2	3,4	3	5,2	4	6,9
Discordo	0	0	1	1,7	0	0	0	0	0	0
Indiferente	26	44,8	42	72,4	34	58,6	47	81	54	93,1
Concordo	26	44,8	6	10,3	13	22,4	5	8,6	0	0
Concordo totalmente	6	10,3	8	13,8	9	15,5	3	5,2	0	0
Total	58	100	58	100	58	100	58	100	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Aos inquirido/a(s) foi-lhes, também, pedido que identificassem alguns obstáculos que impedem o bom funcionamento das Associações / Organizações de Mulheres em São Tomé e Príncipe. A proporção de indiferentes (Quadro 7.10) é significativa em todas as categorias, principalmente nos itens: falta de diálogo com outras organizações (79,1%), falta de liderança (74,4%), falta de um plano com ações claras (69,8%), falta de motivação das

dirigentes (67,4%) e falta de apoio da sociedade (62,8%). A única categoria onde a proporção de indiferentes é menor é a “Falta de união e de diálogo internos”, sendo portanto o mais significativo. É também nesta categoria onde é maior proporção de respondentes que concorda com a mesma (44,2%). De realçar que ninguém discordou. Se estes resultados forem cruzados com os do quadro 7.8, pode-se deduzir que a falta de diálogo pode ser uma das razões para que nem todas as pessoas conheçam os objetivos da sua organização respetiva.

Quadro 7.10- Obstáculos ao funcionamento das Associações / Organizações de Mulheres em São Tomé e Príncipe														
Categorias	Falta de liderança		Falta de um plano com ações claras		Falta de união e diálogo internos		Falta de diálogo com outras organizações		Falta de motivação das dirigentes		Falta de tempo das associadas para se dedicarem aos trabalhos da organização		Falta de apoio da sociedade	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Discordo totalmente	1	2,3	2	4,7	0	0	0	0	1	2,3	1	2,3	1	2,3
Discordo	0	0	1	2,3	0	0	0	0	1	2,3	1	2,3	1	2,3
Indiferente	32	74,4	30	69,8	18	41,9	34	79,1	29	67,4	24	55,8	27	62,8
Concordo	10	23,3	9	20,9	19	44,2	4	9,3	10	23,3	13	30,2	7	16,3
Concordo totalmente	0	0	1	2,3	6	14	5	11,6	2	4,7	4	9,3	7	16,3
Total	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Às pessoas entrevistadas, também foi-lhes pedido que identificassem os principais bloqueios à continuidade e funcionamento das organizações de mulheres e as respostas obtidas foram as seguintes:

Segundo Tozé Cassandra, os principais bloqueios têm a ver com a direção da própria organização, com a liderança e a falta de diálogo interno, pois afirmou durante a entrevista que “[...] *algumas associações, alguns movimentos, aparecem porque um ou outro líder, uma ou outra líder que aparece, olha pra si e olha, para tirar dividendos particulares com a organização*[...]”.

Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013)

A opinião de Arzemiro dos Prazeres não difere muito da anterior, pois também se referiu ao corpo diretivo dessas organizações, à liderança e à falta de comunicação interna, afirmando “[...] *o trabalho fica reduzido a essas pessoas que fazem parte da mesa diretiva dessas*

associações porque por debaixo não tem mais nada. Só gente pra dizer sim e tal e mais nada. Portanto, não há trabalho de fundo”

(Arzemiro dos Prazeres, 10 de Outubro de 2013)

Na concepção de Maria das Neves, os bloqueios também têm que ver com a direção dessas organizações e a falta de capacidade de mobilização “[...] *Muitas vezes os movimentos aqui resumem-se às direções. Não há essa capacidade de envolvimento, de atração de mais pessoas para o movimento ou para a organização.*”

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

No entanto, para Maria de Cristo, os principais obstáculos são as clivagens políticas e as divergências entre mulheres de opções políticas diferentes, como afirmou na sua entrevista “[...] *encontram-se mulheres dos vários partidos políticos numa associação em que a tendência..., é que a mulher de um determinado partido político queira liderar, impor as regras, como se estivesse a transformar essa associação num partido político [...]*”.

(Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

Edgar Neves, por sua vez, quando inquirido sobre a instabilidade das organizações de mulheres, disse que os obstáculos devem-se à pouca maturidade das organizações existentes mas admitindo também, que poderá haver algum interesse específico

“[...]eu acho que é um movimento natural num país que só tem 36 anos de independência, como é o nosso. [...] o que vai acontecer depois, é elas próprias vão-se dar conta que é necessário juntarem-se e montar movimentos com estrutura real, sem contar outros interesses que às vezes estão camuflados por detrás da criação dessas associações.”

(Edgar Neves, 17 de Outubro de 2013)

De forma global, pode-se resumir que os bloqueios identificados pelas pessoas entrevistadas não diferem muito dos escolhidos pelos inquirido/a(s) e podem ser os seguintes:

- Falta de diálogo e de comunicação no seio das organizações entre a direção e as bases;
- Envelhecimento das organizações e conseqüente falta de motivação das pessoas mais jovens a se integrarem voluntariamente.

- Corpo diretivo e as lideranças fechadas sobre si mesmas;
- Objetivos e estratégias não partilhados por todos os membros para que haja uma verdadeira apropriação e todas se revejam à volta dos mesmos objetivos.

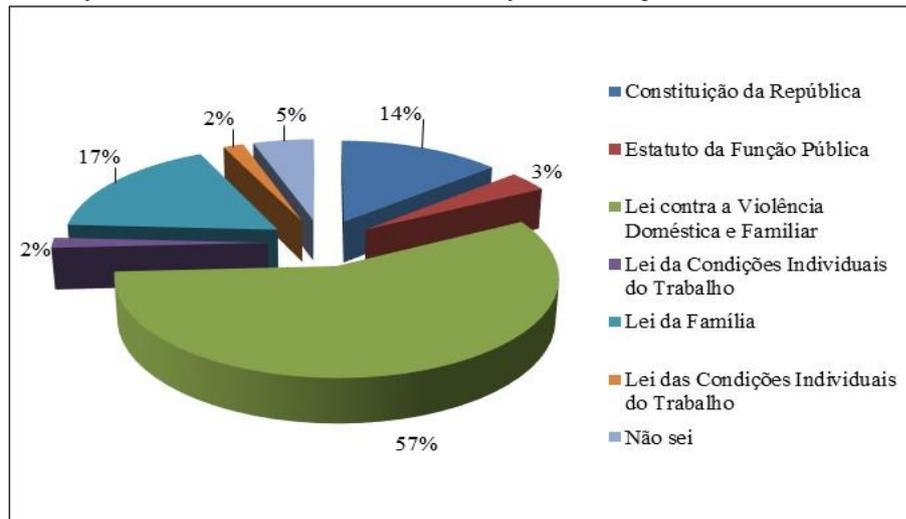
7.9 – As orientações nacionais e internacionais relativas à igualdade de género

Leis nacionais favoráveis à igualdade entre os sexos

No âmbito do presente estudo, procurou-se, também, conhecer o grau de conhecimento das leis nacionais favoráveis à igualdade de género. Assim, os resultados (Gráfico 14) demonstraram que 57% do/a(s) inquirido/a(s) conhecem a Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar, sendo esta, portanto a Lei mais conhecida no País. A explicação para esta escolha pode ser encontrada no facto de ser a lei mais recente e a mais divulgada em atividades de sensibilização realizadas pelo Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, INPG, Gabinete Regional de Mulher e Família na Região no Príncipe e pela Associação São-Tomense das Mulheres Juristas, nos últimos anos.

A segunda lei mais conhecida por 17% dos inquirido/a(s) é a da Família. De realçar que as pessoas recorrem a esta lei devido às questões relativas à paternidade, à nupcialidade (para a legalização da união de facto e casamento). As leis menos conhecidas são o Estatuto da Função Pública com 3% e a Lei das Condições Individuais de Trabalho com 2%, como se pode observar no Gráfico 7.14. São também muito pouco divulgadas.

Gráfico 7.14 - Conhecimento das leis nacionais favoráveis à igualdade entre os sexos



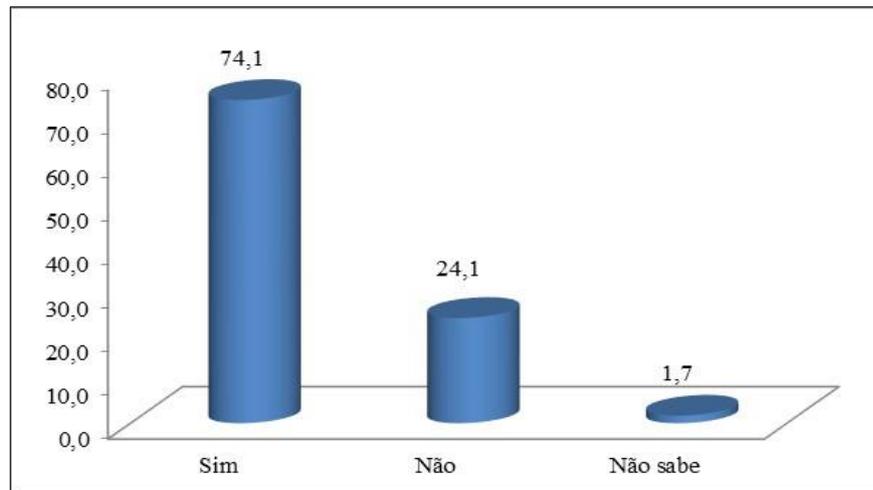
Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

A Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género - ENIEG é o principal documento de orientação política nacional em matéria de igualdade de género, adotado pelo Governo em 2007, como foi mencionado no Capítulo 5. Neste sentido, procurou-se saber até que ponto as organizações de mulheres o conhecem e o tomam como documento de referência.

Os resultados do questionário revelaram que mais de 74% das pessoas inquiridas declararam que já tinham ouvido falar da ENIEG, contra cerca de 24% que declarou não ter ouvido falar, como se pode observar no Gráfico 7.15.

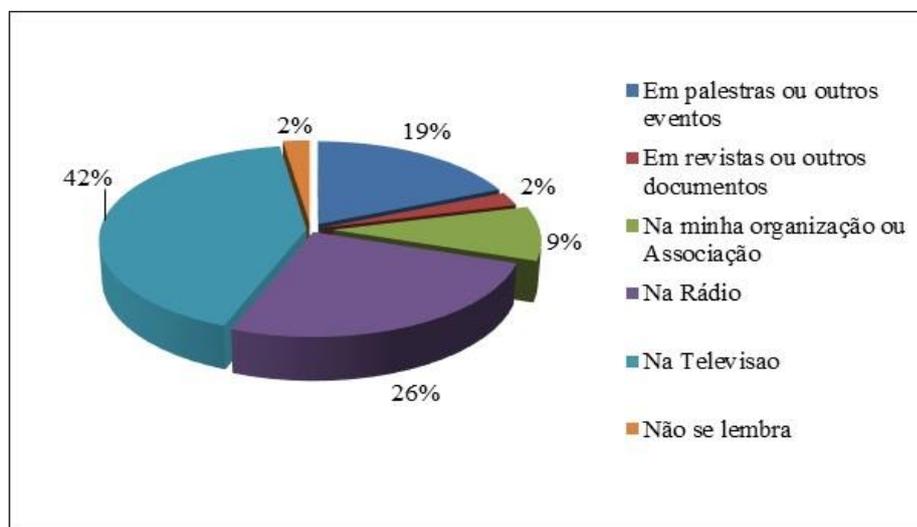
Gráfico 7.15 – Conhecimento da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género



Fonte: Inquérito realizado no âmbito do presente estudo

Uma vez que tinham ouvido falar, procurou-se saber qual teria sido a primeira fonte de informação sobre a ENIEG (Gráfico 7.16). Assim, das 43 pessoas que responderam afirmativamente, 42% ouviu através da televisão (em São Tomé e Príncipe só existe a televisão pública, apesar de também se poder ver a RTP África e a TV5 sem o auxílio de uma antena parabólica) e 26% através da rádio e apenas 9% que ouviu falar através da sua organização. Em São Tomé e Príncipe, a rádio e a televisão são os meios de comunicação mais utilizados para divulgação de mensagens, uma vez que a imprensa escrita não é regular.

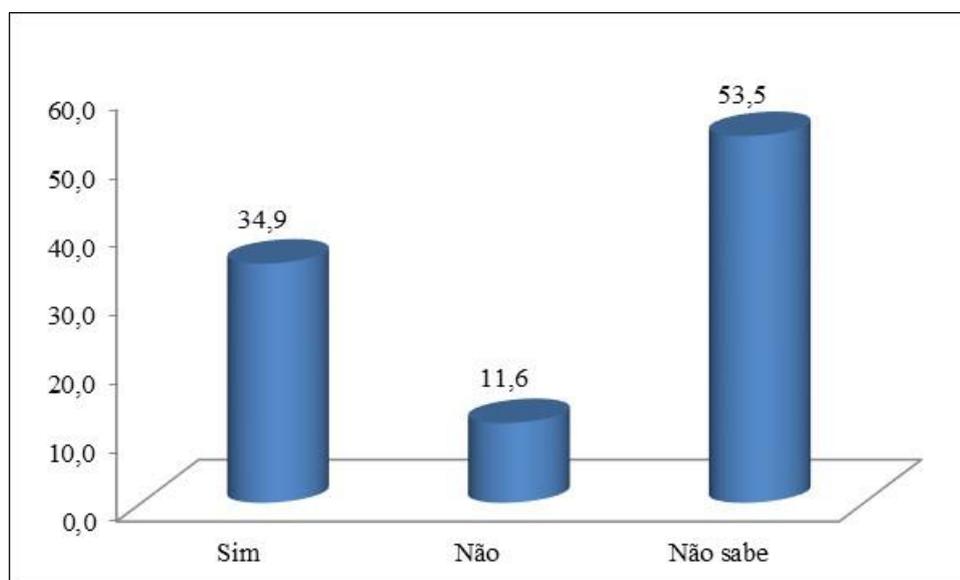
Gráfico 7.16 – Primeira fonte de informação sobre a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Também se procurou saber se a ENIEG constituía um documento de referência na organização do/a inquirido/a, o que mais de 53% respondeu que não sabia, contra cerca de 35% que respondeu afirmativamente. Aproximadamente 12% do/a(s) inquirido/a(s) respondeu negativamente, como se pode observar no Gráfico 7.17. Pelos resultados obtidos, pode-se deduzir que a ENIEG, efetivamente, não constitui um documento de referência nas organizações onde o inquérito foi aplicado, o que pode explicar o facto de na pergunta anterior apenas 9% tenha ouvido falar desse documento através da sua organização.

Gráfico 7.17 – Perceção sobre a utilização da ENIEG na sua organização



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Nas entrevistas realizadas, foram colocadas questões relacionadas com os motivos que levaram à adoção da ENIEG e a perceção que tinham sobre a sua implementação.

Assim, de acordo com as afirmações de Tozé Cassandra, nem sempre as decisões tomadas pelos políticos são implementadas na íntegra. Neste contexto, afirmou:

“[...] as próprias autoridades nacionais, autárquicas e regionais, ainda não compreenderam bem o que é isto de igualdade de género. [...] nós os políticos são-tomenses, muitas vezes queremos agradar a opinião pública internacional e mesmo nacional, [...] Mas nós não implementamos! [...] Nós anunciamos e colocamos no papel Estratégia Nacional de Igualdade de Género. Mas na prática, o que é que nós fazemos? Fazemos pouco.”

Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013)

Para Maria de Cristo Carvalho a adoção da ENIEG foi sob influência internacional, afirmando

“A criação do Instituto e a política para a igualdade de género surgiram na sequência dos programas internacionais que estão virados hoje para a problemática da mulher, porque o

problema da mulher não é são-tomense, é um problema transversal ao mundo inteiro e se o mundo inteiro despertou para essa questão, quer dizer que há um mal dominante e [...] São Tomé e Príncipe, [...] com apoio do FNUAP e de outros organismos internacionais, também decidiu [...].

(Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

Relativamente à sua implementação, afirmou “*Eu acho que não está a ser implementada! [...] Hoje já quase não se ouve falar da estratégia de género, não se houve falar da política de género, [...].*” (*Ibidem*)

Maria das Neves, no entanto, tendo sido a promotora da iniciativa da elaboração do documento, como foi atrás referido, afirmou que os motivos que levaram à adoção da ENIEG tinham a ver com a necessidade de se regulamentar as iniciativas que eram feitas em prol da igualdade e também devido a uma certa necessidade de se clarificar o conceito de género, como declarou ao longo da sua entrevista:

“[...] embora se tivesse notado algum progresso, [...], isto era algo que estava sendo feito de forma ocasional, não se baseava numa política previamente definida, não havia qualquer estratégia para integração no género no processo de desenvolvimento. [...] na altura quando se falava de género, e..., a interpretação que se dava é que género era coisa de mulheres [...].

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

No referente à sua implementação disse: “*Julgo que a estratégia está sendo, em parte, implementada. Há muita coisa que deveria ser feita e eu acho que isso também, depende muito da liderança.*”

Para Edgar Neves, a adoção do documento, em si, é algo positivo e o resultado do trabalho das Organizações de Mulheres, como afirmou na sua entrevista:

“[...] Isto é resultado também, e já é um aspeto muito positivo, de que houve, aqui algum trabalho por parte da corrente feminina que leva a tudo isto e é natural que nós não podemos, em meia dúzia de anos, pensar que a gente consegue alcançar. Mas, o facto é que são etapas e etapas não há dúvidas que a voz feminina impôs-se no bom sentido.”

(Edgar Neves, 17 de Outubro de 2013)

Finalmente, Arzemiro dos Prazeres considerou que a adoção da ENIEG estava enquadrada na estratégia política do partido a que pertence.

De forma global, pode-se concluir que não há dúvida que a adoção da ENIEG constituiu um passo importante para o enquadramento das ações ligadas em prol da igualdade entre os sexos em São Tomé e Príncipe. Apesar das opiniões dos entrevistados não convergirem, o

resultado dos questionários permite chegar à conclusão que foi um processo com influência do exterior e que não chegou a haver uma verdadeira apropriação por parte das Organizações de Mulheres. O processo de São Tomé e Príncipe enquadra-se no pensamento de Virgínia Ferreira (2004) quando esta se refere ao “[...] papel fundamental das instancias internacionais na formulação de políticas de igualdade sexual” e acrescenta “[...] que esta marca indelével de liberalismo na sua origem se reflete no fraco grau de aplicação daquelas políticas, quando transpostas para os ordenamentos jurídicos nacionais ou regionais.” (Ferreira, 2004:2)

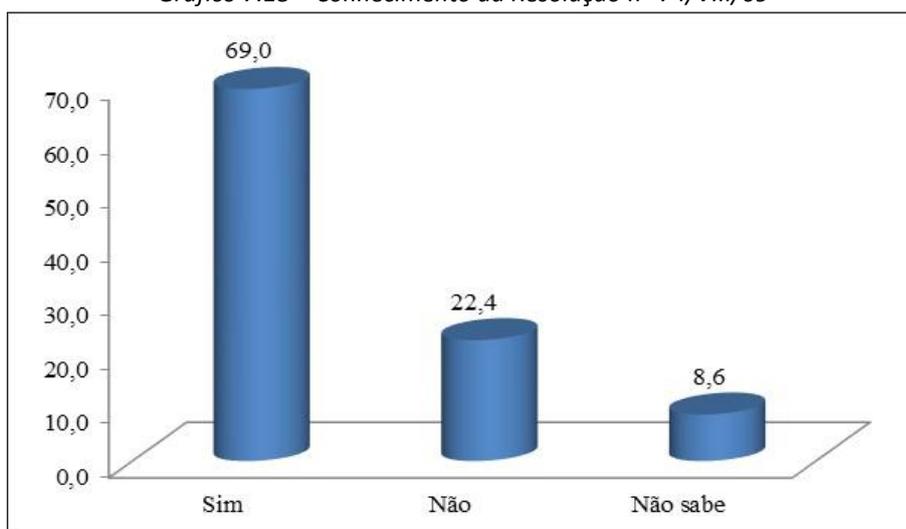
Resolução n° 74/VIII/09 da Assembleia Nacional relativa às Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres

A Resolução n°74/VIII/09 da Assembleia Nacional relativa às Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres é um dos documentos mais recentes adotados pelo Estado são-tomense, como forma de melhorar a participação das mulheres nas diferentes instâncias de tomada de decisão e assim corrigir-se a situação de iniquidade atualmente existente.

Considerando a pertinência desse documento, procurou-se conhecer se o mesmo foi devidamente disseminado no seio das Organizações de Mulheres.

Neste sentido, na resposta à questão se tinham ouvido falar da Resolução da Assembleia Nacional acima referida, 69% dos inquirido/a(s) responderam afirmativamente contra mais de 22% que afirmaram nunca ter ouvido falar. A proporção dos que não sabiam não atingiu os 10%, como se pode verificar no Gráfico 7.18.

Gráfico 7.18 – Conhecimento da Resolução nº 74/VIII/09



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Em resposta à questão relativa à primeira fonte de informação, através da qual tomaram conhecimento da Resolução acima referida, 70% dos inquirido/a(s) responderam que foi através da Comunicação Social, sendo 40% através da televisão e 30% através da rádio nacional, contra apenas 15% que ouviu falar através da sua organização, de acordo com o que está representado no Gráfico 7.19. O facto de haver uma maior proporção de pessoas que tenham ouvido falar da Resolução nas suas organizações, pode ser explicado pelo facto de a Resolução ter a ver, também, com as eleições e a ocupação de postos de tomada de decisão, um assunto que é sempre atual.

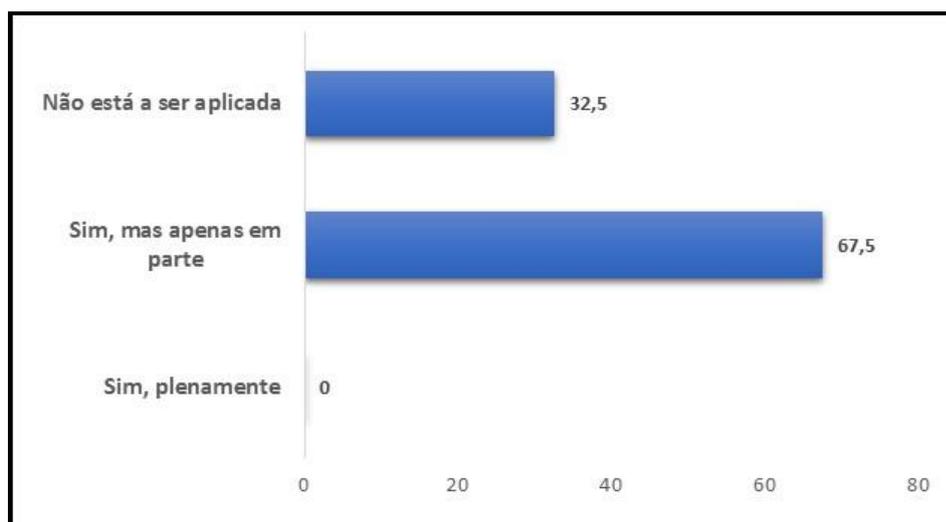
Gráfico 7.19 – Primeira fonte de informação sobre a Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Procurou-se, também saber neste estudo, se os inquirido/a(s) tinham a percepção do grau de implementação da Resolução da Assembleia Nacional nº74/VII/09. Assim, cerca de 68% considerou que estava a ser aplicada em parte, contra cerca de 33% que afirmou que a mesma não estava a ser aplicada. De realçar que para a categoria “Sim plenamente” o valor foi zero (Gráfico 7.20).

Gráfico 7.20 – Percepção sobre a aplicação da Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Relativamente aos principais bloqueios à aplicação da Resolução acima referida (Quadro 7.11), constata-se que predominam os indiferentes principalmente nos itens “A Resolução não reflete a sociedade são-tomense” (83,7%), “Os dirigentes desconhecem a Resolução” (83,7%) e a “Falta de divulgação da Convenção (62,8%). Porém, o item em que a proporção dos indiferentes é menor e portanto, o mais significativo é “Os Partidos banalizam a Resolução” em que o total das pessoas que concordam e que concordam totalmente ronda os 49%. O segundo item para o qual se concentram as proporções de concordo e concordo totalmente anda à volta dos 40% é “A maioria das mulheres desconhece a Resolução”. De realçar que para estes dois itens não existem discordantes. Portanto de forma global, apesar de uma certa dispersão das respostas, as razões acima identificadas são as que mais sobressaíram.

Tabela 7.11 - Bloqueios à aplicação da Resolução da Assembleia Nacional nº74/VIII/09												
Categorias	Falta de divulgação da Resolução		A maioria das mulheres desconhece a Resolução		As mulheres desconhecem os seus direitos		A resolução não reflecte a sociedade são-tomense		Os dirigentes desconhecem a Resolução		Os Partidos políticos banalizam a resolução	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Discordo totalmente	0	0	0	0	1	2,3	0	0	0	0	0	0
Discordo	0	0	0	0	2	4,7	2	4,7	0	0	0	0
Indiferente	27	62,8	23	53,5	24	55,8	36	83,7	36	83,7	19	44,2
Concordo	7	16,3	13	30,2	10	23,3	1	2,3	3	7	16	37,2
Concordo totalmente	6	14	5	11,6	4	9,3	1	2,3	1	2,3	5	11,6
Não tem Opinião	3	7	2	4,7	2	4,7	3	7	3	7	3	7
Total	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Nas entrevistas realizadas, o/a(s) participantes também opinaram sobre o cumprimento da Resolução da Assembleia Nacional nº74/VII/09.

Assim, segundo Tozé Cassandra, a Resolução acima referida não está a ser aplicada por falta de seguimento e de reacção das próprias mulheres. Afirmou: “*Um dos problemas que nós temos é o seguimento destas coisas. [...] as próprias mulheres que, muitas vezes, são discriminadas, se viessem, também, denunciar, contribuiria para alterarmos isto*” (Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013).

Edgar Neves, também partilha a ideia de que o incumprimento é devido à da falta de seguimento:

“[...] julgo que outras medidas devem ser tomadas no sentido de fazer com que atinja. [...] Se fizemos a Resolução é porque achamos que ela é para ser cumprida. [...] tem que haver outros mecanismos de controlo deste processo para que as coisas não fiquem só no plano, no papel [...]”.

Maria de Cristo Carvalho, o cumprimento da Resolução ainda apresenta alguns problemas: “*A Resolução de cumprimento dos 30%, eu acho que tem havido um esforço, mas ainda não está, [...] um cumprimento em pleno [...] continua a luta no interior dos partidos políticos para se cumprir com a resolução dos 30%*”. (Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

Segundo Arzemiro dos Prazeres, a aplicação da Resolução é deficiente “*Muito fraco, muito fraco. Ela está no papel apenas.*” Também considerou que falta algo mais que possa vincular

os políticos a cumpri-la: “[...] eu acho que deveria haver um reforço, uma regulamentação de alguma coisa, [...] algum apêndice, [...] para que de facto se concretizasse essa participação da mulher na vida social e política da nação.” (Arzemiro dos Prazeres, 10 de Outubro de 2013)

De acordo com Maria das Neves a Resolução surgiu nas vésperas das campanhas eleitorais de 2010 e contribuiu para que a proporção de deputadas eleitas atingisse os 18%. No entanto, na sua opinião, apesar dos resultados obtidos, nada estava consolidado “[...] não está garantido. Primeiro, porque os próprios partidos dizem que a Resolução não tem carácter obrigatório, não tem carácter vinculativo.” Este facto, portanto, não obriga os Partidos Políticos a respeitarem a quota dos 30%. Neste sentido, Maria das Neves na qualidade de Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares acrescentou

“[...]a Rede das Mulheres Parlamentares, preocupada com essa situação, já está a pensar na transformação dessa resolução numa lei, para que ela tenha carácter obrigatório no sentido de fazer com que os partidos políticos possam respeitá-la na altura da elaboração das listas para as eleições legislativas.”

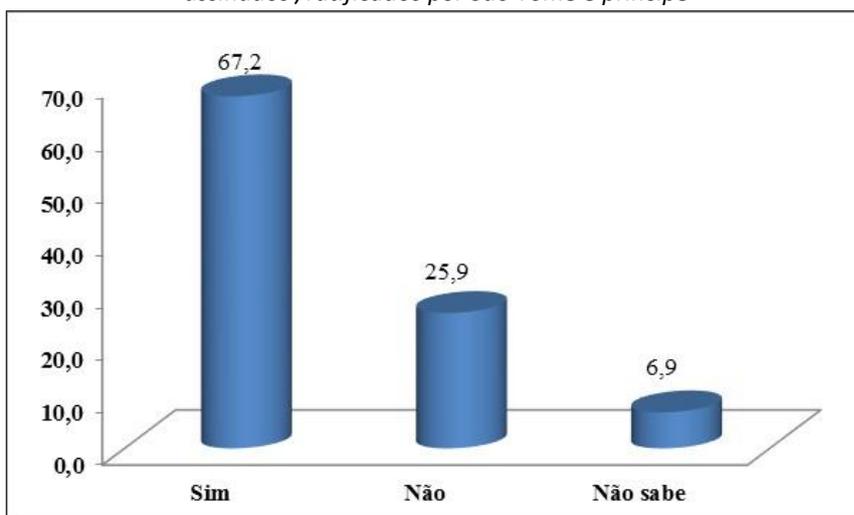
(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

Alguns instrumentos /orientações internacionais relativos à igualdade entre os sexos

Tendo em conta que São Tomé e Príncipe aderiu e ratificou alguns instrumentos internacionais relativos à igualdade entre os sexos, procurou-se saber, no presente estudo, que conhecimento tinham as Organizações de Mulheres sobre os mesmos e qual a primeira fonte de informação, através da qual tomaram conhecimento da existência desses instrumentos.

De acordo com os resultados obtidos, mais de 67% do/a(s) inquirido/a(s) afirmaram que tinham ouvido falar de instrumentos internacionais, contra cerca de 26% que não ouviu falar, como se pode observar no Gráfico 7.21.

Gráfico 7. 21 – Percepção acerca dos instrumentos internacionais relativos à igualdade entre os sexos assinados /ratificados por São Tomé e príncipe



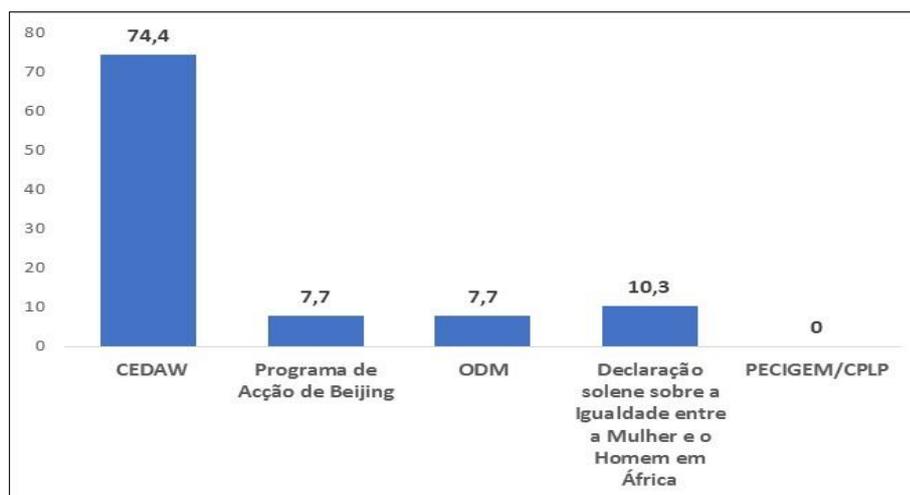
Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Assim, as pessoas que responderam afirmativamente foi-lhes pedido que identificassem qual ou quais os documentos internacionais que conheciam ou tinham ouvido falar, nomeadamente: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, o Programa de Ação de Beijing, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a Declaração Solene sobre a Igualdade entre o Homem e a Mulher em África e o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da CPLP – PECIGEM/CPLP.

Neste âmbito, de acordo com o Gráfico 7.22, 74% dos inquirido/a(s) declararam que tinham ouvido falar da CEDAW, sendo, portanto, o documento mais difundido no seio das Organizações de Mulheres, pelas razões já, anteriormente apontadas no capítulo 5, ou seja, é o que já foi alvo de ações de sensibilização realizadas com o apoio do UNICEF.

O PECIGEM/CPLP revelou ser o instrumento completamente desconhecido, o que não é de admirar, pois nunca foi difundido desde a sua adoção. Relativamente aos outros instrumentos, as proporções do/a(s) que revelaram conhecer, em relação à CEDAW, não são muito significativas.

Gráfico 7.22 – Conhecimento dos instrumentos internacionais assinados/ratificados por São Tomé e Príncipe



Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Durante as entrevistas às personalidades já atrás apontadas, procurou-se saber as causas da não aplicação dos instrumentos internacionais ratificados por São Tomé e Príncipe.

Neste âmbito, de acordo com Tozé Cassandra, o maior problema é a falta de seguimento das decisões tomadas e dos documentos adotados, como afirmou “[...] *a proposta que eu faço para tentarmos melhorar a situação, [...] é seguimento! Seguimento daquilo que está estabelecido. Haver esse seguimento por uma equipa, um observatório [...] e garantir que está sendo cumprida a resolução*” Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013)

Segundo Edgar Neves, há falta de continuidade das ações, também devido a inexistência de estruturas adequadas ao mais alto nível para se ocupar dessas questões, como afirmou:

“Eu acho que há um certo buraco entre o exercício da adoção de Resoluções e uma série de [ações]. [...] Não podemos estar a funcionar em picos. É preciso criar uma estrutura que permita estabelecer uma meseta [...] criar formas junto ao poder com estruturas muito específicas para lidar com esta matéria, mas ao mais alto nível.”

(Edgar Neves, 17 de Outubro de 2013)

Para Maria de Cristo Carvalho, a instabilidade política que leva a mudanças sucessivas de governo, leva a que surjam outras prioridades e estas questões conhecidas como “coisas de

mulheres”, vão ficando para trás; falta, portanto, um fio condutor para que haja sequência nas tomadas de decisão, como afirmou

“[...]Um governo começa, ... o outro que vem, muitas vezes não se propõe continuar o que o outro começou [...]Porque nós quando aderimos a estas convenções, eu acho que aderimos com algum compromisso, alguma responsabilidade mas depois, a execução[...], torna-se mais difícil, porque, penso eu, acho que a dado momento, perdemos o fio condutor[...].”

(Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)

Para Maria das Neves, a principal causa é a falta de vontade política das autoridades nacionais, como afirmou: [...] *o principal bloqueio é a falta de vontade política. Os partidos políticos porque são compostos por homens não querem ver nem querem saber de convenções que o próprio país ratificou [...].* Também salientou que torna-se necessário investir na formação de mulheres

“[...] temos que investir também na formação de mulheres; [...] é necessário que haja vontade política para que os partidos ao elaborarem as listas coloquem as mulheres em posições elegíveis de modo a que elas possam estar presentes no Parlamento”.

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

Arzemiro dos Prazeres, por sua vez também considera o país adere aos engajamentos internacionais mas há uma falta de seguimento das ações devido ao machismo e à falta de sensibilização e de envolvimento das próprias mulheres:

“Nós fazemos isso como se fosse apenas uma questão de obrigação normativa, política e até moral mas, depois não se retracta isso [...]A nossa sociedade é bastante machista e [...] as mulheres, também de alguma forma, se resumem ou aceitam essa ascendência masculina que existe na sociedade. [...] deve haver um objeto de sensibilização profunda, e tem que começar com educação via informação, via Mídia, via meios de comunicação, via ONG, via Sociedade civil, mas tem-se que fazer essa sensibilização”

(Arzemiro dos Prazeres, 10 de Outubro de 2013)

De forma global, todo/a (s) estão conscientes de que a adesão, assinatura e/ou ratificação dos instrumentos internacionais não estão a par e passo com a respetiva implementação ao nível nacional. Virgínia Ferreira (2004), no seu texto sobre a Globalização das Políticas de Igualdade entre os sexos, também colocava a seguinte questão: “ por que razão os governos assumem compromissos nas instâncias internacionais que não respeitam, ou não fazem com igual empenho internamente” Esta mesma questão pode ser colocada para o caso específico

de São Tomé e Príncipe e as respostas, de acordo com as entrevistas realizadas podem ser resumidas no seguinte:

- Falta de seguimento dos engagements internacionais assumidos pelo Estado São-Tomense, devido à inexistência de estruturas nacionais específicas para acompanhar a implementação dos diferentes instrumentos assinados e ou ratificados.
- Inexistência de Movimentos Sociais, incluindo o de Mulheres que possam advogar, sensibilizar e fazer pressão para o cumprimento efetivo dos engagements assumidos.

7.10 – A sociedade são-tomense ²⁵e a igualdade de género

Finalmente, procurou-se saber, através de 6 afirmações, que percepção tinham o/a(s) inquirido/a(s) sobre a sociedade são-tomense e a igualdade de género, como se pode observar no Quadro 7.11.

Assim, relativamente à primeira afirmação *A cultura são-tomense é favorável à igualdade entre os homens e as mulheres*, cerca de 49% de pessoas discordaram com a afirmação, o que em relação aos que concordaram (16,3%) a diferença é grande. Porém cerca de 21% mantiveram-se indiferentes.

No referente à segunda afirmação *A expressão «igualdade de género» é uma expressão importada de outras culturas que não faz sentido na sociedade são-tomense*, 53,5% discordou o que já é uma proporção muito significativa.

À terceira afirmação *Em São Tomé e Príncipe a igualdade entre os homens e as mulheres é um objetivo que só poderá ser atingido a longo prazo*, nota-se uma maior concentração das respostas no concordo (67,4%) e no concordo totalmente (20,9%) o que significa que há uma maior concordância com este item em relação aos dois primeiros analisados.

No que concerne a quarta afirmação, *As mulheres são-tomenses ainda não estão preparadas para a igualdade entre os homens e as mulheres*, a proporção de 53,5 % do/a(s) que concordaram é significativa mas os valores também se dispersam pelo indiferente (não concordo nem discordo) (20,9%) e pelo discordo (16,9%).

No entanto, na quinta afirmação *Os homens são-tomenses ainda não estão preparados para a igualdade entre os homens e as mulheres* também é nítida a concentração das respostas

²⁵ O termo “são-tomense”, engloba também os habitantes do Príncipe.

nas categorias concordo (41,9%) e concordo totalmente (34,9%), o que revela também maior homogeneidade nas respostas. É neste item onde se verifica um valor percentual mais elevado na categoria “Concordo totalmente”. Poder-se-ão avançar dois fatores explicativos: Por um lado, a sociedade são-tomense possui alguns valores socioculturais que conferem uma supremacia ao sexo masculino em relação ao feminino, por outro lado, a maioria da/o(s) respondentes ao inquérito serem do sexo feminino.

Por último na sexta afirmação *Em São Tomé e Príncipe, a igualdade entre os homens e as mulheres é algo que só existe "no papel" (nos documentos e nas leis)*, apesar de haver um maior peso percentual na categoria concordo (44,2%), em relação ao item anterior, verifica-se uma menor homogeneidade nas respostas.

Quadro 7.12 - Percepção sobre a sociedade são-tomense e a igualdade de género												
Categorias	A cultura são-tomense é favorável à igualdade entre os homens e as mulheres		A expressão «igualdade de género» é uma expressão importada de outras culturas que não faz sentido na sociedade são-tomense.		Em São Tomé e Príncipe a igualdade entre os homens e as mulheres é um objetivo que só poderá ser atingido a longo prazo		As mulheres são-tomenses ainda não estão preparadas para a igualdade entre os homens e as mulheres		Os homens são-tomenses ainda não estão preparados para a igualdade entre os homens e as mulheres		Em São Tomé e Príncipe, a igualdade entre os homens e as mulheres é algo que só existe "no papel" (nos documentos e nas leis)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Discordo totalmente	4	9,3	1	2,3	0	0	0	0	1	2,3	1	2,3
Discordo	21	48,8	23	53,5	2	4,7	7	16,3	4	9,3	9	20,9
Nem concordo Nem discordo	9	20,9	8	18,6	3	7	9	20,9	5	11,6	7	16,3
Concordo	7	16,3	7	16,3	29	67,4	23	53,5	18	41,9	19	44,2
Concordo totalmente	2	4,7	4	9,3	9	20,9	4	9,3	15	34,9	7	16,3
Total	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100	43	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

De acordo com os resultados do quadro acima representado, pode-se inferir que a questão da igualdade entre os sexos na sociedade são-tomense ainda representa um grande desafio, daí que mais de 88% de pessoas consideraram que é um objetivo que só se atingirá a longo prazo.

Nas entrevistas realizadas, o/a(s) participantes também se referiram à questão dos estereótipos ainda prevalentes na sociedade são-tomense e que atribuem a superioridade do sexo masculino sobre o feminino.

Assim, na sua entrevista Tozé Cassandra afirmou “[...]nós temos uma sociedade machista [...]os pais, em casa, criamos essa diferença, damos mais oportunidades aos rapazes do que as nossas filhas [...]”Tozé Cassandra, 3 de Dezembro de 2013).

Maria de Cristo, considera que os estereótipos prevaletentes na sociedade são fruto de uma educação que está enraizada na sociedade: “*Eu acho que esta sociedade foi educada assim. [...]. Mesmo no interior dos partidos políticos, não se consegue combater, não se consegue educar, formar, para combater esses tipos de atitudes. (Maria de Cristo, 24 de Setembro de 2014)*

Para Maria das Neves, as próprias mulheres, enquanto educadoras também têm culpa da prevalência dos estereótipos na sociedade são-tomense, quando afirma.

“se estes estereótipos existem é porque as próprias mulheres também têm contribuído para que eles existam. [...]Uma mãe, o tratamento que dá ao seu filho é diferente daquele que ela dá à rapariga.[...] E esta é a responsabilidade da mãe, dos pais mas, sobretudo da mãe.”

(Maria das Neves, 14 de Outubro de 2013)

No entanto, Edgar Neves é de opinião que a comunicação social joga um papel muito importante na perpetuação dos estereótipos

“Não há dúvidas que a comunicação social joga um papel muito importante e nós temos visto mensagens e músicas na comunicação social que não abonam muito a esse favor, colocando a mulher como elemento secundário no seio familiar e na sociedade.”

(Edgar Neves, 17 de Outubro de 2013)

Arzemiro dos Prazeres também partilha a ideia da comunicação social “[...]o veículo que se utiliza para fazer esse chamariz, para fazer passar estereótipos, é o mesmo veículo que mostra a antítese[...]

Portanto, globalmente pode-se considerar que na sociedade são-tomense ainda prevalecem muitos estereótipos que são perpetuados através da educação sexista que é dada às crianças, às músicas, canções e outras manifestações culturais transmitidas através dos diferentes meios de comunicação social, instituições como os partidos políticos, entre outros meios de transmissão. Todos foram unânimes em afirmar que se torna necessário formar e sensibilizar mas não ficou completamente esclarecido quais seriam os mecanismos para esta formação com vista à mudança de mentalidade da população são-tomense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais pretende-se apresentar, de forma sucinta, os resultados alcançados com o presente estudo, tomando como referência os objetivos delineados e as questões estabelecidas inicialmente.

O estudo pretendia conhecer e compreender o percurso das mulheres são-tomenses na luta pela igualdade no período antes e depois da Independência nacional e a percepção sobre a igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe. Contatou-se que a temática está, ainda, muito pouco estudada, não havendo, portanto, estudos anteriores sobre a mesma. Esta dissertação de mestrado constitui, portanto, um início de pesquisa onde nem todos os aspetos puderam ser estudados exaustivamente. Pode-se considerar que uma porta foi aberta e que, portanto, muitos assuntos ficaram para investigações posteriores.

No entanto, foi possível analisar, na Parte I o “comportamento” dos Movimentos de Mulheres no continente africano e em São Tomé e Príncipe e constatar-se que a situação difere-se do resto do continente, onde esses Movimentos atuam como grupos de pressão. Em São Tomé e Príncipe estes momentos são esporádicos.

Na Parte II foi possível sistematizar todas as informações disponíveis sobre o percurso da luta pela igualdade, as políticas e mecanismos e o enquadramento legal e programático que contrastam com os efeitos práticos identificados no estudo empírico e que é apresentado na Parte III.

Tratou-se de um estudo exploratório, pois embora as entrevistas feitas a líderes de organizações que operam nas duas ilhas, à exceção do Presidente do Governo Regional, os questionários só puderam ser aplicados a uma parte do território nacional, a ilha do Príncipe. Assim, os resultados obtidos com este último instrumento não podem, de modo algum, ser considerados representativos de toda a população de São Tomé e Príncipe, pois não podem ser extrapolados para a ilha de São Tomé.

Tendo em conta as questões de partida que serviram de fio condutor ao estudo, procurou-se saber se em São Tomé e Príncipe se poderia falar de um verdadeiro movimento de mulheres. Os resultados obtidos permitem concluir que um movimento que funcione como grupo de pressão, para que as mudanças aconteçam, não existe! As mulheres conseguem organizar-

se e unir-se em momentos pontuais como o foi por ocasião do dia 19 de Setembro de 1994 e também para a exigência relativa à quota de participação que veio a dar origem à Resolução nº 74/VIII/2009. Por exemplo, de acordo com Pinto (2012) os movimentos de mulheres portuguesas anteriores ao Estado Novo através da participação política contribuíram para uma nova ordem social, ou seja, perceberam que era importante pressionar o poder político relativamente às reformas que poderiam contribuir para a emancipação da mulher. Apesar do contexto não ser o mesmo, poder-se-á perguntar que organizações, neste momento estarão a pressionar o poder político para a implementação efetiva da estratégia de Género? A resposta seria: nenhuma!

Existem e existiram, efetivamente, algumas Associações de Mulheres, mas a falta de liderança, de objetivos claros, de discussão e diálogo internos têm constituído alguns bloqueios ao funcionamento das mesmas. Um dos entrevistados (Arzemiro dos Prazeres) afirmou “[...] eu desafio alguém a mostrar-me uma associação de mulheres em que a gente vá lá e há um trabalho de fundo; em que saiu a direção e o trabalho continua!”

Porém, de forma global, as mulheres das Associações do Príncipe inquiridas, independentemente da faixa etária, consideraram muito importante a existência dos Movimentos de Mulheres. O problema está, precisamente, entre o “querer” e o “fazer funcionar”.

Relativamente à luta pela igualdade entre os sexos, curioso foi constatar que 50% das pessoas com menos de 29 anos discorda com a afirmação de que as Associações e ONG lutam pela igualdade entre os homens e as mulheres. Isto constituiu um indicativo da passividade atual das organizações existentes, ou seja não tem havido movimentos reivindicativos por essa igualdade.

O estudo permitiu reconhecer, através dos inquéritos por questionário e por entrevistas que há algum ceticismo relativo ao alcance da igualdade entre os homens e as mulheres em São Tomé e Príncipe. Das pessoas inquiridas, apenas cerca de 38% afirmou que a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres será possivelmente alcançada e 32% afirmou que será alcançada. As pessoas entrevistadas consideram, na sua maioria, que se trata de um problema cultural que poderá ser resolvido com sensibilização, formação e implementação de políticas.

Constatou-se também, ao longo do estudo, que as influências internacionais vão criando a necessidade para a elaboração e adoção de políticas. Assim, o país ratificou a CEDAW, adotou uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e a conclusão é que as políticas e os programas não tomam em conta os engagements assumidos e, no seio das organizações nem sequer a ENIEG é suficientemente conhecida. A CEDAW é o instrumento mais conhecido, devido ao facto de ter sido objeto de ações de sensibilização organizadas com o apoio da UNICEF no âmbito do seu programa de Cooperação 2007-2011.

Os resultados permitem inferir que a ENIEG não é um documento de referencia nas organizações inquiridas e de acordo com um dos entrevistados “[...] *as próprias autoridades nacionais, autárquicas e regionais, ainda não compreenderam bem o que é isto de igualdade de género.*”

De forma global, pelos resultados obtidos, pode-se inferir que a igualdade de género em São Tomé e Príncipe está mais próxima da utopia do que da realidade, pelo menos no que se refere à Região do Príncipe.

No final deste trabalho, muitas são as questões que ainda ficam sem resposta, uma vez que os resultados não poderão ser generalizados à ilha de São Tomé. Torna-se necessário inquirir as Organizações de Mulheres da Ilha de São Tomé e comparar os resultados. Fica, portanto, este pequeno contributo para demonstrar que:

“A história é una e indivisível, feita pelos homens e pelas mulheres, e no seu interior pode-se fazer falar as mulheres a partir dos lugares que ocupam, [...] lugares sem memória que esta escrita coletiva tenta fazer sair da sombra” (Lagrange, n.d.:542)

BIBLIOGRAFIA

A) Relativa ao tema

ADEDEJI, Ebenezer (s.d.), “A Problemática do amor e Casamento na Literatura Africana Escrita Pela Mulher”, in MATA, Inocência, PADILHA, Laura (Orgs.) (2007) *A Mulher em África*, (pp 409-420), Lisboa: Edições Colibri.

AMÂNCIO, Lígia (2010). *Masculino e Feminino. A construção Social da Diferença*. (2ª edi.). Porto: Edições Afrontamento.

AMBRÓSIO, P. António (sd). *D. Simoa de S. Tomé em Lisboa, o seu testamento e a sua capela*, Lisboa revista municipal, Ano XLVIII – 2ªSérie – Nº 21 - 3º Trimestre de 1987, em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N21/N21_master/N21.pdf

BIBIAN, Pérez Ruiz (Sd). “Outra maneira de sentir: Feminimos Negros, Género y Estudios Literarios en el África subsaariana” em <http://ctli.wikispaces.com/file/view/FEminismoAfricaBibianPerez.pdf> Consulta efectuada em 25/10/12.

BOAHEN, Albert (2010). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO.

BORGES, Manuela, “Educação e Género: Assimetrias e Discriminação na Escolarização Feminina em Bissau”, in MATA, Inocência, PADILHA, Laura (Orgs.) (2007) *A Mulher em África*, (pp73-88), Lisboa: Edições Colibri.

BEAUVOIR, Simone (2009). *O Segundo Sexo*. Volume I. Lisboa: Quetzal Editores.

BLOCH, Marc (s.d.). "A História, os Homens e o Tempo" in *Introdução à História*, Lisboa: Publicações Europa-América, pp 85-121.

BOCK, Gisela (n.d.). "História, História das Mulheres, História do Género". *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº4, 1989. P.p. 158-187.

CALDEIRA, Arlindo Manuel (1999). *Mulheres Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos.

CEITA, Maria Nazaré (2005). *Para uma História da Curadoria Geral dos Serviços e Colonos de S. Tomé e Príncipe (1875-1926)* Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Commission Africaine Des Droits De l'Homme et des Peuples (n.d.). *Acte Constitutif de l'Union Africaine* URL: http://www.achpr.org/files/instruments/au-constitutive-act/au_african_union_act_2000_fra.pdf, [29 de Outubro de 2012]

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (2003). *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*. 2ª Edição. Agenda Global nº4 .Lisboa

COQUERY-VIDROVICH, Catherine (1994). *Les Africaines. Histoire des femmes d'Afrique noire du XIX au XXe siècle*. Paris : Éd. Desjonquères.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “Histoire et historiographie du politique en Afrique : la nécessité d'une relecture critique (à propos de la démocratie)”. *Politique Africaine*, nº46, 1992. Pp.31-40.

COSTA, Manuel P. da (1978). *Discursos*. Arquivo Histórico de São Tomé

Constituição da República Portuguesa em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/pt/crppt/crpp1t1.asp#top> [18 de Novembro de 2014].

Constituição da República de Cabo Verde em [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/1437105f604ce363c1257082003ea54a/\\$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/1437105f604ce363c1257082003ea54a/$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf) [18 de Novembro de 2013]

CPLP (2010). *Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP*. URL: <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/PECIGEM.pdf>, [29 de Outubro de 2012]

CRAVO, Carolina, LONDAITZBEHERE, Laure, DIOGO, Olívio, SOUSA, Sónia (2010). *Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe*. ACEP /FONG. IPAD

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.). (1994). *História das Mulheres no Ocidente*, Vol. 4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.). *O Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.). (1995). *História das Mulheres no Ocidente* Vol. 5. THÉBAUD, Françoise (dir.). *O Século XX*. Porto: Edições Afrontamento.

ESPÍRITO SANTO, Carlos (2003), *A Guerra da Trindade*, Lisboa: Cooperação

ESPÍRITO SANTO, Carlos (2012), *O Nacionalismo Político São-Tomense* (Vols. 1-2). Lisboa: Edições Colibri

FAGE, Jonh Donnelly; TORDOFF, William (2013). *História da África*. Lisboa: Edições 70

FAO (Sd), « Four Chorkor » . Équipements améliorés de manutention et de transformation pour la pêche artisanale. URL: <http://www.fao.org/docrep/012/i1139f/i1139f03b.pdf>, [1 de Junho de 2014].

FERREIRA, Aurora da Fonseca (2004). “A Contribuição da Mulher na Formação do Saber e do Conhecimento”. In MATA, Inocência, PADILHA, Laura (Orgs.) (2007). *A Mulher em África*, (pp51-67). Lisboa: Edições Colibri.

FERREIRA, Virgínia, (2004). “A Globalização das Políticas de Igualdade entre os Sexos. Do Reformismo Social ao reformismo estatal” In GODINHO, Tatu, SILVEIRA, Maria Lúcia (org) (2004) *Políticas Públicas e Igualdade de Género*, (pp 77-102). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura do Município de São Paulo e Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

GOERG, Odile (1997) « Femmes africaines et politique : les colonisées au féminin en Afrique occidentale », *CLIO. Histoire, femmes et sociétés* en ligne le 01 janvier 2005, consulté le 26 juin 2013. URL : <http://clio.revues.org/378> [27 de Outubro de 2012]

GOMES, Patrícia Godinho (2013). *UDEMU – União Democrática das Mulheres da Guiné*. URL: <http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-da-luta-pela-paz-e-igualdade-o-contributo-das-mulheres-guineenses> . [14 de Abril de 2014]

HENRIQUES, Fernanda (2008). *Género, Diversidade e Cidadania*. Lisboa: Edições Colibri

HENRIQUES, Isabel de Castro (2000). *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Edições Veja

HUNTER, James (2004/2006). Como se tornar um líder servidor? Os princípios de liderança de o Monge e o Executivo. 6ª edição. Rio de Janeiro: Sextante

JOAQUIM, Teresa (n.d.) *O Género da Memória: a Questão da Visibilidade*. CEMRI. Universidade Aberta

LAGRAVE, Rose-Marie (n.d.) “Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX in THÉBAUD, Françoise (dir.). *História dos Direitos das Mulheres. O Século XX*. Porto: Edições Afrontamento

MALFATTI, Selvino António (2001). *Os Movimentos Sociais em Alain Touraine*. Revista Estudos Filosóficos n°6/2011 em http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13_rev6.pdf [26 de Junho de 2013]

MARKY, Sum (1999). *Crónica de uma Guerra Inventada*. Lisboa: Editora Vega

MATA, Inocência, PADILHA, Laura Cavalcante (Org.) (2007). *A Mulher em África. Vozes de uma Margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri.

MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (Ed.) (2010). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL*, Número 86, 1º semestre de 2000 - Ano 27, ISSN 0101 2428. URL: <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n86-1sem-2000>, [6 de Setembro de 2014]

NASCIMENTO, Augusto (2005). *Entre o Mundo e as Ilhas. O Associativismo São-Tomense nos Primeiros decénios de Novecentos*”. Edição: UNEAS (União dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe. Tipografia Lousanense.

NASCIMENTO, Augusto (2002). *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe, de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense.

NASH, Mary (n.d.) *As Mulheres no Mundo. História, Desafios e Movimentos*. Editora Ausencia.

OGOT, Bethwell (Ed.) (2010). *História geral da África, VIII: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO.

ONU (2000). *Les Quatre Conférences Mondiales sur les Femmes 1975-1995. Perspective historique*. URL:

<http://www.un.org/french/womenwatch/followup/beijing5/session/fond.html> [10 de Dezembro de 2014]

PINTO, Maria Teresa (2008) *A Formação Profissional das Mulheres no Ensino Industrial Público (1884-1910). Realidades e Representações*. Universidade Aberta. Em repositorioaberto.uab.pt [29 de Outubro de 2012]

PINTO, Maria Teresa (2012). *Temática 3. Movimentos de Mulheres, feminismos e Sufragismo*. Lisboa: Universidade Aberta.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. *História geral da África*, 8 vols., Brasília : UNESCO, 2010. URL: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/ [27 de Outubro de 2012]

SARR, Fatou (2010), (sous la direction de). *Luttes politiques & Résistances Féminines en Afrique*. Dakar: Éditions Panafrika.

SEIBERT, Gerhard (2001). *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Veja Editora.

SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida (2000). *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação feminina na esfera produtiva*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil

SERBIN, Sylvia, (2010). *Reines d'Afrique et héroïnes de la diaspora noire*, 4^e édition. Paris : Éditions SÉPIA

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho (Sd). *O Papel dos Movimentos Sociais na Construção de outra Sociabilidade. GT3 - Movimentos sociais e Educação*. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC). URL:

http://www.ufpe.br/ceadmoodle/file.php/1/coord_ped/sala_7/arquivos/O-papel-dos-movimentos-sociais-na-construcao-de-outra-sociabilidade.pdf [22 de Junho de 2013].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, COVA, Anne (1998) (orgs.). *Estudos sobre as Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta.

SOUSA, Teodora Soares Lima (2005). *Promouvoir les Droits de la Femme à São Tomé et Príncipe pour un leadership Féminin*. São Tomé. São Tomé e Príncipe.

SOW, Fatou (1997), « Les femmes, le sexe de l'État et les enjeux du politique : l'exemple de la régionalisation au Sénégal », *CLIO. Histoire, femmes et sociétés* [En ligne], 6 | 1997. URL : <http://clio.revues.org/379> ; DOI : 10.4000/clio.379. [27 de Outubro de 2012]

TENREIRO, Francisco (1961). *A Ilha de São Tomé*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: Bertrand (Irmãos)

TILLY, Louise (1990). “Género, História das Mulheres, História Social”. *Cadernos Pagu* (3) (1994), pp 29-62.

UMBELINA, Silvestre de Barros (2012). *O Percurso da Ilha do Príncipe*. 1ª Edição. Lisboa : Tipografia Lousanense, Lda.

UNION AFRICAINE (2003). *Protocole a La Charte Africaine Des Droits de L'Homme et des Peuples Relatif Aux Droits des Femmes*. Adopté par la 2^{ème} session ordinaire de la Conférence de l'Union à Maputo.

UNION AFRICAINE (2004). *Déclaration Solennelle Sur l'Égalité Entre les Hommes et Les Femmes en Afrique*, Conférence de L'Union Africaine, Troisième session ordinaire, Addis-Abeba (Ethiopie).

UNION AFRICAINE (2009). *La Politique Genre de L'Union Africaine*. African Union Commission. Women Gender and Development Directorate (WGDD).

VAZ, Pe. Francisco (1993). *Mães de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gráfica Claret

VICENTE, Ana (2000). *Direitos das Mulheres / Direitos Humanos*. Cadernos Condição Feminina. Condição para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

VILLEGAS, Vanessa Anaya (2011). Feminismo Africano, Diáspora y Feminismo Negro in <http://veinn.files.wordpress.com/2011/06/anaya-v-2011-feminismo-africano-dic3a1spora-y-feminismo-negro.pdf>, [25/10/12]

B) Relativa à Metodologia de Investigação

BARDIN, Laurance (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela Malheiro (2008). *Metodologia da Investigação, Guia para auto-aprendizagem* 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta.

ECO, Umberto (1997). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença

FLICK, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições, Lda.

KALILA, Michel (2012). *Le Mémoir de MASTER. Mobiliser Internet pour réussir à l'université et en grande école*. 3^e édition. Paris :DUNOD.

QUIVY,R.; CAMPENHOUDT, L.V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

C) Documentos

ASSEMBLEIA NACIONAL (2009) *Resolução 74/VIII/09 sobre as Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres*. São Tomé

ASSEMBLEIA NACIONAL (2006) *Resolução nº 2/VIII/06* . 5ª Comissão Parlamentar – Comissão dos Direitos Humanos, Cidadania e Género. 1ª sessão Legislativa da VIII Legislatura 2006-2010)

I Conferencia de Mulheres da CPLP sobre Género, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento (2000). Documento final

Diário da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, II Série – Número 10, VII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2002-2006). Programa do VIII Governo Constitucional quarta-feira, 16 de Outubro de 2002

Diário da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, II Série – Número 60, VII Legislatura, 7ª Sessão Legislativa (2002-2006), quarta-feira, 6 de Julho de 2005.

Decreto Presidencial nº 6/94. *Diário da República de São Tomé e Príncipe* nº9 de 18 de Julho de 1994

Decreto Presidencial nº 9/94. *Diário da República de São Tomé e Príncipe* nº9 de 18 de 1994.

Decreto nº 43/92. *Diário da República* nº 25 de 25 de Novembro de 1992, pp235).

Decreto nº 50/92. *Diário da República* nº 27 de 31 de Dezembro de 1992, pp307-310

Decreto-Lei nº 18/2007. *Diário da República* nº 38 de 8 de Agosto de 2007

Decreto nº 13/2007. *Diário da República* nº 25 de 3 de Julho de 2007

Decreto nº 20/2007. *Diário da República* nº 43 de 7 de Setembro de 2007

Estratégia Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género (2014). Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. RDSTP. São Tomé

Fórum de Unidade para a Reconstrução Nacional (1998). Comissão Organizadora do Fórum. Março de 1998

Lei de 17 de Julho de 1975. Lei Fundamental. Assembleia Popular Nacional. RDSTP

Lei 1/80. Revisão à Constituição de 1975. Assembleia Popular Nacional. RDSTP

Lei 7/90. Constituição. Assembleia Popular Nacional. RDSTP

Lei 1/2003 . Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. RDSTP

Operacionalização da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe. Esquema Institucional de Implementação. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Novembro de 2006.

Orgânica do III Governo Constitucional. *Diário da República* nº20 de 30 de Dezembro de 1994

PAQUETE, Tomás (1985). *Rapport de la Mission effectuée à Sao Tomé et Principe (5 – 15 Février 1985)*. OMSTEP, PNUD, CARFF / CEA.

Plataforma de Acção (1996). I Fórum da Mulher Santomense. São Tomé: Comissão Nacional de Implementação.

Plano Estratégico (2002-2005). RMMP. São Tomé.

PRIEUR, Monique, MENEZES, Aires (1990). *Evaluation de projet « Amélioration des Techniques de Fumage de Poisson*. UNIFEM

Programa do 1º Governo da Segunda República, (1991). República Democrática de São Tomé e Príncipe

Programa do IV Governo Constitucional, (1996). República Democrática de São Tomé e Príncipe

Programa do XV Governo Constitucional (1997). Assembleia Nacional. Fevereiro de 1997.

Programa do IX Governo Constitucional, Outubro de 2004

REVISÃO DA PLATAFORMA DE ACÇÃO (n.d). São Tomé

Violência Doméstica Contra as Mulheres em STP (2002). RDSTP

Relatório Nacional de implementação da Declaração e do Programa de ação de Beijing no contexto do 20º aniversário da 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres e Adoção da Declaração e da Plataforma de ação de Beijing em 2015.

República Democrática de São Tomé e Príncipe (2005) *Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe*, São Tomé.

República Democrática de São Tomé e Príncipe (2002) *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Versão final*. Ministério do Plano e Finanças. São Tomé

RDSTP, PAM, UNFPA, UNICEF, OMS, PNUD (2008) *Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Segundo Relatório Nacional de Seguimento*, São Tomé.

Relatório Nacional para a IV Conferencia Mundial Sobre as Mulheres. Luta pela Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1995) República Democrática de São Tomé e Príncipe. Julho de 1995

SECK, Sira, (1992). *Politique, Stratégies Sectorielles et Plan d'Action en faveur de la Femme à Sao Tome et Principe*. São Tomé : PNUD, UNICEF, UNIFEM

Seminário “A Promoção das Mulheres nos Países Lusófonos – Criação de uma Rede”- Preparação da Conferencia de Pequim (1994). Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe. São Tomé: 29 de Junho a 6 de Julho de 1994.

D) Fontes Orais – entrevistas

Entrevista a Albertino Bragança, São Tomé, 11 de Abril de 2012

Entrevista a Alda Bandeira, São Tomé, 5 de Março de 2012

Entrevista a Arzemiro dos Prazeres, São Tomé, 10 de Outubro de 2013

Entrevista a Edgar Neves, São Tomé, 17 de Outubro de 2013

Entrevista a Guadalupe de Ceita, São Tomé, 5 de 2012

Entrevista a Hirondina Xavier, Lisboa, 8 de Maio de 2014

Entrevista a Maria de Cristo Carvalho, em São Tomé, 24 de Setembro de 2014

Entrevista a Maria das Neves Baptista de Sousa, São Tomé, 14 de Outubro de 2013

Entrevista a Tozé Cassandra, Santo António, 3 de Dezembro de 2013

ANEXOS

Lista de Anexos

Anexo 1 - Composição dos Governos constitucionais

Anexo 2 - Questionário do Inquérito

Anexo 3 - Guião de entrevista

Anexo 4 - Entrevistas digitadas (suporte digital)

Anexo 5 - Quadros referentes ao capítulo 7

ANEXO I

Composição dos Governos constitucionais

ANEXO I

Governos Constitucionais

- **Diário da República nº16 de 25 de Abril de 1991**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº6/91	Nomeação dos membros do Governo do Primeiro-ministro Daniel Daio	I Governo Constitucional	8 Homens incluindo o 1º Ministro e 1 Mulher
Alda Bandeira – Ministra dos Negócios Estrangeiros			

- **Diário da República nº 10 de 21 de Maio de 1992**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 4/92	Nomeia os restantes membros do Governo sob a proposta do Primeiro-ministro (Norberto Costa Alegre)	II Governo Constitucional	14 Homens incluindo o 1º Ministro e 1 Mulher
Dulce Gomes – Ministra da Saúde			

- **Diário da República nº 9 de 18 de Julho de 1994**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 7/94	Nomeia os restantes membros do Governo sob a proposta do Primeiro-ministro (Evaristo de Carvalho)	Governo de Transição	8 Homens incluindo o 1º Ministro

- **Diário da República nº 16 de 26 de Outubro de 1994**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 11/94	Nomeia os restantes membros do Governo sob a proposta do Primeiro-ministro (Carlos Graça)	III Governo Constitucional	14 Homens incluindo o 1º Ministro

- **Diário da República nº 1 de 2 de Janeiro de 1996**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 1/96	Nomeia os restantes membros do Governo sob a proposta do Primeiro-ministro (Armindo Vaz de Almeida)	IV Governo Constitucional	11 Homens incluindo o 1º Ministro e 1 Mulher
Dra Fernanda Roncon de Azevedo – Ministra da Saúde, Família e Condição Feminina			

- **Diário da República nº 14 de 2 de Dezembro de 1996**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 15/96	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Raúl Wagner Bragança Neto)	V Governo Constitucional	10 Homens incluindo o 1º Ministro

- **Diário da República nº 1 de 6 de Janeiro de 1999**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 1/99	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Guilherme Posser da Costa)	VI Governo Constitucional	10 Homens incluindo o 1º Ministro e 1 Mulher
<p>Maria das Neves Ceita Batista de Sousa – Ministra da Economia</p> <p>Neste Governo a Juventude deixa de ser um Gabinete e passa a ser uma Secretaria de Estado. Assim, na estrutura do governo é criada a Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Formação Profissional, dirigida, por acumulação, pelo Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro (Emílio Guadalupe Fernandes Lima)</p>			

- **Diário da República nº 7 de 20 de Agosto de 1999**

Decreto	Assunto
Decreto Presidencial nº 10/99	Exonera alguns membros do Governo, entre eles, Emílio Lima como Secretário de Estado da Juventude, Desporto e Formação Profissional
Decreto Presidencial nº 11/99	Nomeia, por reestruturação do Governo, Ministro-adjunto do Primeiro-ministro e Ministro da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Alberto Paulino e Luís Vaz de Sousa Bastos como Secretário de Estado da Juventude e Desporto

- **Diário da República (Não está disponível)**

Decreto Presidencial nº 13/2001	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Evaristo Carvalho)	26 de Setembro de 2001	10 Homens incluindo o 1º Ministro e 2 Mulheres
<p>Armanda das Neves Cunha Coelho – Ministra da Educação Cultura e Desporto e Maria dos Santos Tebús Torres – Ministra do Planeamento e Finanças.</p>			

- **Diário da República nº 2 de 18 de Abril de 2002**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 5/2002	Exonera o Governo de Iniciativa Presidencial após os resultados das eleições legislativas antecipadas	VII Governo Constitucional	-
Decreto Presidencial nº 7/2002	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa)		14 Membros: 9 Homens 5 Mulheres
<p>Ministras: Alda Bandeira - Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Alda Alves de Melo dos Santos - Ministra da Justiça, Reforma do Estado e Administração Pública; Maria das Neves Batista de Sousa – Ministra do Comércio Indústria e Turismo; Maria dos Santos Tebús Torres – Ministra do Plano e Finanças; Maria Fernanda Pontífice de Jesus Bonfim – Ministra da Educação e Cultura</p>			

- **Diário da República nº 7 de 7 de Outubro de 2002**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 15/2002	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação da Primeira-ministra (Maria das Neves Ceita Batista de Sousa)	VIII Governo Constitucional	14 Membros: 9 Homens 5 Mulheres incluindo a Primeira-ministra
<p>Ministras: Claudina Augusto da Cruz - Ministra da Saúde; Maria dos Santos Tebús Torres – Ministra do Plano e Finanças; Maria Fernanda Pontífice de Jesus Bonfim – Ministra da Educação e Cultura; Elsa Maria Neto d’Alva Teixeira – Secretária de Estado da Reforma do Estado e Administração Pública</p>			

- **Diário da República nº 12 de 23 de Setembro de 2003**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 8/2003	Procede à remodelação governamental	VIII Governo Constitucional	10 Membros: 9 Homens 1 Mulher, a Primeira-ministra

Nomeação do Governo de Damião Vaz de Almeida (Decreto Presidencial nº 25/2004 de 18 de Setembro de 2004 (IX Governo Constitucional)

Não está disponível o Diário com a composição do Governo de Damião Vaz de Almeida de Setembro de 2004

- **Diário da República nº 9 de 14 de Junho de 2005**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 9/2005	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação da Primeira-ministra (Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira)	X Governo Constitucional	11 Membros: 8 Homens 3 Mulheres incluindo a Primeira-ministra
<p><u>Ministras:</u> Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira – Ministra do Plano e Finanças; Elsa Maria Neto d’Alva Teixeira – Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares; Célia Gentil da Costa Pereira - Secretária de Estado da Administração Pública e Comunicação Social</p>			
<p>Ministro-adjunto da Primeira Ministra e da Administração Territorial, Juventude, Mulher e Família – José Viegas Santiago</p>			

- **Diário da República nº 13 de 26 de Abril de 2006**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 12/2006	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Tomé Soares da Vera Cruz)	XI Governo Constitucional	12 Membros: 8 Homens incluindo o Primeiro Ministro 4 Mulheres
<p><u>Ministras:</u> Maria dos Santos Tebús Torres – Vice-Primeira Ministra e Ministra do Plano e Finanças; Cristina Maria Fernandes Dias – Ministra da Economia; Maria de Fátima Leite de Sousa Almeida – Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto; Maria de Cristo Hilário dos Santos Raposo Costa de Carvalho – Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família.</p>			

- **Diário da República nº 5 de 15 de Fevereiro de 2008**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 4/2008	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Patrice Emery Trovoadá)	XII Governo Constitucional	14 Membros: 10 Homens incluindo o Primeiro Ministro 4 Mulheres
<p><u>Ministras:</u> Maria de Cristo Hilário Costa – Ministra da Administração Pública, Reforma do Estado e da Administração Territorial; Valdemira Luzia Gracias Martins da Silva Tavares – Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; Mariana Ruth Sequeira de Sá Menezes Leal – Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto; Maria Tomé Ferreira de Araújo – Ministra do Trabalho e Solidariedade</p>			

- **Diário da República nº 35 de 24 de Junho de 2008**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 13/2008	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Joaquim Rafael Branco)	XIII Governo Constitucional	14 Membros: 10 Homens incluindo o Primeiro Ministro 4 Mulheres
<p><u>Ministras:</u> Elsa Teixeira de Barros Pinto – Ministra da Defesa Nacional; Maria de Cristo Hilário Costa – Ministra da Comunicação Social, Juventude e Desporto; Maria Tomé Ferreira de Araújo – Ministra do Trabalho, Solidariedade e Família; Ângela Maria da Graça Viegas Santiago – Ministra do Plano e Finanças</p>			

Através do **Decreto Presidencial nº 23/2008 publicado no DR nº67 de 13 de Novembro de 2008,**

E nomeada Ministra dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente, a Senhora Cristina Maria Fernandes Dias em substituição de Carlos Fernando Marques Fernandes

Através do **Decreto Presidencial nº 1/2010 publicado no DR nº2 de 11 de Janeiro de 2008,** é remodelado o XIII Governo Constitucional e Elsa Teixeira Pinto, por acumulação assume a pasta da Justiça, da Reforma do Estado, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares que era tutela por Justino Veiga; Cristina Dias é substituída por José Luís Xavier Mendes, por acumulação com Agricultura e Carlos Alberto Pires Gomes substitui Maria Tomé Araújo.

Através do **Decreto Presidencial nº 6/2010 publicado no DR nº6 de 10 de Março de 2010,**

É exonerada do cargo de Ministra da Comunicação Social, Juventude e Desporto, a Senhora Maria de Cristo Hilário Costa e substituída por Carlos Alberto Pires Gomes, por acumulação com Trabalho, Solidariedade e Família.

- **Diário da República nº 60 de 17 de Agosto de 2010**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 13/2010	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Patrice Emery Trovoada)	XIV Governo Constitucional	12 Membros: 11 Homens incluindo o Primeiro Ministro 1 Mulher
<u>Ministra:</u> Angela Costa –Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais			

- **Diário da República nº 153 de 12 de Dezembro de 2012**

Decreto	Assunto	Governo	Composição do Governo
Decreto Presidencial nº 25 /2012	Nomeia os restantes membros do Governo após a nomeação do Primeiro-ministro (Gabriel Costa)	XV Governo Constitucional	11 Membros: 9 Homens incluindo o Primeiro Ministro 2 Mulheres
<u>Ministras:</u> Natália Umbelina Neto – Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Edite Ramos Tenjua – Ministra da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares			
Leonel Pontes foi substituído por Maria Tomé Araújo – Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais			

ANEXO II

Questionário do Inquérito

--	--	--

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Com este questionário pretende-se recolher informações sobre os Movimentos de Mulheres e a Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe. Este instrumento foi elaborado no quadro de uma investigação para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta (Portugal).

O seu nome foi selecionado aleatoriamente de entre os elementos da sua organização para fornecer informações e opiniões sobre o assunto em estudo.

Este questionário é anónimo e confidencial. Os dados de identificação solicitados servem apenas para ajudar a interpretar as outras respostas. Não se preocupe com os números colocados ao lado de cada resposta, pois eles destinam-se apenas a facilitar o tratamento informático dos dados.

Sinta-se livre para expressar as suas opiniões. Não há respostas certas e erradas. A sua opinião é importante para poder conhecer melhor os movimentos femininos e as questões ligadas à igualdade de género em São Tomé e Príncipe e realizar a dissertação acima referida.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade no seu preenchimento.

Preencha, por favor, as questões a seguir apresentadas colocando um X na sua escolha.

I - Perfil do/a Inquirido/a

01. Data de nascimento

Até 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 ou mais anos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

02. Sexo:

Feminino	<input type="checkbox"/>	Masculino	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------	--------------------------

03. Qual é o seu estado civil?

Solteiro/a		1
Casado/a		2
Divorciado/a		3
Separado/a		4
Viúvo/a		5
União de facto		6

04. Qual é o seu nível de escolaridade?

Não sabe ler		1
Básico		2
Secundário		3
Profissional		4
Licenciatura		5
Mestrado		6
Doutoramento		7

II - Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe

05. Considera importante a existência de Movimentos de Mulheres (Associações, ONGs de mulheres e outros) em São Tomé e Príncipe?

Muito importante	Significativamente importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
1	2	3	4	5

06. Em São Tomé e Príncipe, as Associações e ONGs de mulheres lutam pela igualdade entre os homens e as mulheres?

Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

07. A igualdade entre os sexos em São Tomé e Príncipe é um objectivo que:

Nunca será alcançado	Difícilmente será alcançado	Possivelmente será alcançado	Vai ser alcançado	Já é uma realidade
1	2	3	4	5

08. Os direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe são:

Muito valorizados	1
Tão valorizados como os direitos dos homens	2
Pouco valorizados	3
Não sabe	9

09. Em São Tomé e Príncipe, os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos e têm as mesmas oportunidades?

Sim	1
	2
Não	9
Não sabe	

10. As mulheres são-tomenses precisam de uma liderança que as una à volta de objectivos comuns, como por exemplo a igualdade entre homens e mulheres?

Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

11. D. Alda do Espírito Santo foi uma verdadeira líder das mulheres são-tomenses e sonhava em unir as mulheres são-tomenses, independentemente da sua cor política e da sua classe social.

Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

12. Indique, de acordo com a sua opinião, a frequência com que os Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe deveriam realizar acções em conjunto em prol da igualdade entre homens e mulheres em São Tomé e Príncipe:

12.1. Uma Acção por ano (19 de Setembro)	1
12.2. Duas Acções por ano (8 de Março e 19 de Setembro)	2
12.3. Três Acções por ano (8 de Março, 31 de Julho e 19 de Setembro)	3
12.4. Mais de 3 Acções por ano	4
12.5. Nunca	5
12.6. Não tem opinião	9

13. Indique a forma, através da qual entrou para a organização a que pertence

13.1. Por convite	1
13.2. Por ser membro do Partido	2
13.3. Por iniciativa própria	3
13.4. Não se lembra	9

14. Indique as suas motivações para ser membro da organização de que faz parte:

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
14.1. Identifico-me com os objectivos da organização	1	2	3	4	5
14.2. Pelo prazer de fazer parte de uma organização feminina	1	2	3	4	5
14.3. Pela vontade de aprender mais sobre os direitos das mulheres	1	2	3	4	5
14.4. Para não ficar sempre em casa	1	2	3	4	5
14.5. Fui obrigada pelo meu marido/ companheiro	1	2	3	4	5

15. Conhece os objectivos da organização de que faz parte?

Sim	1
Não	2

15.1. Indique os objectivos da sua organização:

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
15.1.1. Promoção das mulheres são-tomenses	1	2	3	4	5
15.1.2. Promoção da igualdade de género em São Tomé e Príncipe	1	2	3	4	5
15.1.3. Participação política da mulher	1	2	3	4	5
15.1.4. Promoção das mulheres na Igreja e na Sociedade	1	2	3	4	5
15.1.5. Participação igualitária das mulheres e dos homens	1	2	3	4	5

16. Assinale quais são, na sua opinião, os principais bloqueios ao funcionamento das Associações/ Organizações de Mulheres em São Tomé e Príncipe:

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
16.1. Falta de liderança	1	2	3	4	5
16.2. Falta de um plano com acções claras	1	2	3	4	5
16.3. Falta de união e diálogo internos	1	2	3	4	5
16.4. Falta de diálogo com outras organizações	1	2	3	4	5
16.5. Falta de motivação das dirigentes	1	2	3	4	5
16.6. Falta de tempo das associadas para se dedicarem aos trabalhos da organização	1	2	3	4	5
16.7. Falta de meios financeiros	1	2	3	4	5
16.8. Falta de apoio da sociedade	1	2	3	4	5
Não sabe	9				

III – As Orientações Nacionais e Internacionais relativas à igualdade entre os sexos.

17. Assinale as leis nacionais que, na sua opinião, são favoráveis à igualdade entre os homens e as mulheres em São Tomé e Príncipe (*pode indicar mais de uma*):

17.1. Constituição da República	1
17.2. Lei da Família	2
17.3. Lei das Condições Individuais do Trabalho	3
17.4. Estatuto da Função Pública	4
17.5. Lei contra a Violência Doméstica e familiar	5
17.6. Não sei	9

18. Já ouviu falar da Resolução nº 74/VIII/09 da Assembleia Nacional relativa às Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres?

Sim		1
Não		2
Não sabe		9

18.1. Se a sua resposta for não, passe para a pergunta nº 20

18.2 Se sim, marque uma cruz na opção correspondente à sua fonte de informação

18.1.1. Na minha organização ou Associação		1
18.1.2. Na Rádio		2
18.1.3. Na Televisão		3
18.1.4. Em revistas ou outros documentos		4
18.1.5. Em palestras ou outros eventos		5
18.1.6. Não se lembra		9

19. Considera que a Resolução está a ser aplicada? (Marque uma cruz)

Sim, plenamente		1
Sim, mas apenas em parte		2
Não está a ser aplicada		3

20. Se considera que a Resolução está a ser aplicada apenas em parte ou não está a ser aplicada, indique quais são, na sua opinião, os principais bloqueios à sua aplicação (*pode indicar mais de um*):

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
20.1. Falta de divulgação da Resolução	1	2	3	4	5
20.2. A maioria das mulheres desconhece a Resolução	1	2	3	4	5
20.3. As mulheres desconhecem os seus direitos	1	2	3	4	5
20.4. A Resolução não reflecte a sociedade são-tomense	1	2	3	4	5
20.5. Os dirigentes desconhecem a Resolução	1	2	3	4	5
20.6. Os Partidos políticos banalizam a Resolução	1	2	3	4	5
Não tem opinião	9				

21. Já ouviu falar de documentos internacionais, relativos à igualdade de género que São Tomé e Príncipe tenha aderido/ ratificado?

Sim	1
Não	2
Não sabe	9

21.1. Se sim, marque uma cruz à frente daqueles de que já ouviu falar ou que conheça (*pode indicar mais de um*):

21.1.1. Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW	1
21.1.2. Programa de Acção de Beijing	2
21.1.3. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - ODM	3
21.1.4. Declaração solene sobre a Igualdade entre a Mulher e o Homem em África	4
21.1.5. Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP	5

21.2. Se ouviu falar, marque uma cruz na opção correspondente à sua primeira fonte de informação:

21.2.1. Na minha organização ou Associação		1
21.2.2. Na Rádio		2
21.2.3. Na Televisão		3
21.2.4. Em revistas ou outros documentos		4
21.2.5. Em palestras ou outros eventos		5
21.2.6. Não se lembra		9

IV - A Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género - ENIEG

22. Já ouviu falar da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género?

Sim		1
Não		2
Não sabe		9

22.1. Se sim, marque uma cruz na opção correspondente à sua primeira fonte de informação:

22.1.1. Na minha organização ou Associação		1
22.1.2. Na Rádio		2
22.1.3. Na Televisão		3
22.1.4. Em revistas ou outros documentos		4
22.1.5. Em palestras ou outros eventos		5
22.1.6. Não se lembra		9

23. A Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género foi discutida/ analisada/ apresentada na sua organização?

Nunca		1
Uma vez		2
Duas vezes		3
Várias vezes		4
Não sabe		9

24. Considera que a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género é um documento de referência na sua organização?

Sim		1
Não		2
Não sabe		9

V - A sociedade são-tomense e a igualdade de género

25. Apresente a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
25.1. A cultura são-tomense é favorável à igualdade entre os homens e as mulheres					
25.2. A expressão «igualdade de género» é uma expressão importada de outras culturas que não faz sentido na sociedade são-tomense.					
25.3. Em São Tomé e Príncipe a igualdade entre os homens e as mulheres é um objectivo que só poderá ser atingido a longo prazo.					
25.4. As mulheres são-tomenses ainda não estão preparadas para a igualdade entre os homens e as mulheres.					
25.5. Os homens são-tomenses ainda não estão preparados para a igualdade entre os homens e as mulheres.					
25.6. Em São Tomé e príncipe, a igualdade entre os homens e as mulheres é algo que só existe “no papel” (nos documentos e nas leis)					

Confira, por favor, se respondeu a todas as questões.

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO III

Guião das entrevistas

Guião para entrevistas

A. Movimentos de Mulheres e lideranças femininas

1. Na sua opinião sobre os Movimentos de Mulheres (ex: Associações, ONGs femininas, ...) em São Tomé e Príncipe surgem espontaneamente ou são motivados por alguma influência externa? Ou interna?
2. Várias Associações foram criadas mas, constata-se que muitas não têm continuidade, algumas resumem-se apenas ao corpo directivo. Na sua opinião, quais são os principais bloqueios à continuidade desses movimentos?
3. Qual poderá ser a causa da pouca participação das mulheres nesses movimentos?
4. Porquê que as Associações de mulheres não reagem, ou são insensíveis aos estereótipos existentes na sociedade e que são perpetuados através de várias manifestações culturais, entre elas as canções que são divulgadas regularmente na comunicação social (rádio e televisão)?
5. Acerca das lideranças femininas, existiram? Existem? O que pensa a este respeito?
6. O que poderá ser feito para tornar as organizações femininas mais dinâmicas e mais interventivas?

B. Políticas para a igualdade

1. Na sua opinião o que justifica a adopção da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e a criação do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e da Equidade de Género?
2. Acha que a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género está a ser implementada? Como?
3. Como avalia o cumprimento da Resolução 74/VIII/09 sobre as Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres, adoptada pela Assembleia Nacional em 2009?
4. Na sua opinião, porquê que o país aderiu aos acordos internacionais relativos à igualdade entre os sexos, ou seja, ratificou a CEDAW, adoptou a Plataforma de Beijing, subscreveu o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP, as políticas e os programas nacionais não reflectem esses engajamentos?

C. A igualdade de género no contexto sociocultural são-tomense

1. Acredita que a igualdade de género já seja uma realidade em São Tomé e Príncipe?
2. Porquê que as próprias mulheres não só aceitam os estereótipos como os usam para não apoiar outras mulheres, por exemplo as candidatas?
3. Na sua opinião quais poderão ser os principais bloqueios para uma efectiva igualdade de género em São Tomé e Príncipe?
4. Que medidas poderão ser adoptadas para que a igualdade de género seja uma realidade?

ANEXO IV

Entrevistas digitadas (suporte digital)

ANEXO V

Quadros referentes ao capítulo 7

Quadros referentes ao Capítulo 7

Quadro A.1 – Sexo da/o(s) inquirido/a(s)

Sexo	Total	
	Nº	%
Feminino	55	94,8
Masculino	3	5,2
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.2 – Idade da/o(s) Inquirido/a(s)

Idade	Total	
	Nº	%
Até 29 anos	6	10,3
30 a 39 anos	19	32,8
40 a 49 anos	14	24,1
50 ou mais anos	19	32,8
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.3 – Nível de escolaridade da/o(s) Inquirido/a(s)

Nível de escolaridade	Total	
	Nº	%
Não sabe ler	1	1,7
Básico	7	12,1
Secundário	20	34,5
Profissional	18	31,0
Licenciatura	10	17,2
Mestrado	2	3,4
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Tabela A.4 – Estado civil da/o(s) Inquirida/a(s)

Estado Civil	Total	
	Nº	%
Solteiro/a	15	25,9
Casado/a	14	24,1
Divorciado/a	1	1,7
Separado/a	2	3,4
Viúvo/a	4	6,9
União de facto	22	37,9
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.5 – Perceção sobre a importância dos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe

Importância dos Movimentos de Mulheres em STP	Total	
	Nº	%
Muito importante	44	75,9
Significativamente importante	2	3,4
Importante	10	17,2
Pouco importante	1	1,7
Nada importante	1	1,7
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.6 - Perceção sobre a luta pela igualdade entre os sexos no seio das ONG e Associações

As Associações e ONG de Mulheres lutam pela igualdade entre as mulheres e os homens?	Total	
	Nº	%
Discordo totalmente	0	0
Discordo	7	12,1
Indiferente	2	3,4
Concordo	44	75,9
Concordo totalmente	5	8,6
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.7 – Perceção sobre a conquista da igualdade entre os homens e as mulheres

A igualdade entre os sexos em São Tomé e Príncipe é um objetivo que	Total	
	Nº	%
Nunca será alcançado	4	6,9
Difícilmente será alcançado	9	15,5
Possivelmente será alcançado	22	37,9
Vai ser alcançado	21	36,2
Já é uma realidade	2	3,4
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.8 - Perceção sobre o grau de valorização dos direitos das mulheres em STP

Os direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe são:	Total	
	Nº	%
Muito valorizados	6	10,3
Tão valorizados como os direitos dos homens	5	8,6
Pouco valorizados	45	77,6
Não sabe	2	3,4
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.9 – Perceção sobre a igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres em São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos e têm as mesmas oportunidades?	Total	
	Nº	%
Sim	12	20,7
Não	44	75,9
Não sabe	2	3,4
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.10 - Percepção acerca da necessidade de liderança para as mulheres são-tomenses

As mulheres são-tomenses precisam de uma liderança que as una à volta de objectivos comuns, como por exemplo a igualdade entre homens e mulheres	Total	
	Nº	%
Discordo totalmente	0	0
Discordo	5	8,6
Nem concordo, nem descordo	1	1,7
Concordo	39	67,2
Concordo totalmente	13	22,4
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.11- Realização de ações conjuntas pelos Movimentos de Mulheres em São Tomé e Príncipe

Frequência com que os Movimentos de Mulheres em STP deveriam realizar acções em Conjunto em prol da Igualdade entre homens e mulheres	Total	
	Nº	%
Uma ação por ano (19 de Setembro)	18	31,0
Duas ações por ano (8 de Março, 19 de Setembro)	9	15,5
Três ações por ano (8 de Março, 31 de Julho e 19 de Setembro)	14	24,1
Mais de 3 Acções por ano	12	20,7
Nunca	0	0
Não tem opinião	5	8,6
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.12– Forma como aderiu à sua organização

Forma através da qual entrou para a organização	Total	
	Nº	%
Por convite	18	31
Por ser membro do Partido	5	8,6
Por iniciativa própria	28	48,3
Não se lembra	7	12,1
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.13 – Conhecimento ou desconhecimento dos objetivos da sua organização

Conhece os objetivos da organização de que faz parte ?	Total	
	Nº	%
Sim	30	51,7
Não	28	48,3
Total	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.14 – Conhecimento das leis nacionais favoráveis à igualdade entre os sexos

Leis Nacionais favoráveis à Igualdade	Total	
	Nº	%
Constituição da República	8	13,8
Estatuto da Função Pública	2	3,4
Lei contra a Violência Doméstica e Familiar	33	56,9
Lei da Condições Individuais do Trabalho	1	1,7
Lei da Família	10	17,2
Lei das Condições Individuais do Trabalho	1	1,7
Não sei	3	5,2
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.15– Conhecimento da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

Ouviu falar da ENIEG	Total	
	Nº	%
Sim	43	74,1
Não	14	24,1
Não sabe	1	1,7
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.16 – Primeira fonte de informação sobre a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

Se sim, onde:	Total	
	Nº	%
Em palestras ou outros eventos	8	18,6
Em revistas ou outros documentos	1	2,3
Na minha organização ou Associação	4	9,3
Na Rádio	11	25,6
Na Televisão	18	41,9
Não se lembra	1	2,3
Total Geral	43	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.17 - Perceção sobre a utilização da ENIEG na sua organização

A ENIEG é um doc de referência na sua organização	Total	
	Nº	%
Sim	15	34,9
Não	5	11,6
Não sabe	23	53,5
Total Geral	43	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.18 - Conhecimento da Resolução nº 74/VIII/09

Já ouviu falar da Resolução nº74/VIII/09	Total	
	Nº	%
Sim	40	69,0
Não	13	22,4
Não sabe	5	8,6
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.19 - Primeira fonte de informação sobre a Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09

Primeira fonte de informação acerca da Resolução nº74/VIII/09	Total	
	Nº	%
Em palestras ou outros eventos	6	15
Na minha organização ou Associação	6	15
Na Rádio	12	30
Na Televisão	16	40
Total Geral	40	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.20 - Perceção sobre a aplicação da Resolução da Assembleia Nacional nº 74/VIII/09

Considera que a Resolução está a ser aplicada	Total	
	Nº	%
Sim, mas apenas em parte	27	67,5
Não está a ser aplicada	13	32,5
Total Geral	40	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

Quadro A.21 - Percepção acerca dos instrumentos internacionais relativos à igualdade entre os sexos assinados /ratificados por São Tomé e Príncipe

Ouvir falar de documentos internacionais relativos à igualdade de género que STP tenha aderido/ratificado	Total	
	Nº	%
Sim	39	67,2
Não	15	25,9
Não sabe	4	6,9
Total Geral	58	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo

QuadroA. 22 – Conhecimento dos instrumentos internacionais assinados/ratificados por São Tomé e Príncipe

Si sim, quais instrumentos internacionais?	Total	
	Nº	%
Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW	29	74,4
Programa de Acção de Beijing	3	7,7
Objectivos de Desenvolvimento de Milénio -ODM	3	7,7
Declaração solene sobre a Igualdade entre a Mulher e o Homem em África	4	10,3
Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP	0	0
Total Geral	39	100

Fonte: Inquérito por questionário realizado no âmbito do presente estudo